QUE PENSAM OS JOVENS DE HOJE DO 5 DE OUTUBRO? — INQUÉRITO EM MESA-REDONDA

Diário de Lisboa

Edição da noite

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS
SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1970 N.º 17 164 ANO 50.º PREÇO 1$50

ATENÇÃO
A MOSCA
PICA AOS SÁBADOS

É PRECISO DESENVOLVER CANAIS MAIS PERFEITOS DE DISTRIBUIÇÃO PARA OBTER BAIXA DE PREÇOS

Está a rever-se o regulamento da comercialização da fruta

—afirmou, na Covilhã, o dr. Xavier Pintado

«Um caso típico, particularmente relevante para os produtores de fruta da região é o do papel exercido no comércio frutícola pelos chamados «mandatários». Frequentemente me chegam queixumes, reclamações, quanto à participação excessiva destes agentes nas margens de comercialização de fruta. E com não menor frequência me é perguntado porque os não elimino do circuito. A resposta é simples: porque não é possível substituí-los na sua função, pelos menos a curto prazo», afirmou hoje, na Covilhã, o secretário de Estado do Comércio, dr. Xavier Pintado, na sessão plenária do Colóquio sobre Desenvolvimento Socioeconómico da Zona da Cova da Beira.

Acrescentou aquele membro do Governo:

— Mais de 3/4 da fruta que se consome nos nossos dois grandes mercados urbanos — os de Lisboa e Porto — são transaccionados por intermédio de mandatários. Se, «por decreto», estes agentes fossem simplesmente impedidos de exercer a sua função sem os substituirmos por outrém, o resultado seria naturalmente o de uma subida inacreditável de preços no consumidor (por virtude duma redução brusca de oferta no mercado) e uma quebra acentuada dos preços pagos ao produtor que ficava sem saber como dispor de grande parte da sua fruta.

E subl nhou:

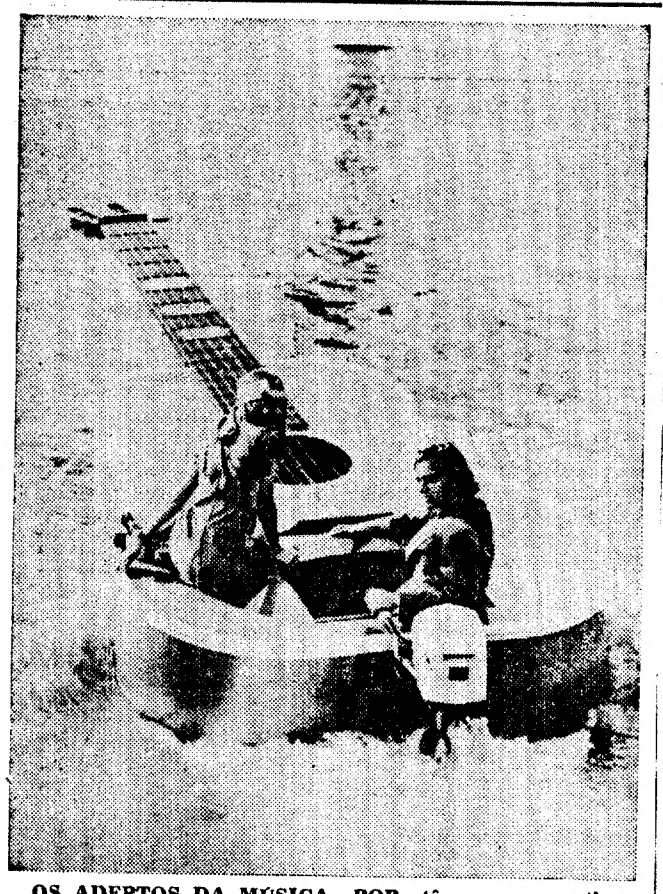
— O remédio não está, pois, em remover — «por decreto» — os mandatários do exercício da sua função, mas em desenvolver canais mais perfeitos de distribuição.

É neste sentido que estamos a trabalhar na Secretaria de Estado do Comércio, revendo o regulamento da comercialização de fruta e incentivando as organizações cooperativas de produtores a virem directamente ao mercado ou a celebrar contratos de fornecimento com cadeias privadas e com cooperativas de consumidores de modo a reduzir as margens entre o preço no produtor e o preço no consumidor.

Na sua comunicação, indi-

(Continua na ultima página)

ÚLTIMAS NOTÍCIAS — (Ler na pág. 2)



OS ADEPTOS DA MÚSICA «POP» têm agora um tipo de barco que lhes é especialmente dedicado. Accionado por um motor fora-de-borda, a viola flutuante também toca, como qualquer das suas congéneres de salão

HOJE 32 PÁGS.—VISADO PELA CENSURA

NIXON EM MADRID

• A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE SERÁ OBJECTO DE CONVERSAÇÕES

MADRID, 2 — (F. P. e R.) — O presidente Nixon chegou ao meio-dia ao aerop orto de Barajas.

Após troca de saudações com o general Franco, os dois estadistas percorreram a capital espanhola em carro aberto, pelas ruas ornamentadas com bandeiras dos dois países.

No momento em que o presidente Nixon se preparava para iniciar a terceira etapa da sua viagem ao Mediterrâneo com a visita a Madrid, os seus colaboradores mais próximos indicavam que a evolução política do mundo árabe seria um dos principais assuntos de conversação entre as delegações americana e espanhola.

Nixon e o caudilho procederão também a usa troca de impressões acerca das relações económicas entre os seus países, assim como ao exame de certos

(Continua na 15.ª página)

Também na Baixa pombalina, cuja traça não mudou tanto como se pode pensar nestes últimos dois séculos, um moderno sistema de semáforos substituirá em breve a mão enluvada do sinaleiro, tentando resolver um dos maiores problemas que o homem criou nesta era de velocidade — o trânsito automóvel. Tubos de aço vêem-se já dispostos no chão, perto das peanhas que os nossos filhos hão-de um dia admirar em qualquer museu. **(Ler pág. 6).**

A segunda empresa mundial no domínio dos computadores tem dez mil aparelhos instalados

No decorrer de uma conferência de Imprensa, efectuada num hotel da capital, foi anunciada a criação do novo grupo HONEYWELL INFORMATION SYSTEM INC., resultante da fusão entre a General Electric e a Honeywell, no sector da informática, o qual passa a ocupar o segundo lugar a nível mundial, no domínio da indústria de computadores electrónicos. Com [illegible] 10 [illegible] computadores instalados (no valor de 101 150 000 contos) e tendo ao serviço [illegible] 50 000 empregados, em 20 fábricas (nos E. U. A. e na Europa) e 11 centros de investigação.

A reunião foi promovida pela HONEYWELL BULL, um dos principais participantes daquele grupo, e que dispõe de filial em Portugal (antes Bull General Electric). Em representação da HONEYWELL BULL esteve presente o sr. prof. Armando Gonçalves Pereira, administrador, René Dorneaud, director-geral, e drs. Silvério Ferreira e Hermano Ferreira, director comercial e de Relações Públicas, tendo este último, feito a apresentação do novo grupo aos jornalistas, após uma saudação feita pelo prof. Gonçalves Pereira, que [illegible] ção da filial portuguesa da HONEYWELL BULL.

A [illegible] a em Portugal comercializa todos os computadores do Grupo [illegible] com grande número de clientes [illegible] sector público e privado.

Deve-se à sua iniciativa a instalação em Portugal do sistema Time-Sharing, que [illegible] está operacional, com [illegible] vantagens para as empresas nacionais. O nosso País enfileirará, [illegible] com os mais avançados da Europa, [illegible] de o Time-Sharing está a conhecer enorme difusão.

FACULDADES DE ECONOMIA EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Nas províncias de Angola e Moçambique foram criados os cursos superiores de Economia, «destinados a assegurar a preparação científica de um escol apto a colaborar eficazmente na administração de organizações vastas e complexas».

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

IV «RALLYE» INTERNACIONAL TAP

Lisboa espera os concorrentes mas nem todos vão chegar

MADRID — (pelo telefone) — Com a chegada, esta manhã, à capital espanhola do presidente Nixon, poucos foram os madrilenos que se deslocaram à Plaza de Madrid para assistir à passagem dos concorrentes do IV «Rallye» TAP.

Todavia, estiveram presentes ainda algumas dezenas de jovens.

A viagem nocturna de San Sebastian até à capital espanhola não apresentou dificuldades, tendo apenas chovido um pouco na parte inicial.

Houve, no entanto, vários incidentes a registar, que já puseram fora de prova um concorrente e inferiorizaram outros.

Assim, Policarpo de Brito-Tony Caixinha foram obrigados a desistir, por avaria, antes de Aranda, e já nessa altura o seu NSU-TTS tinha perdido a janela traseira.

Outra equipa portuguesa — Adolfo Sampaio-eng.º Silva Carvalho (Lancia Fulvia HF) — esteve prestes a desistir neste «contrôle», mas, animado por vários amigos, resolveu continuar até Lisboa, ainda que em precárias condições. O carro colidiu com a traseira do Alpine Renault de Hollier, quando este foi obrigado a parar bruscamente, para não chocar com um camião que circulava numa lomba. O Lancia ficou com a frente amachucada e alguns órgãos mecânicos afectados, enquanto que o Alpine leva o radiador preso fora da carroçaria.

Mais dois concorrentes portugueses — Lamy Viçoso e Rodrigues de Carvalho — seguem com os pára-brisas partidos, pensando substituí-los após a entrada em Portugal.

Na equipa Datsun gerou-se um certo «pavor» com a notícia de que alguns carros se dirigiam para Madrid sofrendo avarias. O chefe da equipa, Manuel Gião, voou, esta manhã, para Madrid, mas pôde verificar que nada de apreensivo se registou: o carro de Van Bergen tinha um fio desligado; no de Luís Carpinteiro Albino foi preciso substituir um tubo da gasolina; o de José Lampreia teve um «furo», a caminho de San Sebastian. Tudo coisas sem importância.

Cerca do meio-dia, o «contrôle» encerrou, não tendo passado apenas Policarpo de Brito, pelo que se devem manter em prova ainda 110 equipas.

Reparações mecânicas

CAIA — (Pelo telefone) — Os primeiros concorrentes entraram em Portugal pouco depois das 16 e 30, aproveitando o avanço com que seguiam para efectuarem pequenas reparações mecânicas (mudar óleo, pneus, etc.).

A caravana dirige-se, agora, para as zonas selectivas desta primeira etapa e deste «rallye», que se desenrolarão na serra de Montejunto, «florestal» do Livramento e, principalmente, nas estradas sinuosas da serra de Sintra.

A chegada a São Pedro de Sintra está prevista para as 22 horas. O primeiro concorrente é esperado no Parque Eduardo VII, para o final da etapa, às 23 e 30.

Cabeças de alho contra o padeiro que mordeu o cão...

BELO HORIZONTE (Brasil), 2 — (R.) — Os moradores do Alto do Papagaio, ao saberem que o padeiro Alírio Leopoldino Ferreira dos Santos, que há dias matou à dentada o seu cachorro «Leão», poderá ser posto brevemente em liberdade, prenderam os seus cães e colocaram cabeças de alho nas portas e janelas, para evitar a aproximação do padeiro, que dizem estar possuído pelo demónio.

Recorda-se que o episódio do cão mordido pelo dono se verificou quando o padeiro Alírio chegou a casa, embriagado, e, depois de espancar a mulher, Júlia Conceição, e duas filhas menores investiu contra o «Leão», que queria defender a dona.

O Banco Nacional Ultramarino presente nas relações comerciais com o Japão

Deixou ontem Lisboa a missão comercial japonesa, organizada pela Câmara de Comércio e Indústria de Osaka, que durante três dias esteve no nosso País com o objectivo de aprofundar os contactos já estabelecidos durante a «EXPO'70» com os meios económicos portugueses, sobretudo através do Banco Nacional Ultramarino, que no certame internacional representou, no Pavilhão de Portugal, a Banca Portuguesa.

A missão, composta por dezoito elementos, era chefiada pelo vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Osaka, sr. Hajime Murai, coadjuvado pelos srs. Fujikazu Konoike e Hiroshi Morihiro, este vice-presidente da Marubeni-Iida Co. Ltd., cujo delegado em Portugal, sr. António Correia, acompanhou a visita.

Os visitantes, que no prosseguimento da sua visita à Europa partiram ontem para Espanha, Itália, Grécia e Turquia, de onde regressarão ao seu país, foram recebidos pelo secretário e pelo subsecretário de Estado do Comércio, doutores Xavier Pintado e Alexandre Vaz Pinto.

Durante a breve e cordial troca de impressões, a que assistiu o dr. José Manuel Passeiro, administrador do Banco Nacional Ultramarino, e o conselheiro comercial da Embaixada do Japão, sr. Ueni, o dr. Xavier Pintado, depois de referir a boa aceitação dispensada em Portugal aos produtos japoneses e de salientar que o Governo está preparado para estreitar ainda mais as relações comerciais entre os dois países, sublinhou que esse estreitamento se deve processar numa base de mútua vantagem e solicitou a colaboração dos visitantes no estudo das possibilidades do aumento das exportações portuguesas para o mercado nipónico.

Também o dr. José Manuel Passeiro, no discurso que proferiu durante o almoço oferecido à missão japonesa pelo Banco Nacional Ultramarino, afirmou que «a indústria portuguesa acolhe com agrado capitais e tecnologia de países estrangeiros», sublinhando no entanto que as autoridades governamentais portuguesas estão a fomentar «a criação de um núcleo de indústrias capazes de enfrentar a concorrência dos mercados externos e essencialmente dirigidas a esses mercados».

Os representantes dos grupos económicos japoneses estiveram também no Banco de Fomento Nacional, onde ouviram do respectivo governador, prof. dr. Daniel Barbosa, explicações sobre a actual política de investimentos do Banco, no espaço português.

Na Associação Comercial de Lisboa, os visitantes responderam a perguntas feitas por representantes de várias empresas, num colóquio orientado pelo prof. dr. Cruz Vidal, presidente da Associação, a que assistiram representantes do Banco Nacional Ultramarino, do Banco Português do Atlântico e da Comissão Interministerial do Café, que esteve representada na Feira Mundial de Osaka.

A vinda ao nosso País da missão comercial, organizada pela Câmara de Comércio e Indústria de Osaka, é bem demonstrativa do interesse dos empresários nipónicos pelo mercado português, e é um dos primeiros resultados práticos dos contactos havidos entre os meios económicos dos dois países durante a «EXPO'70».

Cabe agora aos empresários portugueses o estudo de iniciativas tendentes a colocar os seus produtos nos mercados do Japão, utilizando os contactos havidos.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES

É aos Domingos que podemos interromper a corrente em alguns locais onde se torna indispensável efectuar trabalhos de reparação e de ampliação da nossa rede de distribuição de energia eléctrica.

No próximo Domingo, para esses trabalhos, estão designados os seguintes Sectores e Zonas:

6.° Sector — **Concelho de Lisboa:** Rua do Crucifixo de 94 a 136, Rua Assunção de 97 a 105. (Das 8 ás 12 horas).

10.° Sector — Az. das Lages ao Lumiar; Quinta do Pizani e imediações. (Das 8 ás 12 horas).

10.° Sector — Praça do Aeroporto, Shell e Relógio. (Das 8 ás 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras: LAVEIRAS:** Av.ª Calvet Magalhães, Rua Viscondessa de Sr.ª Amaro, Rua D. Francisco de Almeida, Bairro da Cooperativa. (Das 8 ás 15 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Sintra: ALGUEIRÃO:** Rua da Serra de Baixo, Estrada do Algueirão e imediações. (Das 7 ás 15 horas).

3.ª Zona — **MEM MARTINS:** Largo da Estação e imediações. (Das 7 ás 15 horas)

4.ª Zona — **Concelho de Azambuja:** VILA NOVA DA RAINHA e linhas de A. T. entre VALA DO CARREGADO e ESPADANAL. (Das 7 ás 8 horas).

5.ª Zona — **Concelho de V. F. de Xira:** POVOS (parte); CASTANHEIRA; VALA DO CARREGADO e linhas de A. T. entre VILA FRANCA e VALA DO CARREGADO. (Das 7 ás 14 horas).

«ACEITE O NOSSO CONVITE»

19.° SORTEIO NA TERÇA-FEIRA

O facto de 5 de Outubro ser feriado, faz alterar a data de realização do 19.° sorteio do concurso «Aceite o nosso convite», que, por esse facto, é transferido para a próxima terça-feira. Só, portanto, nas nossas edições de quarta-feira publicaremos a relação dos premiados, e, bem assim, os estabelecimentos que lhes couberam em sorte.

Administração de Propriedades
BANCO DO ALENTEJO

Sindicato dos Jornalistas

Está convocada para o próximo dia 9, ás 15 horas, na Casa da Imprensa, uma assembleia geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas, para informação acerca do estado actual das negociações de revisão do contrato colectivo de trabalho.

VIAGENS it
85 itinerários — incluindo viagem aérea, 6 noites em hotel (c/banho) e excursão de cidade
De LISBOA preços a partir de:
Para AMSTERDÃO 5.080$00
COPENHAGUE 7.560$00
FUNCHAL 3.080$00
VIENA 6.310$00
ZURIQUE 5.130$00
UTILIZE O MULTICRÉDITO PARA PAGAR AS SUAS VIAGENS
multitur
E. PINTO BASTO
OREY ANTUNES
GARLAND, LAIDLEY
TURISMO MOÇAMBIQUE
TAIT & C.ia
C.V.A. VIAGENS E TURISMO

PRÉDIO
CAMPOLIDE
Construção de cimento armado, bons acabamentos, composto de 4 pisos, hab. 2 e 3 div. assoalhadas, cozinha, casa de banho, despensa e hall, alugado.
PREÇO — 3.750 contos.
MOSTRA E TRATA
«A CONFIDENTE»
Rossio, 3-2.º — Telefones 369384/5/6 - 328232/3 - 361756

COZINHA VELHA
QUELUZ — TELEFONE 950232
Informamos os nossos Ex.mos Clientes que amanhã, sábado, dia 3, as nossas «SALAS» e o «TERRAÇO» se encontram totalmente reservados para um LANCHE DE CASAMENTO E BANQUETES, não nos sendo possível servir neste dia, os nossos habituais, Almoços, Chás e Jantares.
A DIRECÇÃO
Nos restantes dias, agradecemos que a reserva de mesas para os Jantares sejam feitas até às 19 horas.

Em MAFRA o «DIARIO DE LISBOA» vende-se no Café-Cervejaria «Unidos», de Angelo Miguel dos Santos.

A RETIRADA AMERICANA — 1

A DIFÍCIL RECONVERSÃO DOS MEIOS MILITARES NO SUESTE ASIÁTICO

BANGUECOQUE — Um império militar mal talhado é mais difícil de remodelar que de desfazer. Os E. U. A. estão hoje a aprender isto por experiência própria. Como isto lhes interessa, dispuseram-se agora a reduzir a sua presença militar no Sueste Asiático. O movimento iniciou-se, no ano passado, sob melhores auspícios do que eles próprios pensavam. Os primeiros contratempos sérios só este ano se fizeram sentir. O objectivo em vista, a reconversão dos meios militares, será compatível com as medidas que dele decorrerão inevitàvelmente?

Por JEAN-CLAUDE POMONTI

(Exclusivo «Le Monde» - «D. L.»)

O empenhamento militar americano na região teve passado por varias fases que, por vezes, se enredam umas nas outras. As guarnições mantidas nas Filipinas após a independência deste país, deveram alcançar dois objectivos, ao mesmo tempo: o «controle» do Pacífico — a segunda guerra mundial terminara há pouco — e preservar os numerosos interesses americanos na antiga colónia. A «élite» filipina, que em breve se viria a encontrar a braços com a insurreição dos Hunks, no centro de Luçon, reclamava, aliás, esta presença militar. Depois veio a guerra fria. Os americanos, que se batiam na Coreia, forneceram um auxílio crescente ao corpo expedicionário francês na Indochina, enquanto os seus aliados britanicos tentavam liquidar a insurreição comunista na Malásia.

Na sequência dos Acordos de Genebra sobre a Indochina, que lhes deixaram um sentimento de frustração e insegurança, os E. U. A. puseram de pé, com seus aliados ocidentais, o Pacto de Manila, com vista a preservarem o *statu quo* na região. Dos 10 países que conta o Sueste Asiático, só dois — a Tailandia e as Filipinas — aderiram a esta S.E.A.T.O., cujas cláusulas raramente entraram em jogo. A conferência de Bandung, na qual o Terceiro Mundo tomou consciência da sua força, seria aberta dai a poucos meses. Os britanicos começavam já a reduzir a sua presença a Leste do Suez. Os franceses já não estavam na Indochina. A S. E. A. T. O. não passava, pois, de um tigre de papel. Quanto aos E. U. A., esses, com a ajuda de Banguecoque e de Manila (esta de menos peso) estavam decididos a defender os seus interesses na região. Ousaram a transferencia das responsabilidades militares que esta conservara no Vietnam e deram um apoio visível e maciço ao regime de Dinh Diem em Saigão. No Laos, a C. I. A. desencadeou a luta contra o Governo tripartido do príncipe Souvanna Phouma. Mas o príncipe Sihanouk, em Phnom-Penh, e o presidente Sukarno, em Djakarta, resistiram a todas as pressões de Washington.

Nos anos 60 assiste-se ao desenvolvimento da fase mais espectacular da intervenção americana na península indochinesa. Num primeiro tempo, Washington tenta impor ou manter no poder governos cada vez mais discutidos. A operação só resulta em parte no Laos. Reposto no seu lugar por nova série de acordos firmados em Zurique e Genebra, em 1962, o Governo de coligação acaba por se desintegrar, daí a um ano. No Vietnam do Sul, a operação falha redondamente. Perante os progressos da insurreição e a crescente impopularidade do regime diemista, os E. U. A. acabam por encorajar um golpe de Estado, em Novembro de 1963, e, dai a três meses, a queda do Governo do general Duong Van Minh (cuja falta de agressividade os alarma) para o substituirem por uma Junta de Generais, sem apoio popular. A anarquia que se segue conduzi-los-á á intervenção maciça. Os conselheiros, o material militar e o auxílio económico já não bastam para conter os combatentes da F. L. N. Um processo análogo está em bom curso no Laos.

A instalação

1964: primeiros bombardeamentos no território laociano. 1965: primeiros «raids» sobre o Vietnam do Norte e desembarque de um corpo expedicionário no Sul. O poderio militar americano instala-se. Serão necessários três longos anos, de 1965 a 1968, para que esse poderio atinja o seu pleno rendimento. Durante este período, enquanto se constroem bases no Vietnam, enquanto desembarcam unidades de combate, nesse país, enquanto o «exército secreto» se organiza no Laos, enquanto os bombardeamentos se combinam, os E. U. A. «ancoram» dois «porta-aviões» nas proximidades do teatro de operações: a Tailandia e a VII Esquadra.

A intervenção faz-se, pois, em dois tempos. Em 1965-1966, não sem precipitação, para proteger regimes aliados periclitantes. Em 1968-1969, para tentar consolidá-los, para lhes fornecer meios de sobrevivência. O grosso do esforço de guerra produz-se, neste novo estádio do empenhamento americano. Na Primavera de 1968, precisamente quando a máquina americana parece rodada, os patriotas vietnamitas lançam a sua ofensiva contra as cidades. A réplica ocupará, durante muitos meses, todos os meios disponíveis: passagem a pente fino das cidades submetidas, bombardeamentos intensivos da zona meridional do Vietnam do Norte e da pista Ho Chi Minh (no Laos), limpeza e evacuação dos campos, e, logo a seguir, sem marcação de tempos mortos, lançamento da «pacificação acelerada» para tentar preencher o vácuo que acabara de se criar. Aplica-se a «*pressão máxima*» (como o presidente Johnson ordenou ao general Abrams, seu novo comandante-chefe no local).

O tempo da instalação, de 1965 a 1968, fora acompanhado de um vasto esbanjamento das forças, grande parte das quais estava, aliás, adstrita a tarefas de construção. O ano de 1968 marca, com a contra-ofensiva americana do Tét, o começo de um reagrupamento dos esforços. Os americanos dão-se conta da vacuidade das grandes operações de «busca e destruição» (*search and destroy*), compreendem, de repente, que um sul-vietnamita armado com uma carabina moderna combate melhor do que se estiver a contas com uma espingarda de há 20 anos. Constatam que o bombardeamento sistemático dos campos, em 1966-67 e a sua ocupação impiedosa, em 1969, os esvaziaram de parte da sua população e que haverá, talvez, um partido a tirar dessa situação, quer no Vietnam do Sul, quer no Laos.

Em resumo a brutalidade da sua intervenção e as consequências desta levaram-nos a crer, com razão ou sem ela, que poderiam quebrar duradouramente as estruturas sócio-económicas tradicionais dos dois países, e — o que parece mais discutível — reduzir, deste modo, uma insurreição que a elas se prende intimamente.

A SEGUIR:

No próximo ano haverá uma viragem decisiva

NOTA do dia

PEGAR POR ONDE?

NÃO SE TRATA DE ESTAR A VER por onde é que se pode «pegar» no discurso que o Presidente do Conselho proferiu no domingo passado. Não se trata principalmente de pegar pelo gosto de pegar. Trata-se apenas, em nossa intenção, de sublinhar os pontos capitais de uma declaração toda ela importante, na medida em que tem o sentido e o valor de uma revisão feita pelo próprio responsável, uma espécie de balanço e prestação de contas do segundo ano da sua gerência. E, se não agradecemos que o Chefe do Governo o tenha feito, por entendermos que não são devidos agradecimentos, nem mesmo o louvamos por ter feito o que nos parece que é o seu dever, regozijamo-nos por verificar que coincide o prof. Marcello Caetano nessa posição e que não se esquiva a oferecer-se, num modelo acessível, à prestação de contas.

Pela nossa parte, não nos esquivámos nós também ao que supomos o nosso dever: ouvi-lo como parte que somos do País a que se dirigiu, tentar entender o que nos disse, levantar alguns pontos de dúvida, fixar também alguns outros pontos que só o Poder, pela informação de que dispõe, está em condições de mostrar na sua mais apropriada dimensão. E aí, parece-nos, para irmos ao cerne de todas as nossas aflições, é inevitável chamar a atenção para o grave esquema de práticas e mentalidades que se registam no sector privado da nossa economia. Palavras que podem parecer ásperas, a que não estamos habituados quase que nem mesmo na crítica dos críticos de ofício, elas assumem a importância da autoridade que os pronunciou e exprimem, no seu conjunto, uma gravidade que não pode ser ignorada por ninguém.

Onde estão e o que são as forças económicas deste País? Como é que funcionam, como é que desempenham o papel que lhes cabe no quadro do desenvolvimento geral em que todos se empenham e de que nós queremos legitimamente ter a nossa parte? Não vai com certeza alguém pensar que se trata de encostar os cotovelos e abanar a bananeira para lhe saborear o maná. É preciso realmente mobilizar esforços e vontades, não para dizer que se mobilizam, nem simplesmente para os aferrolhar nos armazéns como quem os manda fundir em barras, mas para lançar tudo isso, em cada instante, na batalha que também em cada instante não pode deixar de travar-se. Mas quando se fala em batalha (e toda a gente fala porque efectivamente é disso que se trata) não é legítimo pensar em heroísmos loucos, nem em façanhas de destemor individual, mas no grande empreendimento ordenado e reflectido que se entenda no seu conjunto e onde cada um compreenda e sinta a quota que se lhe pede.

Quando ouvimos as palavras com que o Chefe do Governo se referiu à agricultura, no meio do negro do quadro não nos esquivámos a sorrir, porque parecia estar a falar-nos do Teatro, com a sua crise de toda a vida, pelo menos de toda a nossa vida, pois toda a vida ouvimos falar dela. As terras não prestam, as colheitas são fracas. Mas têm as terras o tratamento adequado? As culturas são escolhidas de acordo com a qualidade das terras? Qual é o apoio técnico? Não adianta que nos venham dizer que há tantas brigadas técnicas, etc., se nós não tivermos toda a certeza de que os técnicos têm mais que fazer do que mapas e relatórios.

Da indústria o quadro é aflitivo: «carece de imaginação e de ousadia, habituada desde sempre ao proteccionismo (...) e viciada na utilização de crédito para suprir as carências de capital próprio». Quanto é que tem custado ao País a ilusão de algumas fábricas semeadas onde calha? Em que é que isso tem contribuído para fixar as populações em fuga? Como é que se tem escolhido a sua localização? O que é que está feito em cálculo de custos? E depois, quando deparam no mercado com o produto similar estrangeiro, melhor ou mais barato ou as duas coisas ao mesmo tempo, aqui-d'el-rei que o Estado não nos acode. Mas há-de o Estado acudir à asneira, à inépcia ou ao aventureirismo? Só se for por compadrio. Mas aí, alto! Aí seria outra conversa que nos parece inútil. Se as razões técnicas nem toda a gente entende, as razões morais entendem-nas todas as pessoas, pelo menos todas as pessoas de bem. E é só com essas que pretendemos manter esta conversa.

MÓVEIS

Nórdicos e todos os estilos. Estofos — Colchões — Mapies-cama

FACILIDADES DE PAGAMENTO E TROCA

MOFEL

MÓVEIS FERLIM, LDA.
Rua de S. Bento, 243
Telef. 67 62 69

C. M. L. ESTUFA FRIA

Hoje às 21.30 horas

ESPECTÁCULO GRATUITO

«O BAILE DOS MERCADORES» — de João Osório de Castro — com Madalena Sotto, Adelina Campos, Leonor Peeira, Luís Filipe, António Machado, Ricardo Alberty, Alfredo Jorge, Duarte Nuno, Beatriz de Almeida, Graça Vitória, Andrade e Silva, Henrique Viana, Fausto Correia Leite, Jorge Vale, Carlos Daniel e Augusto de Figueiredo

Pela COMPANHIA DE TEATRO POPULAR

Dirigida pelo Actor Augusto de Figueiredo

Distribuição de Bilhetes:

Restauradores, das 18 ás 20 horas
Estufa Fria, ás 21 horas M/ 12 anos

Operações de Bolsa

BANCO DO ALENTEJO

TEATRO INFANTIL

Amanhã, representa-se, na Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo, a peça infantil «Era uma vez uma princesinha» original de Eduardo Damas, com musica de Manuel Paião. Sob direcção de Rosa Mateus, o desempenho está a cargo de Carmen Judite, Carlos Costa, Magda Viterbo, Jacob Picoto, Maria Gascon, Margarida Brito, Armando Matos, Isabel Romano, Nelson Camacho, Celso Sacavem, Jacob Pinto, Vítor Manuel e Rodolfo Augusto.

Este espectáculo tem o apoio da C. M. L.

Teatro TELEF. 717017
Maria Matos

TODAS AS NOITES
ÀS 21.45 HORAS
Sábados e Domingos
também às 16 horas

10 ÚLTIMOS DIAS
antes da partida para o
FESTIVAL DE TEATRO
DE MADRID
A DIVERTIDISSIMA SÁTIRA

A RELÍQUIA
EÇA DE QUEIROZ

(Maiores de 17 anos)
SÁBADO, ÀS 16 HORAS
TARDE POPULAR
com o mesmo tabela
dos noites de quinta-feira
BALCÃO: 10$, 15$ e 30$00
PLATEIA: 30$00 e 50$00

Os jovens dos 17 aos 24 anos têm, nas tardes de sábado e nos 2 espectáculos de domingo, 50% de desconto nas normas habituais

«O DIA SEGUINTE» NA JUGOSLÁVIA

Como noticiámos, a peça em um acto de Luiz Francisco Rebello «O Dia Seguinte», após ter sido levado á cena com assinalável êxito em Itália e na Bélgica, foi agora apresentada pela Televisão jugoslava, em tradução de Dominika Pinjevec, adaptada á TV por Sasa Vrega, com o título de «Nasledni Dan». A nossa gravura dá-nos um aspecto da versão jugoslava da peça de L. F. Rebello, em cuja interpretação intervieram actrizes e actores conhecidos

Crédito Universitário
BANCO DO ALENTEJO

1.as EXIBIÇÕES

«OS INTOCÁVEIS»

TÍTULO ORIGINAL — «Gli Intoccabili» ou «Machine Gun MCCAIN».
REALIZAÇAO — Giuliano Montaldo, 1969 (Itália-E. U, A,).
ARGUMENTO — Mino Roly.
FOTOGRAFIA — Erico Menczer (Technicolor e Techniscope).
MÚSICA — Ennio Morricone.
PRODUÇAO — Marco Vicario e Bino Cicogna.
INTÉRPRETES — John Peter Falk, Gabriele Ferzetti, Salvo Randone, Gena Rowlands, etc.
Cassavetes, Britt Ekland,
DISTRIBUIÇAO — Filmes Castello Lopes.
ESTREIA — Cinema Condes (25-9-70).

Os Intocáveis, que acaba por resultar num espectáculo interessante, é um filme que nos desagrada sob diversos aspectos. Primeiramente porque volta a demonstrar por A+B que para se filmar a ambiência de um país é necessário conhecê-lo, vivê-lo, tê-lo no sangue. O que acontece com Huston, Hawks, Walsh, Brooks ou Ray em relação á América e não é decididamente o caso do italiano Giuliano Montaldo. Acontecia o mesmo com o espanhol Isasi Isasmendi de *Os Homens de Las Vegas* (ainda que em proporções menos ambiciosas). Enquanto uns vivem de dentro, os outros vêem de fora. Os resultados são diferentes. Por muita curiosidade que *Os Intocáveis* apresentem, é sempre numa América decorativa que os *gangsters* actuam. Mas, para além disso, há ainda o lado de *receita* que mostra nitidamente que a película foi feita a pensar só no negócio (ainda que se concorde tratar-se de um produto bem acabado). Desde o tom *Bonnie e Clyde* até ás homenagens a Bogart, Che on Cagney (um pouco a despropósito, caracterizando a pessoa que pretendem definir), passando pelos ambientes que percorre, quase tudo soa a falso nestes *Intocáveis* de Montaldo.

A parte isso (que é mais pressentido do que visto), *Os Intocáveis* têm um belo naipe de actores (entre eles John Cassavetes, Peter Falk e Gabriele Ferzetti) e um estilo narrativo, seco e movimentado, que *apanha* rápidamente os espectadores. Há ainda a denuncia de uma Mafia tentacular, que tudo domina e corrompe, que dirige casinos em Las Vegas e a finança em Nova York, que está por detrás das *apostas*, no proxenetismo, nos sindicatos, etc., e se organiza na perseguição de um *fora-da-(sua)-lei* como uma autêntica policia federal. Um Estado dentro do Estado, ou o submundo do crime. Pelas porpoções, porém, apetece até variar a máxima: um Estado dentro do Estado, ou o submundo da legalidade

L A

COLISEU
(Maiores de 12 anos)
O maior espectáculo de Lisboa
Grande Companhia Internacional de Circo
ATRACÇÕES DE CATEGORIA
NUMEROS DE SENSAÇÃO
PALHAÇOS
AMANHÃ
à tarde, ás 16 horas, entrada gratuita ás crianças até 10 anos
à noite, ás 21.30
Maiores de 6 anos

«A PONTE DE REMAGEN»

TÍTULO ORIGINAL — «The Bridge at Remagen»
REALIZAÇÃO — John Guillermin, 1969 (E.U.A.)
ARGUMENTO — Richard Yates e William Roberts
FOTOGRAFIA — Stanley Cortez (Panavision e Cor de Luxe)
MÚSICA — Elmer Bernstein
INTÉRPRETES — George Segal, Robert Vaughan, Ben Gazzara, Bradford Dillman, E. G. Marshall, etc.
DISTRIBUIÇAO — Rank Filmes
ESTREIA — Cinema Roma (25-9-70).

Mais um episódio da guerra de 1939-45 que o cinema recupera para comercialização da violência. A publicidade afiança que seis meses depois de Remagen ter ruído, os aliados ganhavam a guerra. Parecerá, portanto, existir uma relação definitiva de causa e efeito, entre a tomada da ponte e o fim da guerra. Não será de estranhar que qualquer dia apareça uma película documentando um determinado pequeno-almoço de Hitler, em consequência do qual se dirá que três meses e dezoito dias depois terminava a guerra. Enfim, falemos de «Remagen», pequena ponte de estrutura metálica que ligava as duas margens do Reno. A certa altura da luta entre alemães e americanos ela ficou sendo a unica via de passagem, depois de todas as outras pontes terem sido dinamitadas. Hitler dá então ordem para fazer explodir também Remagen, procurando assim dificultar o avanço dos aliados em solo germanico. Mas os oficiais encarregados da sua destruição hesitam. Eles sabem que do lado de lá estão ainda 75 000 soldados alemães que, sem a ponte, não poderão retirar. Por isso vão adiando a destruição, até que os americanos surgem do outro lado. Daí para diante tudo é «suspense»!... Os americanos atiram de um dos lados, os alemães defendem. Robert Vaughan é o Meirim dos (inexistentes) soldados de Hitler. Resiste-se de um lado e do outro. E morre-se. Morre-se muito. De repente há um major aliado que aparece estendido no chão, escorrendo sangue pelos lábios. Porquê? A verdade é que técnicamente, «Ponte de Remagen» é extremamente bem acabado. Quer dizer que a fotografia é boa, o colorido também, as trucagens idem, etc. Mas, narrativamente, ou seja, falando da progressão do espectáculo, este é particularmente monótono, moroso mesmo nalguns aspectos. A dignidade profissional dos técnicos não teve um mínimo de imaginação ou de talento a acompanhá-la. Tudo isto tem como consequência que os espectadores acabam por *estar-se nas tintas* para a ponte *saltar* ou não, ou seja, nas tintas para o filme.

De John Guillermin havíamos já visto «O Despertar do Amor» (Rupture), «Uma Nova Cara no Inferno» (P. J.), entre outros títulos menos interessantes.

L. A.

NO TEATRO TELEF. 555133
MONUMENTAL
em ESTREIA na 5.ª-FEIRA
ÀS 21,45 H M/ 12 ANOS
HARKNESS BALLET
DE NOVA YORK
UM ACONTECIMENTO ARTÍSTICO
8 ÚNICOS DIAS
DIRECÇÃO ARTÍSTICA: REBEKAH HARKNESS
ORQUESTRA SINFÓNICA — CORPO DE BAILE
BILHETES À VENDA PARA A ESTREIA

TAUROMAQUIA

DE MADRID A LISBOA

A chegada a Madrid logo topámos com cavaleiros portugueses que andam toureando por Espanha. Manuel Jorge, que já soma dez exibições, convidou o seu compadre, e nosso amigo, Manuel Guerreiro para o ver tourear no dia seguinte, a pouca distância da capital. Depois apareceu-nos Vítor Ribeiro, que vem disposto a dar batalha na Monumental de Madrid, no próximo dia 11 alternando com José Maldonado Cortes que já passa da dezena de corridas, e vai de viagem para Palma de Maiorca, onde se exibe no próximo domingo. David Teles leva toureadas outras tantas corridas, e depois Alfredo Conde, Varela Cid e outros, mas o «record» pertence a José Samuel Lupi, que anteontem toureou em Cáceres e cortou mais uma orelha, alternando com os irmãos Peralta e com Moreno Pidal. Na véspera tinha José Lupi cortado duas orelhas em Valladolid. Enfim, com os vários espanhóis, a época vai para os cavaleiros e para uma duzia de «espadas» mais famosos, e os menores lutam com os touros que aqueles não querem. «Celipe» escreveu no diário «Ya», de Madrid, que o normal era, antigamente, que os da primeira fila lidassem os touros grandes e deixassem os pequenos para os menores, mas que hoje acontece o contrário, e daí a simpatia com que os públicos vêem os novilheiros.

Foi o que aconteceu na novilhada que vimos em Madrid com duros touros de Vitorino Martins, os «Victorinos» lhes chamam aqui, para «El Macareno», logo colhido pelo primeiro e não mais saindo da enfermaria. «El Jerezano» foi também colhido pelo seu primeiro que recebeu de joelhos á saída da gaiola. Ingressou na enfermaria mas saiu no outro para repetir a mesma sorte, então com êxito e cortando duas orelhas. JosN Mata, um que mata e toureia firme, foi por tal aplaudido e saiu em ombros com «El Jerezano».

Quase se encheu a Monumental, mas a época dos turistas está a terminar, e as empresas perdendo porque os arrendamentos subiram ao exagero.

Da porta do «Gran Via» vimos como em Madrid está bem regulada a circulação dos automóveis em filas compactas, e sem perigo para os peões. Vimos desfilarem os «hippies» com roupas menores, porque os fatos completos estão caros, e eles têm que vestir como os ciganos, que foram os seus percursores. E as ciganas são agora copiadas nas sais das «hippiezinhas» que as usam a raspar o chão. «raspas» lhes chamam aqui. Felizmente subsistem as «minis» das perns bonitas, que as feias vão escondidas nas «raspas».

Espectáculos abundam, muitos teatros e cinemas, mas preferimos os do canto, como o do Calderon com António Molina e um bom Montoya.

Nas «Brujas» porecem «misses» as bailadoras estilizadas, tão diferentes daquelas Macarrona e Malena do nosso tempo. Para os portugueses, e para os turistas que regressam de Portugal, temos o «Fado» do patrício, Patrício, duas vezes com patrício, onde a querida Hermínia foi alvo de grande recebimento, e com solicitações para cantar. Não acedeu, porque a vem requerendo outra grande sala, onde já se exibiu com êxito, mas deu por ela um fadista do seu «Solar» de Lisboa, José Taborda, que foi muito aplaudido. E por todos os lados por onde andámos, e pelas «calles», foi Hermínia reconhecida, e logo surgiram os pedidos de autógrafos, e os cumprimentos dos admiradores da mais castiça das nossas.

Ontem, á noite, no Campo Pequeno com a enchente merecida pelo bom cartaz, lidaram-se touros do sr. Conde de Cabral; bravo o primeiro que José Mestre Batista bem aproveitou, ao som de música, ovações e voltas, e bem o seu segundo; limitando-se José Luís Miguel a dar um ar da sua graça no seu primeiro, e a nota de emoção no outro com que caiu com o cavalo, saindo ileso e ouvindo música com volta. Bem pegaram os Amadores de Santarém, com voltas e sendo-lhe brindado o segundo de Cabral Ascenção de Paquirri que foi o do seu maior êxito, com música e voltas, após passes magistrais de joelhos. Damaso também foi no seu segundo que obteve maior êxito, com musica. Tmbos prodigalizaram um tourelo a dois capotes muito do gosto do publico, como os circulares. Paquirri bandarilhou os seus dois admiràvelmente, e os de Damaso Barreto e Mário Freire.

«EL T. PEREZ»

Êxitos de Ricardo Chibanga

O nosso compatriota Chibanga que continua a contar por êxitos as suas actuações. Em de Dax (França) testemunhado por inúmeros compatriotas nossos - emigrantes que foi o triunfador do troféu *«au meillor novllero»* em competição com algumas das principais figuras espanholas.

Na feira de Algemesi, cortando três orelhas e rabo. Mercê deste somatório de êxitos, Chibanga acaba de ser contratado para actuar na importante feira de Saragoza.

UM ESPECTACULO DE VASCO MORGADO
todas as noites às 21,45 horas
CAPITÓLIO
TELEF 327493

UMA GARGALHADA PEGADA

a poesia medieval de
Gil Vicente com
a música actual do
quarteto 1111
em
TODO O
MUNDO
E NINGUÉM
Columbia 8E 006 40080 M
À venda nos revendedores habituais e em
VALENTIM DE CARVALHO
CI SARL

CITROËN

Festejamos o nascimento de mais um AMIGO. E já o milionésimo. Sentimo-nos felizes e com a satisfação própria de quem cumpre o seu dever. Para se produzir um milhão de carros de um modelo é preciso que ELE tenha a aceitação do público. E para isso é preciso que ELE reúna o conjunto das qualidades que fazem decidir o comprador mais exigente. Tinhamos de oferecer-lhe um presente. De escolha difícil pois o nosso AMIGO tem de tudo. Ou quase tudo! Faltavam-lhe as janelas de descer. Para um ainda maior conforto de condução. Pequeno argumento entre as suas grandes qualidades: janelas de descer e muito espaço por dentro para pessoas e bagagem, janelas de descer e o conforto e segurança Citroën, janelas de descer e travões de disco, janelas de descer e 35 cavalos, janelas de descer e a suspensão Citroën, janelas de descer e 6,5 litros aos 100 km., janelas de descer e tracção à frente, janelas de descer e... etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc., etc., mini-consumo e maxi-conforto só com o CITROEN AMI-8.

ami8

COM JANELAS DE DESCER

DOM PEPE
encerra
às 2.as-feiras

a Conta Juventude
BANCO DO ALENTEJO

ADULTOS
TEATRO ABC
Tel 366745

HOJE. 2 SESSÕES:
As 20 e 45 e 23 h
A FABULOSA
SUPER-REVISTA
ALTO LÁ COM ELAS!
O MELHOR
ESPECTÁCULO DO ANO
produção de JOSÉ MIGUEL
Com os popularissimos actores
CAMILO e IVONE
a plástica sensacional de
IO APOLONI
a voz de ouro de
TONY DE MATOS
LINDA SILVA
ORLANDO FERNANDES ● VITOR ESPADINHA (no «compère»)
30 MULHERES FASCINANTES!

O PLANEAMENTO EM PORTUGAL NÃO TEM SIDO SATISFATÓRIO

— AFIRMOU O DR. JOÃO SALGUEIRO ANUNCIANDO A PRÓXIMA PREPARAÇÃO DO IV PLANO DE FOMENTO

A necessidade do «maior realismo e celeridade de actuações, pela crescente aproximação entre o programado e o realizado» foi hoje apontada pelo dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento Económico, ao empossar o eng.º Correia Gago no cargo de director-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

Classificando as alterações introduzidas nos últimos meses na orgânica do planeamento, nomeadamente «a criação de meios institucionais do planeamento mais adequados», como «pré-condições em relação ao lançamento de planos de fomento mais ambiciosos», o dr. João Salgueiro anunciou para o início do próximo ano a preparação do IV Plano de Fomento.

«Não tem sido muito satisfatória ao longo do último decénio a actividade e planeamento em Portugal» — confessou João Salgueiro, embora declarando ser a experiência portuguesa de planeamento «uma das mais antigas no conjunto da Europa Ocidental».

O subsecretário de Estado do Planeamento, que semeou o seu discurso de frequentes improvisos, disse ainda que as mais recentes orientações, «*que neste domínio foram superiormente definidas pelo sr. Presidente do Conselho*», têm sido norteadas por duas finalidades principais a curto prazo:

● «*estabelecer as estruturas indispensáveis para que o planeamento corresponda ao exercício efectivo pela administração portuguesa de uma função de coordenação e promoção em ordem ao fomento económico e social;*

● *assegurar maior disciplina das actividades de preparação e execução dos Planos e Programas, saneando práticas de funcionamento de que resultam deficiências na projecção e selecção dos empreendimentos, atrasos e mau controle das realizações em curso*».

Por seu turno, o eng.º Correia Gago disse da sua satisfação pessoal por ter sido escolhido para dirigir o Secretariado Técnico e afirmou, em dado passo do seu discurso:

«*O que desejo sublinhar é que só com os planos nos é possível fazer uma ideia de onde poderíamos e viremos a poder estar e de que teria sido e será preciso fazer para isso; e só pelo «contrôle» e análise da sua execução se pode diagnosticar com relativa precisão por que motivos se não terá conseguido avançar com a rapidez prevista, que factores estruturais e institucionais ou que tipo de recursos falharam impedindo que se atingissem os resultados previstos, qual o realismo com que foram estimados os custos dos programas, em que medida se terão exagerado as expectativas de capacidade de execução do sector público e da capacidade de reacção e de iniciativa do sector privado.*»

Por fim, o eng.º Correia Gago, referindo-se á próxima preparação do IV Plano de Fomento, disse que nela «não se poderão ignorar opções de transcendente significado para a vida da Nação».

MONTAGEM NA (BAIXA) DA SINALIZAÇÃO LUMINOSA

Principiaram ontem as obras da fase B (que compreende algumas ruas da Baixa) da empreitada referente á montagem do novo sistema de sinalização luminosa na cidade. Prevê-se que estas obras estejam concluídas em 12 de Dezembro.

Também em breve, vão ser feitos os recortes nos passeios da Avenida Pedro Álvares Cabral, para o estacionamento entre as árvores que se conseguiram poupar através de novo estudo. Para a paragem de autocarros, no sentido ascendente, haverá que suprimir apenas duas árovres menos desenvolvidas.

Quanto á Avenida de Berna que se integra na principal circular via rápida da cidade (da Ponte Salazar ao Areeiro e futuramente a Chelas), vai prosseguir-se na alteração do seu perfil tal como já foi realizado junto da Fundação Gulbenkian. Segundo comunicação da Camara «infelizmente apesar da revisão aturada aque se procedeu sobre o problema, não é possível evitar-se a supressão das placas centrais arborizadas ainda existentes, aliás como se verifica no restante trajecto».

E naquela comunicação conclui-se:

«A Camara conta com a melhor colaboração do publico no incómodo que as obras causam, especialmente quanto ao estacionamento — que deve ser plenamente respeitado nos troços em obra, para não prejudicar o seu próprio andamento — e quanto ao ruído que sempre ocasionam, executando-se de noite apenas o que for considerado indispensável».

Salvou-se a tripulação do cargueiro holandês

A tripulação («de cerca de 15 homens») do cargueiro holandês «Shamrocú Reefer», está a salvo em terra, no Ponta da Lamparoeira, a partir do meio-dia de hoje, depois de o comandante ter feito encalhar ali o barco, para evitar o seu afundamento.

O barco tinha emitido sinais de S. O. S., cerca das 2 horas da madrugada de hoje, quando navegava, rumo a Lisboa, nas águas das Berlengas. Fora detectada água aberta, quase logo seguida de inundação da casa das máquinas.

O comandante decidiu fazer rumo á costa, que veio a atingir 24 milhas ao Sul do Cabo Carvoeiro, na Ponta da Lamparoeira, umas 10 milhas a Norte da Ericeira. Como o barco ameaçava afundar-se foi decidido encalhá-lo na plataforma rochosa inclinada que forma aquela ponta.

O «Shamrock Reefer» vai agora ser vistoriado a fim de se tentar a sua reparação provisória, no local, de forma a permitir que seja depois rebocado para Lisboa.

«Corrida... Pois... Pois»

(iniciativa de J. Pimenta)

A promoção turística «À procura de Portugal», iniciativa de J. Pimenta, S. A. R. L., aproxima-se do seu termo. Precisamente no domingo, ás 21 e 45, no Campo Pequeno, decorrerá o espectáculo «Corrida... Pois... Pois», último número de um aliciante programa que esteve presente em Portimão, Castelo Branco, Porto e Coimbra.

Intervirão os cavaleiros Manuel Conde e Luís Miguel da Veiga, os espadas Amadeu dos Anjos e Ricardo Chibanga e o Grupo de Forcados Amadores do Montijo.

Entretanto, na noite de amanhã (sábado), J. Pimenta promove, às 0 e 30, o lançamento de fogo de artifício, no Rio Tejo, em frente do Cais das Colunas, no Terreiro do Paço.

Por outro lado, no domingo, ás 13 e 30, em Paço de Arcos, decorrerá o interessante concurso radiofónico «Cozinheiro... Pois... Pois...», com valiosos prémios (viagens e permanência em Angola, Madeira, Açores e Continente; rádios transistorizados e estadias grátis que vão de três meses a um ano nos apartamentos turísticos da empresa em Paço de Arcos).

Bolsa de Lisboa

FUNDOS DO ESTADO	Obs	Compra	Venda
Consolidado 4 3/4%	—	—	500$
Consolidado 5%	—	—	509$
Consolidado 5 1/2%	—	—	612$
Centenários 4%	1.440$	—	1.440$
Obrig. Tesouro 5%	1.000$	—	1.000$
Externo 1.ª Série	—	575$	—
Externo 2.ª Série	—	—	700$
Externo 3.ª Série	750$	—	—
Externo 3.ª Série 6	—	—	780$
Externo 3.ª Série	—	142$	—
OBRIGAÇÕES			
Águas Lisboa 5%	—	490$	—
A P L 5% 56	—	—	930$
A P L 5% 58	—	—	930$
A P A 4 1/2% 65	—	—	870$
A P A 4 1/2% 67	—	—	—
C U P 6%	—	—	—
C U P 6% 68	950$	950$	970$
Gás Elect 4% 48	—	830$	850$
Gás Elect 4 1/2% 51	—	—	800$
Gás Elect 5% 54	—	780$	—
Gás Elect 5% 58	—	—	—
Gás Elect 5% 59	—	—	800$
Gás Elect 5% 64	—	940$	—
Gás Elect 5% 66	—	—	945$
Gás Elect 5% 65	—	—	—
Gás Elect 5% 67	—	950$	—
H. B. A. Alentejo 5%	—	750$	—
H. B. Cávado 5%	—	770$	—
H. E. Cávado 6%	—	960$	—
H. E. Douro 5%	770$	760$	780$
H. E. Douro 6%	—	950$	960$
H. E. Norte Port 6%	—	860$	—
H. E. S. Estrela 6%	930$	920$	980$
Lisnave 6%	—	790$	—
H. E. Zêzere 5% 55	—	790$	—
H. E. Zêzere 5% 57	920$	—	930$
Metropolitano 4%	820$	815$	—
Metropolitano 3 3/4%	950$	950$	960$
Moçambique 5%	—	710$	—
Nac. Elect. 5%	—	780$	—
Nitratos 5%	—	—	770$
Nitratos 5% 60	—	—	770$
Petrogalp Ca 5%	—	—	865$
Port. Celu. 5%	—	—	—
Socor 5% 54	—	—	955$
Socor 5% 60	—	800$	850$
Siderurgia 5% 2.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 3.ª	—	—	—
Siderurgia 5% 4.ª	—	—	—
Sonete 5%	—	810$	830$
T A P 4%	—	—	—
Termoelect. Port. 5%	—	750$	—
U E P 3 3/4%	—	84$	—
U E P 4%	—	85$	90$
U E P 4 1/2%	—	90$	—
U E P 5%	—	76$	77$
U E P 5% 60	—	—	780$
U E P 5% 63	—	830$	—

Ultramarinos	Obs	Compra	Venda
Bus	80$5	80$5	81$
Cabinda	—	212$	216$
Diamantes Angola	2.470$	2.460$	2.480$
Ind. e Revue	720$	720$	—
Ind. de Príncipe	—	—	—
Moçambique	188$	187$	189$
Sonete A	—	425$	—
Sonete B	435$	435$	437$
Zambésia	—	80$	81$
Diversos			
Rádio	6.650$	6.620$	6.700$
Cim. Leiria	—	4.300$	4.600$
Cim. Tejo	—	7.200$	7.300$
Cor. Navegação	—	1.450$	1.470$
C. U. P.	—	1.525$	—
Ind. Aliança	—	—	850$
Nac. Navegação	3.750$	3.700$	3.800$
Papel Prelada	—	1.700$	1.750$
Port. e Colónias	1.400$	1.400$	—
Port. Celulose	—	4.040$	4.100$
Port. Pesca	—	1.030$	1.060$
Port. Tabacos	711$	710$	712$
Sacor	4.600$	4.550$	4.620$
Sidenurgia Nac.	2.280$	2.270$	2.290$
Sorefame	3.260$	3.250$	3.270$
Tabacos de Portugal	—	1.650$	1.780$
Tabaqueira	7.700$	7.500$	7.800$
U. F. Azoto	—	786$	790$
Agua Elect. e Gás			
Águas Lisboa P	—	395$	—
Águas Lisboa 34	—	420$	440$
Águas Lisboa 36	—	395$	—
C. P. Electricidade	1.205$	1.205$	1.206$
C. P. Electricidade nom.	—	1.185$	1.190$
C. P. Electricidade 969	—	—	—
Elect. Beira	—	1.730$	1.750$
Gás Elect.	424$5	424$5	425$
H. E. Alto Alentejo	189$5	189$	189$5
H. E. Norte Portugal	—	275$	300$
H. E. S. Estrela	—	—	—
Nac. Electricidade	—	—	—
U. E. P.	190$	189$	191$
FUNDOS DE INVESTIMENTO			
F. I. Atlântico	—	198$3	204$2
F. I. D. E. S.	—	122$4	126$1

ALMEIDA, BASTO & PIOMBINO & C.ª

TODAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS

Rua do Ouro, 52-54 — Lisboa — Tel. 366066/7

Teleg. ALMEIRO — Telex 47 ALBAP P

AÇÕES	Obs	Compra	Venda
Agricultura	—	2.260$	2.270$
Alentejo	1.160$	1.158$	1.162$
Angola	3.580$	3.580$	3.600$
Burnay	—	—	—
Créd. Predial	—	8.700$	2.800$
E. Santo	—	20.750$	20.900$
E. Santo n.	—	—	—
Fonsecas S. P.	—	—	20.500$
Fomento	—	2.580$	2.600$
L. G. Açores P.	—	6.700$	6.800$
L. G. Açores n.	—	—	—
P. Atlântico P.	—	5.500$	5.530$
Portugal n.	3.280$	3.260$	3.300$
Portugal P.	—	—	4.400$
Totta Aliança	—	5.880$	6.000$
Ultramarino n.	3.455$	3.595$	3.455$
Ultramarino P.	—	—	4.400$
Seguros			
Alentejo	160$	160$	160$5
Douro	—	1.500$	—
Mundial	1.005$	1.000$	1.010$
Sagres	—	1.700$	1.850$
Tranquilidade	—	55.000$	65.000$
Ultramarino	—	25.000$	—
Ultramarinos			
Açucar de Angola	770$	771$	775$
Ag. Cassequel	675$	670$	675$
Ag. Incomati	—	—	—
Ag. Neves	—	—	—
Ag. S. Tomé e Príncipe	—	290$	300$
Boror	—	190$	170$

ÍNDICE BORGES & IRMÃO

COTAÇÃO DAS ACÇÕES (Base Dez. 65=100)

	25/9/70	1/10/70	2/10/70
GERAL	149,5	149,9	149,7
METROPOL.	142,0	142,2	142,3
ULTRAM.	204,4	206,0	204,3

J. BURNAY L. — DA Notas estrangeiras, Papéis de crédito

RUA DO OURO, 72 — Tel. 231273

PAISES	COMPRAS	VENDAS
Africa do Sul — Rande	34$00	36$50
Alemanha — Marco	7$75	8$05
América.		
— Dólares de 1 e 2	28$20	28$70
— Dólares de 5 a 000	28$50	28$90
Argentino — Peso Novo	5$50	7$50
Austria — Schilling	$'0	$'6
Bélgica — Franco	$56	$59
Brasil — Cruzeiro	4$50	6$00
Canadá — Dólar	27$70	28$20
Dinamarca — Coroa	3$70	4$00
Espanha — Peseta	$40,5	$42
França — Franco	5$00	5$30
Holanda — Florim	7$80	8$ 0
Inglaterra — Libra	68$00	10$00
Itália — Lira	$04,35	$04,65
Marrocos — Dirham	4$80	5$40
Noruega — Coroa	3$85	4$ 5
Suécia — Coroa	5$35	5$65
Suíça — Franco	6$60	6$82
Ouro:		
Inglaterra — Libra Isabel	290$00	310$00
Inglaterra — /2 Libra	290$00	310$00
Ouro fino — Barra	35$00	37$00

S. R.

MINISTERIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa para o estabelecimento, no freguesia da Cova da Piedade, concelho de Almada, de uma linha aérea a 30 kV com 18 m de comprimento, do apoio n.º 101 da linha aérea n.º LI-30-5 ao posto de transformação da CONCRETOPE (Fábrica de Betão Pronto, S. A. R. L.).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Setembro de 1970.

Pelo Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

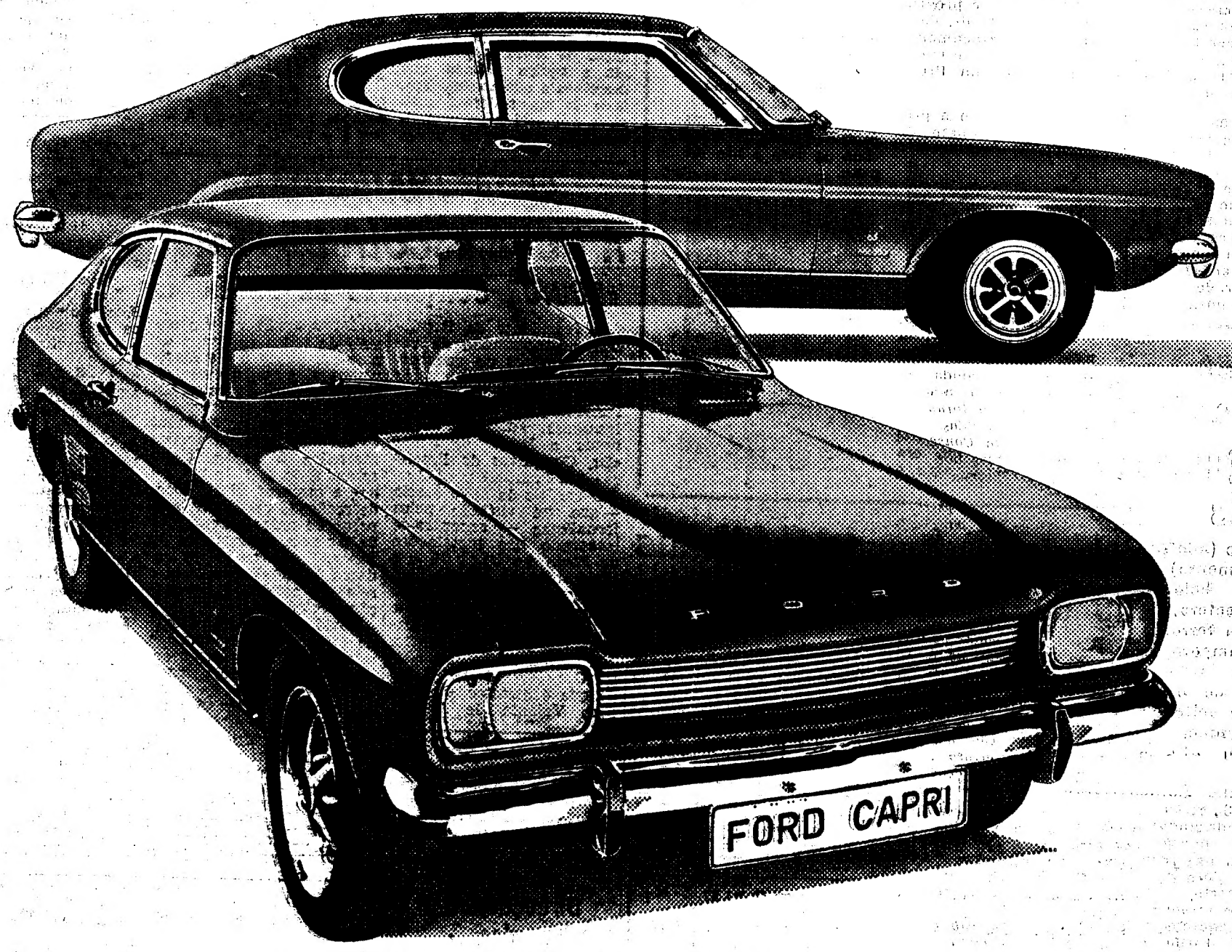
CECÍLIA NUNES ÁGRIA CALADO

FALECEU

Jaime Nunes de Carvalho, sua mulher, filha, genro e netos; Eduardo Nunes Calado, sua mulher e filha; Fernando Nunes Calado sua mulher, filho e nora (ausentes); Augusto Nunes Calado sua mulher, filhos e mais família cumprem o doloroso dever de participar a todas as pessoas das suas relações que faleceu a sua saudosa mãe, sogra, avó e bisavó e que o funeral se realiza, amanhã pelas 11 horas, da igreja dos Anjos (sai da cripta) para o cemitério do Lumiar.

Trata AGÊNCIA MACHADO DA COSTA

A Organização Ford tem o orgulho de apresentar os Ford Capri montados em Portugal



O Carro Que V. Sempre Desejou Possuir

O êxito dos Ford Capri justifica a sua montagem em Portugal. Em 6 versões diferentes: 1300 L, 1600 L, 1600 XL, 1600 GT XL, 1600 GT XLR, 3000 GT XLR. Todas de linhas aerodinâmicas e modernas! Todas desportivas... mas também familiares!

Escolha nelas o Capri que desejar com a potência que quiser. Venha vê-los! Visite o seu Concessionário e escolha o Capri que mais lhe convém.

Apoiado pelo Serviço e Peças Ford

Ford Capri DESDE **Esc. 82.830**

Ford

FORD À FRENTE

Em exposição no seu concessionário FORD

EM LISBOA

AUTO BOAVISTA, LDA. R. da Boavista, 81-B - Telef. 66 91 41
AUTO RALI, S.A.R.L. Av. Almirante Reis, 130-A - Telef. 4 18 32/84 — Av. Eng.° Frederico Ulrich - Telef. 28 65 31 - Cascais
J. MENDES COELHO, LDA. R. Alexandre Herculano, 6-A - Telef. 4 61 47
LINCURI Av. da República, 32-A - Telef. 77 70 91
STAND MODERNO Av. Fontes Pereira de Melo, 15-A - Telef. 4 96 69 — R. João Saraiva, 15 (Alvalade) - Telef. 71 10 65/9

ora diga-nos...

— Já andou de burro?

... A um morto nada se recusa / E eu quero, por força, ir de burro

(Sá Carneiro)

● — De burro? De burro nunca. Andei de carroça — *disse Carlos João Gomes Pinto, de 10 anos, nascido em Lisboa.*

— Gostaste?

— Gostei. Tem piada. É giro.

● — Muitas vezes. Em Ourique — *afirmou o*

sr. Eugénio de Oliveira.

— Acho que é um bom meio de transporte... Em Lisboa, claro, isso não se usa.

● — Em pequeno, sobretudo, andei muito. Até tinha a mania que era cavaleiro — *declarou o sr. António Carrasqueiro, natural de Porto de Mós.*

E acrescentou:

— E gostava daquilo.

— Nunca caiu?

— Algumas vezes. Uma delas o animal galgou por cima de mim e não me pisou.

Novo antibiótico contra a lepra

está a ser experimentado no Hospital Rovisco Pais

Encontra-se no nosso País o professor Piero Sensi, director do Centro de Investigação de Milão, o qual dirigiu a equipa italiana que descobriu a rifampicina. Trata-se de um poderoso antivirus que está a ser experimentado, em vários países no tratamento de diversas doenças nomeadamente a lepra e a tuberculose.

Em Portugal, o novo antibiótico foi posto á prova em hospitalares, incluindo a Leprosaria Rovisco Pais. Um médico daquele hospital informou-nos que a rifampicina está a ser experimentada em diversos doentes há cerca de dois meses.

— *Dois meses é muito pouco conclusões definitivas* — disse-nos o nosso informador.

Entretanto, o prof. Piero Sensi e o seu colega de equipa prof. Stefan Furesz, que o acompanha, oferecem hoje, pelas 19 horas no Hotel Ritz, uma recepção em honra do Ministério da Saude de Portugal e dos médicos portugueses que colaboraram na experimentação clínica da rifampicina. A esta recepção assiste também o embaixador de Itália.

Iniciativa do Centro Cultural dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante

Indo ao encontro da evolução tecnológica que, nos últimos anos, se tem verificado, considerou o Centro Cultural dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante dever incrementar ao máximo a aproximação entre os associados e proporcionar-lhes toda a gama de conhecimentos necessária para que a profissão seja exercida o mais eficientemente possível.

Deste modo, ficou decidido efectuar-se um curso, de que será monitor o eng. Fonseca Lopes (Lisnave), o qual, entre outros temas, compreende um dedicado á «Qualificação de funções».

O primeiro colóquio efectuar-se-á no próximo dia 12 do corrente.

SERÁ INAUGURADA A NOVA ESCOLA DE PESCA «DOUTOR GONÇALVES DE PROENÇA»

O Presidente da República, acompanhado de vários membros do governo, entre os quais, os ministros da Marinha, das Obras Públicas e das Corporações, inaugura, amanhã, às 11 horas, a Escola de Pesca «Dr. Gonçalves de Proença», em Pedrouços.

O edifício da nova escola — que foi visitado pelos jornalistas — encontra-se integrado nas instalações do Porto de Lisboa e é constituído por dois blocos independentes, correspondentes às zonas escolar e de internato, esta com capacidade para 200 alunos.

A Escola de Pesca «Doutor Gonçalves de Proença», de que é director o comodoro Valente de Araújo, está preparada para o ensino de todos os graus de pesca, desde o de marinheiro-pescador aos de contra-mestre e mestre. Está também apetrechada para o ensino profissional das várias especializações inerentes à pesca, como sejam a do frio de máquinas e motores, electrónica, detecção de cardumes, emprego de redes e aparelhos de pesca, tratamento do pescado, utilização de radares de movimento real e relativo, sondas e navegação electrónica.

Devido á falta de pessoal de terra, será também administrada instrução sobre tratamento de pescado e infra-estruturas de pesca e serão proporcionados conhecimentos complementares, em determinadas especializações, em colaboração com o Instituto de Biologia Maritima e de Tecnologia e Instituto Hidrográfico.

Estão também previstos cursos de formação acelerada para profissionais.

VICE-PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL

A Associação Industrial Portuguesa vai efectuar, em 15 do corrente, pelas 21 e 30, uma assembleia geral extraordinária para eleição de dois vice-presidentes. Aquele acto eleitoral destina-se, pois, a preencher as vagas resultantes do falecimento dos anteriores vice-presidentes, eng.º Paulo de Barros e dr. Lucas de Sousa.

BOM APETITE

RESTAURANTE
QUINTA DE S. VICENTE
Telheiras de Cima, 144
Telef. 790211
JANTARES DANÇANTES
AOS SÁBADOS E DOMINGOS
c/ conjunto privativo
AMBIENTE DISTINTAMENTE FAMILIAR
(Maiores de 15 anos)
Premiado pelo S. N. I.

JANTE NA TARANTELA
EM AMBIENTE FAMILIAR
Largo D. Estefânia, 22
SALA NO 1.º ANDAR PARA LANCHES DE CASAMENTOS

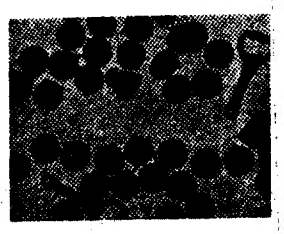
O mais típico restaurante do Algarve é
A Toca do Caracol
em ALCANTARILHA
(a 2 km de Armação de Pêra)
— Cozinha regional —

TONY DOS BIFES
AMANHÃ
FEIJOADA À PORTUGUESA
DOMINGO
ARROZ DE FRANGO À VALENCIANA
Av. Praia da Vitória, 50-E
Telef. 536060
ABERTO AOS DOMINGOS

20.ª COLECÇÃO

LISBOA DIA E NOITE

Boletim do dia 2 de Outubro de 1970



S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos de art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa para o estabelecimento, no freguesia do Castelo, concelho de Sesimbra, de uma linha aérea a 15 kV com 10 m de comprimento do apoio n.º 2 da linha mista n.º 10-8-1 ao posto de transformação de J. Pereira da Costa.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Setembro de 1970.

Pelo Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS

Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos

DIVISÃO DE OBRAS

Concurso Público para arrematação da empreitada de execução das obras de construção civil para a instalação de uma válvula de jacto oco na descarga de fundo da Barragem da Bravura, da obra de rega dos campos do Alvor

Anuncia-se que até ao dia 29 de Outubro de 1970 se encontra aberto concurso público para arrematação da empreitada acima referida.

O acto público do concurso realizar-se-á pelas 15 horas do dia seguinte ao anteriormente indicado, na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, situada em Lisboa, na rua de São Mamede (ao Caldas) n.º 23.

— DEPÓSITO PROVISÓRIO: 950000

— Alvarás exigidos aos concorrentes:

I categoria ou sua 3.ª subcategoria
ou
II categoria ou sua 4.ª subcategoria, e classe ou subclasse correspondente ao valor da proposta.

O projecto, o caderno de encargos e o programa de concurso poderão ser examinados na Divisão de Obras da Direcção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos, situada em Lisboa, na rua de São Mamede (ao Caldas), n.º 23, em todos os dias úteis e nas horas de expediente.

Lisboa, em 29 de Setembro de 1970.

O ENGENHEIRO DIRECTOR-GERAL
(a) *Armando da Palma Carlos*

ALICE MARIA REGRESSOU AO «LISBOA À NOITE»

Alice Maria, que casou recentemente (como noticiámos) com José Amaro (também intérprete de fado, embora pertencendo á «Severa»), regressou já ao «Lisboa á Noite» e ao elenco encabeçado por Fernanda Maria e de que também fazem parte Manuel de Almeida, Adelino Rodrigues e Martinho da Assunção. Para breve, Alice Maria prepara um novo disco (para a «Estudio»), onde registará interpretações de alguns dos seus poemas.

ADRIANA FRANCO E NUNO DE AGUIAR NO «SOLAR DO MINHO»

Adriana Franco e Nuno de Aguiar ingressaram no elenco do «Solar do Minho», de que fazem parte Eduarda Maria, Natália dos Anjos, Artur dos Santos, António Valente (guitarra) e António Meneses (viola). O casal de artistas gravou um programa de fados, a transmitir oportunamente pela R.T.P. Foram acompanhados por um conjunto constituído por João Alberto e Manuel Mendes (guitarras), Manuel Martins e Liberto Conde (violas).

ANNY QUINTAS: FÉRIAS EM PORTUGAL

Começou por ser bailarina e dançar ainda é prazer apetecido. Teve passagem breve pelos tablados do Monumental e do Vasco Santana. Depois interessou-se pela canção. Aconteceu há dois anos e meio, em Espanha. Hoje, Anny Quintas dedica-se a constante actividade profissional de cançonetista. Melodias de sabor internacional, muitas de sua autoria (letra e musica), constituem variado repertório a garantir o aplauso de plateias exigentes. Bonita, morena, uns olhos que só vistos, inteligente, a artista sabe trilhar uma carreira de resultado garantido. Depois de umas curtas férias em Portugal, Anny Quintas vai cumprir contratos em Barcelona e Costa Brava. Espanha continua a apadrinhar o êxito

✻ aceite o nosso CONVITE ✻

PROSSEGUE COM ÊXITO A NOSSA INICIATIVA

Prossegue com êxito a iniciativa que estamos a promover, com a colaboração dos melhores restaurantes típicos e «boites» de Lisboa, Sintra e Costa do Sol. Efectivamente, milhares de leitores participam no concurso, habilitando-se semanalmente á possibilidade de algumas horas agradáveis, juntando e ouvindo o fado ou a dançar numa elegante «boite», sem ser preciso gastar dinheiro.

Basta coleccionar os cupões que publicamos de segunda a sábado, juntar-lhes os boletins de identificação (que publicamos também ao sábado e devem ser preenchidos com letra bem legível), remetendo-os para os nossos serviços administrativos: Rua Castilho, 185, 1.º (em Lisboa). Nada mais é necessário para ficar habilitado ao sorteio que, semanalmente, contempla algumas dezenas de concorrentes. E lembremos que cada premiado pode fazer-se acompanhar por um parente ou amigo. É duplo, portanto, o prémio que lhe cabe em sorte.

Aceite também o nosso convite: divirta-se, sem gastar dinheiro.

CELESTE MARIA PRIMEIRO DISCO

Celeste Maria, do elenco da «Kaverna», gravou há dias o primeiro disco (para a etiqueta «Estúdio»), onde incluiu «Caminhar no vazio» e «Ai, fado, fado», melodias de Jeny Teles com versos de Domingos Silva e José Lopes, respectivamente; «Temas fadistas» e «As minhas flores», melodias de José António Sabrosa e Alfredo Duarte para versos de Domingos Silva. Celeste Maria foi acompanhada por um conjunto constituído por Francisco Carvalhinho e António Chainho (guitarras), Martinho da Assunção e José Maria Nóbrega (violas).

«O PREÇO» NO LAURA ALVES

O mais íntimo da vida de dois irmãos, as esperanças e frustrações de uma mulher sem horizontes, todo o poder avultante do dinheiro: misturando estes temas, escreveu Arthur Miller «O Preço», um drama de tintas fortes e diálogo apaixonante, que retrata a vida norte-americana e se exibe em versão portuguesa no acolhedor Teatro Laura Alves, na Rua da Palma.

Produção de Vasco Morgado rubricada, escrita pelo mesmo autor de «Morte de um caixeiro viajante», «Do alto da ponte», e «As bruxas de Salém», encenada por Jacinto Ramos em «décor» de João Vieira, «O Preço» é interpretado por Jacinto Ramos, Varela Silva, Glória de Matos e, ainda, José Gamboa, que reaparece após 13 anos de afastamento.

«O Preço» exibe-se todas as noites pelas 21 e 45 horas.

O FADO É O FOLCLORE, EM LISBOA: RESTAURANTES TÍPICOS

PARREIRINHA DE ALFAMA

cantam: Maria da Fé, Argentina Santos, Julio Peres, Lina Maria Alves, Natalino Duarte, Flora Pereira e Susana da Conceição. Tocam: António Proença e Miguel Ramos ✻ **Cons. mín. 50$00 ✻ Beco do Espírito Santo, 1 ✻ Telef. 868200.**

TAVERNA DO EMBUÇADO

Elenco: João Ferreira Rosa, Vicente da Câmara, João Braga, Ana Rosmaninho e António de Mello-Correia. Tocam: Fontes Rocha, José Luís Nabre Costa e Pedro Leal ✻ **Encerra aos domingos ✻ Consumo mín. 90$00 ✻ Beco dos Cortumes, 19 ✻ Telef. 860816.**

MÁRCIA CONDESSA

cantam: Teresa Nunes, Norberto Martinho, Fernando Manuel e António Reis. Artistas convidados: Candida da Conceição, Julieta Maria, Alzira Moreno e Aurora Sobral. Tocam: Alberto Vilar e António Pessoa ✻ **P. da Alegria, 58 ✻ Telef. 367093 ✻ Encerra á segunda-feira.**

GUITARRA DA MADRAGOA

cantam: Maria Emília, Ana Madalena e José Teixeira. Tocam: António Parreira e José Inácio ✻ **Rua da Esperança, 174 ✻ Telef. 661915 ✻ Cons. mín. 50$00.**

SOLAR DO MINHO

cantam. Eduarda Maria, Natália dos Anjos, Adriana Franco, Nuno de Aguiar e Artur dos Santos. Tocam Hermenegildo Lopes e José Meneses ✻ **Rua do Vigário, 60 ✻ Teef. 866811.**

FOLCLORE

elenco: Arminda Vidal, Fernanda Guerra, Julieta Brigue, Lídia Ribeiro, Marina Rosa, Américo Lima, António Chainho, Fernando Ribeiro, José Maria Nóbrega, Avelino Rodrigues, Fernando Matos e Corpo de baile constituído por 19 elementos e dirigido pelo Coreógrafo António Gonçalves ✻ **Cons. mín. 120$00 ✻ Taxas incluídas ✻ Rua Nova da Trindade, 22-A ✻ Telef. 35007-323406 ✻ Encerra ao domingo.**

TIMPANAS

cantam: Trio Odemira, Alcindo de Carvalho, Emília Reis, Luís Braga e Benvinda Cruz. Tocam: Armando Ferreira e Torquato Lopes. Danças pelo Grupo Típico de Vila Franca de Xira. Canções do Minho por Quim Barreiros ✻ **Cons. mín. 61$50 (taxes incl.) ✻ Rua Gilberto Rola, 24 ✻ Telefones 676655-67341.**

A SEVERA

cantam: Florinda Maria, Maria Amorim, Maria Portugal, Manuel Fernandes, António Pires e José Amaro. Tocam: Carvalhinho e Paia da Silva e ainda o conjunto «Aguarelas de Portugal» ✻ **Rua das Gáveas, 57 ✻ Telef. 34006 ✻ Encerra á quinta-feira.**

MIL E UM

cantam: Moisés Campelos, Maria Eva, Beatriz Fragoso, Adriana Franco, José de Barros, Maria de Fátima, Henrique Manuel, Laurinda Gonçalves. Tocam: Hermenegildo Lopes e Joaquim Pinto ✻ **Cons. mín.40$00 ✻ Travessa da Espera, 8 ✻ Telefone 35464 ✻ Encerra ás 5 da madrugada.**

L U S O

Elenco: Tristão da Silva, Fernanda Pinto, Glória Maria, Augusta Ermida, Victor Duarte, Plínio Sérgio (em fados de Coimbra), Domingos Camarinha (guitarra) e Jorge Barradas (viola). Conjunto privativo de Danças Regionais, dirigido por António Cunha ✻ **Trav. da Queimada, 10-16 ✻ Tels. 362889-328503.**

FRAGATA REAL

cantam: Celeste Rodrigues, Maria José Ramos, Fernando Maurício e Francisco Martinho. Tocam: João Alberto e Manuel Martins ✻ **Cons. mín. 50$00 ✻ Travessa de S. Miguel, 22 ✻ Alfama ✻ Telefone 868552.**

VIELA

cantam: Sá Gio, Berta Cardoso, Beatriz da Conceição, Beatriz Ferreira e Conceição Tavares ✻ **Cons. mín. 50$00 ✻ R. das Taipas, 14 ✻ Telef 327256.**

A KAVERNA

cantam: Tina Santos e Celeste Maria. Tocam: Armadinho Maia e José Maria Carvalho ✻ **Cons. mín. 90$00 ✻ Travessa dos Fiéis de Deus, 37 ✻ Telef. 35593.**

LAR PORTUGUÊS

cantam: José Borges, Nuno de Aguiar, Armando Miranda, Folclore pelo Conjunto Típico do «Lar Português» Tocam: António Bessa e Fernando Reis ✻ **Cons. mín. 50$00 ✻ Rua de Barroca, 133 ✻ Telefs. 36960 e 80532 ✻ Encerra ás terças-feiras.**

SOLAR DA MADRAGOA

cantam: César Morgado, Maria Amélia Proença, Maria de Lourdes e Judite Teixeira. Tocam: Sales Correia e Agostinho Dias ✻ **Cons. mín. 80$00 ✻ Rua das Trinas, 67 ✻ Telef. 669857 ✻ Encerra ao domingo.**

ADEGA MACHADO

cantam: Esmeralda Amoedo, Ivete Pessoa, Nazaré Maria, José Vilela, Tina Ferreira. Fados de Coimbra por João Queiroz, Trio Arautos. Fandango pelo Grupo de Vila Franca de Xira. Tocam: Jorge Fontes e Américo Silva ✻ **Conc. mín. 70$00 ✻ Rua do Norte, 91 ✻ Telefs. 30095-328713 ✻ Encerra á segunda-feira.**

O ARABITA DE ALFAMA

cantam: Alice do Carmo, Rossana Lima, João Cabral. Tocam: Edgard Nogueira (guitarra) e Armindo Gonçalves (viola) ✻ **Encerra aos domingos ✻ Rua do Adiça, 9 ✻ Telef. 86345.**

O FORCADO

cantam: António Rocha, Mariana Silva, Cecília de Jesus, Miguel Silva e João Sobreira. Tocam: Acácio Gomes e Miguel Silva ✻ **Cons. mín. 40$00 ✻ Rua da Rosa, 219 ✻ Telef. 368579.**

GUITARRA DE ALFAMA

cantam: Vitorino dos Santos, Tucha Mascarenhas e José Manuel Osório. Tocam: António Bessa e Fernando Reis ✻ **Encerra ao domingo ✻ Cons. mín. 35$00. Largo do Peneireiro, 7 (Alfama) ✻ Telf. 868505.**

BALEEIRA

cantam: Filipe Duarte, Julieta Reis e Adriana Franco. Tocam: Acácio Rocha e Armando Silva ✻ **Encerra ás segundas-feiras ✻ Cons. mín. 40$00 ✻ Av. Marginal, 21-22 (DAFUNDO) ✻ Telef. 213259.**

RESTAURANTES, BARES — «BOITES» E DANCINGS»

HIPOPPÓTAMO

Av. Ant. Augusto de Aguiar, 3-A Telef. 48384 — Mário Simões e o seu conjunto. Encerrado aos domingos.

NOCTURNO

Travessa Fiéis de Deus, 28 ✻ Telef. 370889 ✻ Poesia com Correia da Silva ✻ Encerra ás 3 e 30.

POP-FADO

R. Ferreira Lopa, 38-D ✻ T. 561949

MAXIME

Conjunto 6 ✻ Reacção e Maximiliano ✻ «Show» turístico ✻ Variedades Internacionais ✻ **Praça da Alegria, 58 ✻ Telef. 55366.**

ARCHOTE-CLUB

Discos ✻ Rua D. Filipe de Vilhena

TERRAÇO DAS ESTRELAS (HOTEL EMBAIXADOR)

Conjunto Manuel Viegas ✻ Avenida Duque de Loulé, 73 ✻ Telef. 530171.

SANZALA

Av. Marechal Carmona, 2 ✻ Campo Grande ✻ Telef. 790172 ✻ Encerra ás 3,30.

BAIUCA

R. da Barroca, 86 ✻ Telef. 34700

LORD

Rua Victor Cordon, 14-A ✻ Telef. ✻ 323098.

GALERIA REAL

Estrada de São Pedro ✻ SINTRA ✻ Telef. 981661. Encerra á meia-noite.

BONAPART CLUBE

Últimas novidades em discos, recebidos directamente dos E. U. A. ✻ R. de S. Miguel, 70 (Alfama) ✻ Tel. 872761 6-D.

FLOR DE LIS

Rua da Atalaia, 18 (Bairro Alto) ✻ Telef. 367136 ✻ Encerra ás 3 horas.

TÁGIDE

Variedades Internacionais ✻ **Largo da Biblioteca, 18-22 ✻ Aberto ao domingo.**

SNOB

Rua de «O Século», 178 ✻ Telef. 33723.

TAMILA

Manão e s/ Conjunto, **Avenida Duque de Loulé, 69—Telf. 534117 ✻ Matinées todos os dias ✻ Encerra aos domingos.**

ADÁGGIO

Apresentação de Teresa Paula Brito e Carlos Portugal no seu novo reportório ✻ Discos recebidos directamente de Inglaterra, Estados Unidos e Brasil ✻ **Rua Carlos Reis 51-A ✻ Telef. 775695.**

CASINO DO ESTORIL

Jogo autorizado ✻ Variedades Internacionais ✻ **Telefs. 264521 - 264526 - 264596 - 264621 - 264946**

FORTE VELHO

Paço ✻ S. João do Estoril ✻ Telef. 261337.

A CORRUPÇÃO EM HONG-KONG

Por DONALD BREMNER

Exclusivo «The Los Angeles Times» - «D. L.»

HONG-KONG — É possível que o suborno e a corrupção sejam comuns noutras regiões do Sudeste asiático, mas tal não acontecerá nesta colónia britânica se os esforços de John Peter Law forem coroados de êxito.

Law, de 44 anos de idade, é um galês que se tornou veterano ao serviço da Polícia noutros territórios britânicos e dirige o departamento anticorrupção da Real Polícia de Hong-Kong.

«Existe, efectivamente, corrupção em Hong-Kong, incluindo na própria força policial», declarou, «mas, a avaliar pela minha experiência, a situação é provàvelmente muito melhor do que em muitos outros lugares da Ásia, e talvez mesmo até do Ocidente».

«No Sudeste asiático, só Singapura se pode gabar de ter menos corrupção do que nós, e isso porque o primeiro-ministro, Lee Kuan, se tem mostrado extremamente duro no tocante á corrupção».

Segundo Law, as recompensas oferecidas para ocultar o jogo ilegal constituem a principal causa de suborno de agentes da Polícia. A não ser para fins de caridade, as apostas só são permitidas nas corridas e nos clubes «Mah Jong» autorizados. Os agenciadores de apostas clandestinos prosperam em dias de corrida.

«Há uma atitude pouco realista em relação ao jogo em Hong-Kong», afirmou Law. «Jogar faz parte da vida, quer para os chineses, quer para os ocidentais. O jogo ilegal é organizado por quase todos aqueles que têm a oportunidade de o fazer e que depois tratam de subornar a Polícia.

«Para não falar no aspecto moral, se o jogo fosse legalizado acabaria com o que se julga ser o principal motivo da corrupção policial», declarou.

O suborno também existe em hospitais do Governo e no serviço de imigração. Um cirurgião de um desses hospitais foi declarado culpado de exigir dinheiro para fazer operações a que os doentes tinham direito.

Um funcionário da imigração admitiu que recebia mensalmente mais de 4000 dólares provenientes de subornos, a fim de aprovar documentos que deveria ter aprovado sem cobrar qualquer importância.

O testemunho do funcionário da imigração contribuiu para a descoberta de casos semelhantes no Departamento da imigração, segundo declarou Law.

O proprietário de um conhecido restaurante de Hong-Kong fez algumas declarações acerca das complicações que tivera com um inspector de edifícios.

«Ele escreveu no relatório que não tínhamos corrimão nas escadas», afirmou. «Fizemos com que viesse de novo e dissemos-lhe: «Olhe, lá está o corrimão, portanto agradecemos que faça a necessária rectificação». Ele assim fez, na nossa presença, mas voltámos a receber um aviso chamando a nossa atenção para o facto de não termos o indispensável corrimão».

Quando o inspector veio pela terceira vez, a gerência do restaurante compreendeu finalmente as suas intenções, entregou-lhe determinada quantia e nunca mais foi incomodada.

Contam-se outros casos semelhantes, em que funcionários públicos ameaçaram protelar a aprovação de planos de construção e demorar o trabalho nos locais de construção. Os construtores que não podiam correr o risco de sofrer prejuízos provenientes de demoras viram-se obrigados a pagar a fim de conseguirem a aprovação dos seus planos.

As tentativas para receber recompensas nem sempre correm bem. Um funcionário do tribunal, que afirmava ter certa influência junto de um juiz, prometeu conseguir a absolvição de um réu. Em vez de receber o dinheiro num local seguro, o funcionário combinou que o mesmo lhe fosse entregue dentro do edifício do tribunal. A Polícia fora, porém, avisada pelo próprio réu.

«O dinheiro foi entregue e os nossos agentes entraram em acção», disse Law. «O funcionário refugiou-se no gabinete do arquivista do tribunal, os nossos homens foram-lhe no encalço e esbarraram num grupo de juízes. Todos caíram, houve uma confusão enorme de braços e pernas, mas apanhámos o homem com o dinheiro».

A Polícia, sob a direcção de Law, está a tentar mobilizar o público para a campanha anticorrupção. A Televisão e a Imprensa pedem ao público que denuncie qualquer tentativa de suborno.

Law foi autorizado a duplicar o número de agentes destacados para o combate à corrupção, que serão recrutados entre os membros da Polícia e aos quais será ministrado treino especial.

Além disso, uma proposta de lei que aguarda aprovação tornará mais eficaz a actual lei que pune os delitos de corrupção. Segundo Law, o artigo mais importante da referida proposta de lei é aquele que determina que todo o funcionário público cujos bens aumentem além do que o seu vencimento possa justificar, seja intimado a explicar onde obteve o dinheiro. Se o não puder fazer, o caso será levado a tribunal, utilizando-se como prova a existência não justificada do dinheiro.

Todavia, estas medidas não satisfarão, provàvelmente, os que criticam a maneira como o Governo combate a corrupção. Afirmam que ela se encontra muito mais generalizada do que o Governo admite, e que a luta anticorrupção deveria ser levada a cabo separadamente do Departamento da Polícia. Os casos levados a tribunal, dizem, ainda, são apenas os de menor importância, enquanto que o peixe graúdo consegue escapar.

A HISTÓRIA TRISTE D
DO VALE FORMO

— Além de uma angina de peito tenho otite dupla e uma coisa qualquer na cabe que preciso de ser operada. E este barulho t dia e, ainda muito pior toda a noite, mete-s nos ouvidos fico desesperada, parece que a c me rebenta. Não é o cheiro, não são os gase nem serão os sustos tremendos que às vezes nhamos — é este barulho constante o que m matar.

Assim nos falou logo a primeira pessoa que encontramos (a sr.ª Maria Paulina Silva Resende) numa rua chamada, por amarga ironia, do Vale Formoso. É ali a Cabo Ruivo, perto da chama da Sacor, mesmo por trás das instalações da Petroquímica. Todos os moradores que ouvimos eó tinham queixas, lamentações e histórias tristes para contar. É uma rua onde grande parte dos que a habitam sofrem de males provocados ou agravados pelo poderoso complexo industrial que (como?) se autorizou a montar há uma duzia de anos, numa área perfeita e definidamente urbana e citadina. «Viver aqui — diz — ao repórter, entre lágrimas, **um dos tristes moradores da Rua do Vale Formoso** —é como viver no Inferno.»

Nos últimos dias receberam-se na nossa redacção muitos telefonemas de moradores da zona do Cabo Ruivo (especialmente daquela artéria) queixando-se de que cada vez havia mais barulho e lhes era impossível dormir e lamentando que ninguém fizesse nada para proteger as pessoas que aí são obrigadas a residir
foi pôs
era, c
nantes
Um
ferida
seus p
anos,
após
como
de Pra
— *M*
po, há
era ali
Depois
chamá
nunca
A mi
senho

Famosa editora de discos

A Barclay atravessa uma grave crise financeira

A terceira empresa francesa de produção e venda de discos — Companhia Fonográfica Francesa Barclay — e a sua filial — Companhia Europeia do Disco (C. E. D.) — estão, há vários meses, a braços com graves dificuldades financeiras, a tal ponto que a primeira se viu obrigada a negociar no estrangeiro um empréstimo que os estabelecimentos financeiros franceses lhe haviam recusado.

Solicitada em Julho, a sociedade Warner Brothers, de Bridgeport (Connecticut) — não confundir com a Warner Bros Pictures, de Nova York — recusou-se a conceder o empréstimo. Um grupo de bancos ingleses, que segundo parece está por detrás da primeira produtora mundial de discos, a Electrical and Musical Industries (E.M.I.) — que é, aliás, proprietária das Industries Musicales et Eléctriques Pathé-Marconi, com sede em França — aceitou financiar a sociedade Barclay. O empréstimo (não se sabe ao certo se já foi concedido) seria da ordem dos 8 milhões de francos (cerca de 46 400 contos) e corresponderia às dívidas, a curto e médio prazo, que a empresa tem. Seria reembolsável no prazo de 18 meses. No estado actual do «dossier» não parece (até onde é possível saber) que a outorga deste empréstimo tenha sido acompanhada de uma tomada de participação (pelo menos para já).

A Barclay, que não possui estudios de gravação, encarrega-se da edição propriamente dita dos discos que vende sob a sua marca. Assegura assim a produção e a distribuição dos discos de um grande numero de cançonetistas (Jacques Brel, Charles Aznavour, Mireille Mathieu, Léo Ferré, etc.). Através da sua filial C. E. D. faz a distribuição de discos clássicos (mais especialmente da marca Erato) e também, claro, dos de variedades, nomeadamente estrangeiros (20 th Century Fox, Atlantic, Monument).

Na lista dos industriais do disco em França a Barclay figura em terceiro lugar, a seguir á Philips (filial do grande grupo holandês) e Pathé-Marconi (grupo inglês E. M. I.) e á frente de C. B. S. (do grupo americano do mesmo nome), Vogue, etc. No ano passado, o total de vendas (não incluindo os impostos) da industria francesa do disco foi da ordem dos 330 milhões de francos (cerca de 1 914 000 contos), correspondendo cerca de um sétimo desse total ás exportações. As importações foram da ordem de 20 milhões de francos (cerca de 116 000 contos).

Venderam-se cerca de 63 milhões de discos (tendo os discos de 33 rotações representado um quarto do total de vendas e também cerca de 1 200 000 «musi-cassettes».

(Exclusivo «Le Monde»-«Diário de Lisboa»)

Em três linhas

O Governo Belga depositou a seu instrumento de ratificação da Convenção sobre a Lei Aplicável ás Obrigações Alimentares para com as Crianças, concluída na Haia em 24 de Outubro de 1956.

///

O sr. eng. Carlos Manuel Moutinho de Amorim e Silva foi nomeado vice-presidente do Município de Vila Real.

///

Foi concedida ao sr. Guilherme Ló, ou Ló Chi Kok, natural da Republica do Peru, domiciliado em Macau a nacionalidade portuguesa, por naturalização.

///

O sr. dr. João Lobo Antunes foi contratado para o exercício das funções de assistente eventual de Neurologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

///

Em suplemento ao «Diário do Governo» (2.ª série), publicou o Ministério das Finanças a relação dos produtores e grossistas registados nos termos do artigo 48.º do Código do Imposto de Transacções, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 066, de 1 de Julho de 1966, organizada segundo o artigo 59.º do referido Código.

///

Foram arrendadas as instalações para uma secção de serviço social do Instituto de Assistência á Família em Oeiras.

///

É declarada a utilidade pública da expropriação de um terreno, com todas as suas acessões e servidões, sem reserva alguma, necessária para a construção do edifício para os serviços telefónicos de Santiago do Cacém.

///

Está constituído o juri dos Exames de Estado das escolas do magistério primário.

///

Foi constituída uma sociedade que adopta a denominação de Tril — Transportes Rodoviários Internacionais Portugueses, Lda., e tem a sua sede em Lisboa.

É sempre prova de carinho dar uma prenda de gosto ás pessoas de amizade.
GRANDE OURIVESARIA DA MODA
RUA DA PRATA, 257

Cofres de aluguer
Av. República, 3
BANCO DO ALENTEJO

SINTRA ESPERA-O
NO DOMINGO
Para a sua deslocação utilize os comboios eléctricos

...E DOS HABITANTES DA RUA

...MOSO

...o tenho uma ...a cabeça, a ...rulho todo o ... mete-se-me ...que a cabeça ...os gases, até ...s vezes apa- ...o que me vai

residir. E o repórter que ali foi pôde confirmar que assim era, colhendo os impressionantes testemunhos.

Um deles foi logo o da referida Maria Paulina e de seus pais. Ele, velho, com 74 anos, aleijado e sem reforma, após ter passado uma vida como descarregador em Braço de Prata, lamenta-se:

— *Moro aqui há muito tempo, há mais de 30 anos. Ainda era ali a Quinta das Padeiras. Depois veio isto* (aponta as chaminés da Petroquímica) *e nunca mais tivemos sossego. A minha filha está como o senhor vê. E nós temos de sofrer isto — que está, parece, cada vez pior, pois de noite cada vez há mais barulho. Então quando há avarias é uma desgraça...*

Sua mulher, Maria Rosa da Silva, declara-nos, por sua vez:

— *Ando muito doente da asma. O médico disse-me que se eu saísse daqui melhorava, assim como a minha filha. Mas como é que podemos! Pagamos 150$00 por esta casinha velha, sabe Deus com que sacrifício, e não podemos dar mais.*

E expressando um anseio que depois havíamos de ouvir repetido:

— *Se estes senhores das fábricas, ou os da Câmara, nos arranjassem umas casinhas noutro sítio, isso é que nós queríamos — íamo-nos logo embora.*

Mais á frente é outra mulher, Olívia Domingues, que nos diz:

— *Ninguém imagina o que isto é! E então quando de noite há assim umas explosões, é um horror. Sai tudo de casa a fugir com as crianças por aí abaixo, para os lados de Poço do Bispo. Uma minha vizinha está muito mal do coração com os sustos. E depois este cheiro e este ronco todo o dia e toda a noite, cada vez maior...*

Por sua vez Maria Teresa Maia Marques da Silva, uma rapariga dos seus 25 anos, confirma-nos, com um ar tão calmo como triste:

— *Tudo isto é um horror. Estamos sempre cheios de nervos e de medo. Eu já tive de estar 18 dias internada no Júlio de Matos. Tenho quatro filhos, um bebé e todos os outros muito pequenos, e é terrível terem de crescer neste Inferno.*

Gente vai-se juntando. «Isto é um inferno» é o que o repórter mais ouve, daqui e dali. Um homem não se queixa: blasfema. Outra mulher, a sr.ª Guilhermina Martins de Campos, conta-nos:

— *Além do cheiro e do barulho há descargas, estrondos, explosões. Às vezes parecem tremores de terra. Tenho uma filhinha de 10 anos que já sofre muito do coração, coitadinha. Na noite de 23 de Julho ia-se ficando. Qualquer dia é o que lhe acontece. E a mim, que também sofro. E como tenho isto nos pés* (mostra-nos uma grande deformação que só com extrema dificuldade a deixa andar) *e não posso fugir, dá-me uma aflição maior e não resisto. Só saindo daqui podíamos melhorar. Mas para onde havíamos de ir?*

Estes são os habitantes da rua que — amarga ironia — se chama do Vale Formoso: de um lado o *ronco* tremendo da Petroquímica, o ar poluído, os gases, as descargas e explosões nocturnas que trazem as pessoas espavoridas para a rua; do outro lado a via férrea, com os comboios constantemente a passar para Santa Apolónia. E os leitores farão melhor ideia do que representa o sofrimento desta gente reparando que os nossos entrevistados aos comboios nem se referiram. E a um deles, a quem perguntamos por eles, respondeu logo: «Ah, esses nem os sentimos»...

● Declarações do director da fábrica da Petroquímica

Sobre este grave problema pretendemos ouvir um responsável da Petroquímica. Declarou-nos o sr. eng.º Machado da Silva, director da fábrica:

— *O nível de ruído existente é o normal em instalações deste género, de alta pressão e grande capacidade produtiva. Claro que além deste ruído normal há por vezes outros provocados por despressurizações, resultantes de avarias no equipamento (uma tubagem de alta pressão que rompe, por exemplo), ou de anomalias processuais (uma válvula de segurança que dispara, etc.). Também há mais ruídos, e ruídos anormais, fora do ritmo, durante as manobras de arranque e paragem de instalações — as quais demoram de dois a três dias.*

E a outra pergunta:

— *Em meados de 1968, entraram em funcionamento novas instalações, que, na fase da afinação, é natural tenham dado origem a mais ruídos anormais. E, para além disso, essas novas instalações aumentaram o nível médio do ruído, que, agora, se encontra praticamente normalizado, dado estarem essas novas instalações a funcionar a pleno.*

ALARME EM TRÁS-OS-MONTES

A concessionária pretende aumentar o preço da energia eléctrica

MOGADOURO, 2 — (Do nosso correspondente, Francisco Bernardo Alves) — Reina o maior descontentamento em todo o Nordeste Transmontano, devido a uma atitude assumida da Chenop — como empresa distribuidora da electricidade na província de Trás-os-Montes.

Com efeito, aquela empresa resolveu aumentar o preço da electricidade fornecida ás Câmaras Municipais, em $10 (dez centavos) por quilovátio, pelo menos. E quer forçar aquelas Câmaras a assinarem novos contratos de fornecimento, pelo menos com este aumento, que se cifra em cerca de 20 por cento e que o público terá, consequentemente, de suportar.

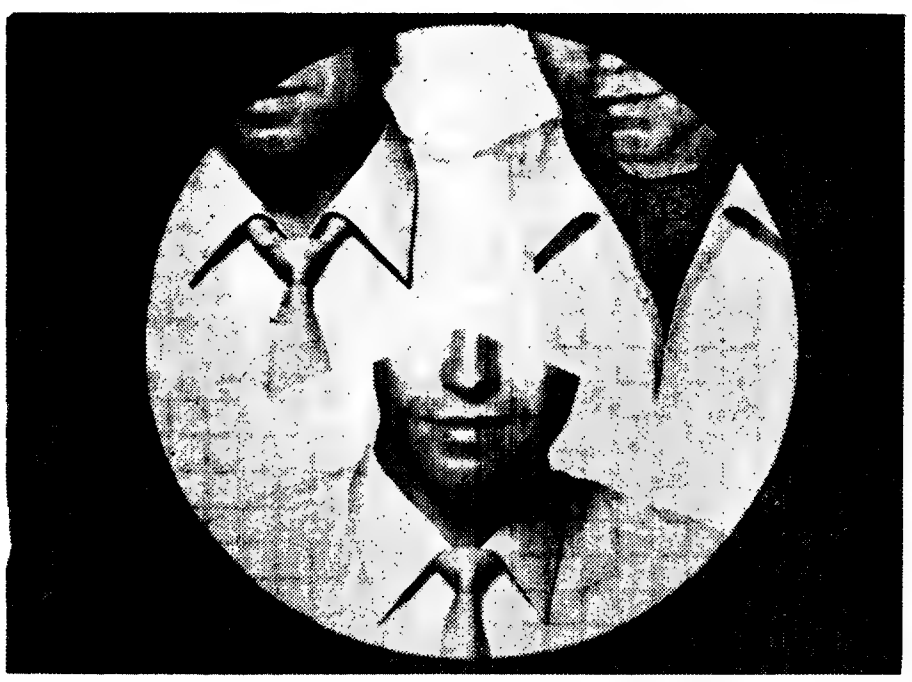
Daqui chamamos a atenção dos poderes constituídos para tal arbitrariedade.

A dita empresa, quando obteve do Estado a concessão da distribuição da electricidade em Trás-os-Montes, já sabia da rentabilidade do negócio. Comprara a X e vendia a Y e quanto mais vendesse mais ganhava.

Sem que os custos subissem, pois a produção não encareceu (a Chenop é mera distribuidora e, segundo se sabe, as produtoras continuam a vender-lhe a energia ao mesmo preço) não se compreende a atitude dos dirigentes da Chenop.

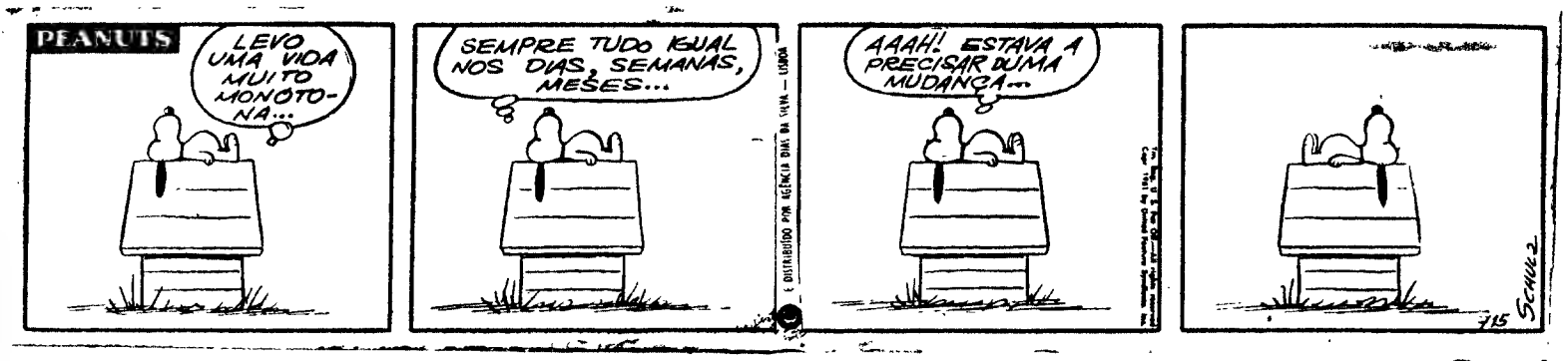
Em dia com A MODA

PARA OS HOMENS DE NEGÓCIOS — Fabricada com algodão, a camisa «Kensington» destina-se, muito especialmente, aos «businessman». Uma das tonalidades em que é fabricada: o cor-de-rosa



A CAMISA PARA TODAS AS OCASIÕES — Chama-se «Trio» e é uma das últimas criações dos «especialistas» britânicos, esta camisa que tanto serve para pôr com gravata, como para envergar numa ida à praia. Não tem botão no colarinho e, durante as tardes quentes, na intimidade do escritório, desfaz-se o nó da gravata, conservando-se o mesmo aspecto impecável. A «Trio» fabrica-se em diversas cores.

Os Peanuts



Carol Day

Aventuras do Tio Carlos

HA 30 ANOS

O «Diário de Lisboa» de 2 de Outubro de 1940 publicava:

«LONDRES» — Num teatro de uma cidade do Noroeste da Inglaterra, uma bomba incendiária, ontem à noite, depois de atravessar o telhado do edifício, pegou fogo ao pano de boca. O incêndio foi dominado pelo pessoal do teatro, auxiliado por todo o elenco da companhia que ali está a trabalhar. Entretanto, a assistência, sem abandonar os seus lugares, cantava à espera que o espectáculo recomeçasse. Depois de apagado o fogo, o público acompanhou os actores num concerto improvisado.»

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Concurso n.º 58 — Fornecimento de CARVÃO DE PEDRA

Recebem-se propostas até ás 9.30 horas do dia 13 de Outubro p. f. para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, todos os dias uteis, das 9 ás 11.30 horas e das 14 ás 16, e aos sábados, das 9 ás 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 26 de Setembro de 1970.

O CHEFE DO SERVIÇO
a) *Alexandre Pinheiro*

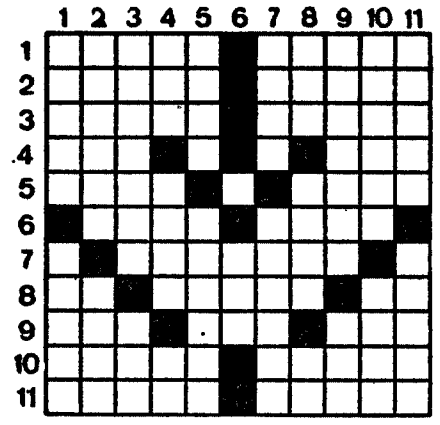
Palavras cruzadas

(COM PROVÉRBIO)

PROBLEMA N.º 5674

HORIZONTAIS: 1 — Enlaçai. Pessoa leviana (Prov. beir.). 2 — Cidade de França. Rezaro. 3 — Cavaco (pop.). Cidade da China 4 — Seguias. Rio da Suiça. 5 — Migalho. Inerte. 6 — Chancela. Piedosas. 7 — Habitantes da Malásia. 8 — Atmosfera. Tempo do verbo ser. Preposição e artigo definido 9 — Liga. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Águeda. Além. 10 — Descansos. Xarope. 11 — Dessimulada. Cantigas.

VERTICAIS: 1 — Língua falada pelos antigos Romanos. Calosidades./ 2 — Patrão de lancha. Valioso. 3 — Medram Rio de França. 4 — Árvore com cuja casca se aromatiza o vinho. Fileiras. Artigo definido. 5 — Rio da Alemanha. Gordurosa. 6 — Apelido. 7 — Quadrupedes ruminantes. Pião pequeno que se joga sem auxílio de baraço. 8 — Arara (Bras.). Fiadas. Viração. 9—Danificaras. Genro de Maomé. 10—Arqueais. Nome de mulher. 11 — Mulher que foi amada por Petrarca. Ratavas.



Resolveu completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 5673

HORIZONTAIS: 1 — Pango Barca. 2 — Amor. QUEM. 3 — Polar. Cuida. 4 — Al. Vanne. Er. 5 — Iara. Mora. 6 — Vi. Ua. 7 — Aa. Vã. Ás. Má. 8 — Cadelas. 9 — Afaga Elami. 10 — NADA. Amor. 11 — Azara. Usara

VERTICAIS: 1 — Papar. Abana. 2 — Amolava. FAZ. 3 — Rol. Ri. Cada 4 — Gravo. Vagar. 5 — IRá. NADA. 6 — Ru 7 — Cr. VALE. 8 — Aquém. Salas. 9 — Rui. Ou. Soma. 10 — Cederam. Mor. 11 — Amara. Atira.

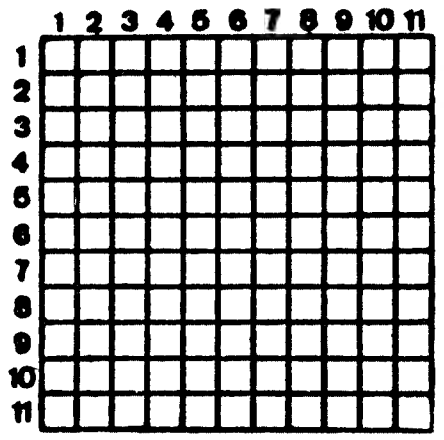
Provérbio: QUEM NADA FAZ, NADA VALE.

(NOVA MODALIDADE)

PROBLEMA N.º 9517

HORIZONTAIS: 1 — Nome de uma orquídea da ilha Maurícia. Óleo de sardinha (Prov. minh.). 2 — Apelido. Consentimento Tomba. 3 — Batráquio. Obrigar. Artigo definido 4 — Freguesia do concelho de Carregal do Sal 5 — Nome de fruto. Cobre de nota. 6 — Madeira (abrev.). Resíduo de tabaco, em pó (Bras.). 7 — Existências. Estreito. 8 — Animara 9 — Abreviatura de Santíssimo. Deseja ardentemente. Quarto. 10 — Atmosfera. Para barlavento. Entre os Filipinos, a divindade 11 — Cidade da Noruega. Gavinhas.

VERTICAIS: 1 — Riasgão Nome de homem. 2 — Arara (bras.). Dois mil e um em romano. Catedrais. 3 — Nesse lugar Filtrada. Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis. 4 — Demorava. 5 — Régulo. Sorte. 6 — Luta. Nau. 7 — Irmã. Calosidade. 8 — Ganhara ranço. 9 — Antes de Cristo. Peixe do Brasil de olhos muito pretos. O mais 10 — O mesmo que ion. Irmã da mãe. Concelho do distrito de Cabo Delgado (Moçambique). 11 — Ofício divino. Peças de vestuário para as mãos.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9516

HORIZONTAIS: 1—Parta. Porca 2—Rija. Uta. Eis. 3 — Arma. Dirá. 4 — Topar Pamir. 5 — Ásaro. Emala. 6 — Lis. 7 — Tranças. 8 — Meros. Atobá. 9 — Aral. Eram. 10 — Dom. Coa. Nio. 11 — Asada. Grãos.

VERTICAIS: 1 — Prata. Amada. 2 — Arrosa. Eros. 3 — Rampa. Trama. 4 — Aar. Rol. 5 — Au. Rolas. Cá. 6 — Tu. In. Dó. 7 Pá. Pesca Ag. 8 — Dam. Até. 9 — Reima. Soma. 10 — Cirilo. Baio. 11 — Asara. Gamos.

«PROGRAFE — FOTOCOMPOSITORES, LIMITADA»

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 2 de Julho de 1970, lavrada de fls. 37v.º a 40 do livro de notas para escrituras diversas n.º E-70, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo do Notário Lic. Manuel da Silva Jordão Curado, foi constituída entre Manuel Rodrigues Pereira da Silva, António Maria Rodrigues Pereira da Silva e José Carlos Rodrigues Pereira da Silva, uma sociedade comercial por quotas que ficou a reger-se pelo pacto social constante dos artigos seguintes:

PRIMEIRO — A sociedade adopta a denominação de «PROGRAFE — FOTOCOMPOSITORES, LIMITADA», tem a sua sede em Lisboa, na Calçada do Monte, dezanove-A, porta nove e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

SEGUNDO — A sociedade tem como objecto a fotocomposição ou quaisquer outras actividades relacionadas com a industria de artes gráficas e a respectiva comercialização.

TERCEIRO — O capital social é de cento e oitenta contos e corresponde á soma de três quotas de sessenta contos cada uma, pertencendo uma a cada sócio.

QUARTO — Os sócios obrigam-se a entrar, no caso da sociedade necessitar, com prestações suplementares de capital até ao montante de quatrocentos contos, na totalidade.

QUINTO — A cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios é livre; a cessão a estranhos só poderá efectuar-se com o consentimento unânime dos restantes sócios.

PARAGRAFO ÚNICO — A cessão entre os sócios efectuar-se-á dividindo a quota a ceder em duas novas quotas de igual montante, cedendo-se uma nova quota a cada sócio pelo preço resultante do valor da quota apurado no ultimo balanço aprovado.

SEXTO — A gerência, dispensada de caução, pertence aos três sócios e a sociedade considera-se obrigada com a intervenção de dois desses três sócios gerentes; os actos de mero expediente podem, porém, ser assinados apenas por um gerente.

PARAGRAFO ÚNICO — Em caso de morte ou interdição de dois dos gerentes sem que entretanto não seja nomeado um outro, a gerência será exercida por um só dos gerentes que obrigará a sociedade.

SÉTIMO — Em caso de falecimento ou interdição de um dos sócios, ou de penhora ou arresto sobre uma quota, ou procedendo-se á sua arrematação ou adjudicação judicial, a sociedade tem o direito de amortizar a respectiva quota pelo valor apurado no ultimo balanço aprovado.

PARAGRAFO ÚNICO — Na hipótese de a amortização ser feita em relação aos herdeiros de um sócio, o respectivo pagamento será efectuado em quarenta e oito mensalidades e vencerá o juro legal, se oportunamente não for designada outra forma mais rápida de pagamento pela Assembleia Geral.

OITAVO — Os sócios, gerentes ou não, não poderão exercer pessoalmente o comércio ou industria igual á exercida pela presente sociedade, salvo os específicos casos em que a Assembleia Geral lhes conceda a especial autorização.

NONO — Quando a Lei não exigir quaisquer outras formalidades, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer dos gerentes — ou dos sócios não gerentes — por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com cinco dias, pelo menos, de antecedência.

DÉCIMO — A dissolução da sociedade opera-se nos termos do artigo cento e vinte do Código Comercial.

DÉCIMO PRIMEIRO — Dissolvendo-se a sociedade, serão liquidatários os sócios nomeados em Assembleia Geral, os quais procederão à liquidação e partilha dos haveres sociais nos termos convencionados na mesma Assembleia.

DÉCIMO SEGUNDO — Os casos omissos serão regulados pelas deliberações dos sócios devidamente tomadas e pelas disposições da Lei de onze de Abril de mil novecentos e um e demais legislação aplicável.

Etá conforme. Lisboa, sete de Julho de mil novecentos e setenta.

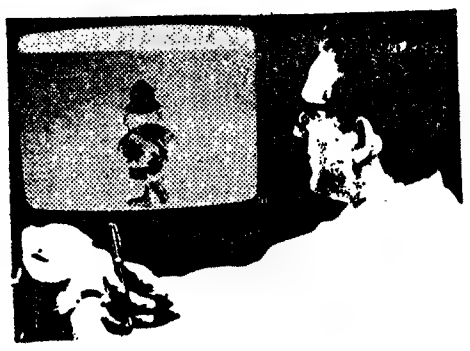
O AJUDANTE,
ANTÓNIO DA GLÓRIA MARTINS BAPTISTA

EXCURSÃO DA C. P.

«DOIS DIAS NO ALGARVE»

EM 4 E 5 DE OUTUBRO

Comunica-nos a C. P. que se encontra esgotada a lotação da excursão a realizar ao Algarve nos dias 4 e 5 de Outubro, em colaboração com a Empresa Geral de Transportes.



CANAL DA CRÍTICA

por: MÁRIO CASTRIM

PIRANDELLO, SIM; PINDARELHO, NÃO

1 — É muito difícil ao grande público aguentar-se com peças como a que lhe foi oferecida ontem em «noite de teatro». É difícil por razões que são próprias da obra. Ela exige uma atenção, uma entrega, um nunca desviar de ouvidos

Entre o falar monótono e a verborreia torrencial

e de alma. Exige um aperfeiçoamento da memória, um exercício da ponderação da gravidade da obra de arte a que o público português não está habituado — e disso já Pirandello, coitado, não tem nenhuma culpa. Numa rubrica como a «noite de teatro», acostumada aos processos rudimentares do «teatro», chega a ser uma aventura esta apresentação de Pirandello, com toda a sua exigência de gramática teatral e com toda a sua filosofia de arte, em que a vida, o sonho e os próprios processos artísticos se confundem numa ambiguidade carregada de sugestões.

2 — Pirandello não tem culpa de que as estruturas do teatro de televisão entre nós não estejam ordenadas de maneira a dar-nos, nas melhores condições, a arte de um dramaturgo que tanto exige dos encenadores, dos actores e dos meios técnicos. Temos, pois, que as dificuldades para aceder a Pirandello se acrescentam com as dificuldades em representar Pirandello. Perante um Jacinto Ramos que oscilou entre o falar monótono, sem nervo, e a verborreia torrencial e inexpressiva (além de desnecessária) com apenas alguns momentos de adesão inteligente ao texto; com uma Laura Soveral monolítica, fria, uma incapacidade de comunicação que torna dolorosa a sua presença no palco (porque se transfigura ela ao dizer poesia, e se anula em trabalho de equipa no palco?); com um Octávio Borges de tão defeituosa dicção e tão sem nenhuma forte qualidade que compense o grave defeito; com um Jorge Sousa Costa atabalhoado e desatento; com um Rui Furtado de presença tão dura, tão desnecessàriamente espalhafatoso e sempre tão visivelmente a representar — com estes actores que, por vezes, pareciam improvisar a movimentação diante das câmaras — é evidente que o público português viu aumentadas as suas dificuldades em seguir a traça de Pirandello e em situar-se na história.

Adriano Nazareth, o realizador, não se mostrou, igualmente, à altura de um Pirandello transferido para o teatro de televisão. Em boa verdade, tal transferência não se verificou. Continuamos a assistir a processos de trabalho que tem a ver, quase exclusivamente, com os processos de teatro para palco e não teatro para câmara. Mesmo aí as desatenções das câmaras foram frequentes, e as mutações, na grande maioria dos casos, processavam-se de maneira nitidamente arbitrária e que não contribuíam para a valorização plástica e televisiva da obra.

Alguns momentos de adesão inteligente

Com frequência as personagens nos surgiram dadas até aos joelhos, o que é francamente inestético.

3 — Em tudo isto, será de condenar a utilização de Pirandello e seus pares no teatro da televisão portuguesa? É evidente que não me quero arriscar a uma resposta negativa, pois nada me garante que não surja de um momento para o outro um realizador mais hábil e um encenador que melhor saiba orientar os actores na sua difícil tarefa. No entanto, a manterem-se as condições que se verificaram ontem, parece-me preferível bater a outras portas e deixar os grandes dramaturgos em paz. Pirandello, sim; pirandelho, não. Há dramaturgos mais simples, mais acessíveis, de conteúdo mais directo, mais popular e que, no plano da realização, não ofereça dificuldades de tal monta. Fugir de um teatro verdadeiramente popular (não popularucho) para cair nos redutos de Pirandello parece-me nada mais do que buscar um alibi, acobertado com um grande nome, para não se fazer na nossa televisão um teatro de interesse para o grande público e que, simultâneamente, afinasse o gosto, em vez de o degradar. O público que ontem fugiu de Pirandello, fugiu do teatro e fez-lhe figas. Qual a vantagem?

TV dia a dia

HOJE PODE VER...

AMANHÃ PODE VER...

I PROGRAMA — 1.º período — Às 12 e 45: Abertura e desenhos animados; 13: O caso da semana; 13 e 15: Filme de série «Os Meus Sobrinhos»; 13 e 45: Telejornal, 1.ª edição; 14: Uma Rainha de Beleza na Expo-70; 16: Fecho.

2.º período — Às 18: Abertura e TV infantil; 18 e 30: Teledesporto; 19: Folclore; 19 e 30: Telejornal, 2.ª edição; 19 e 45: ... E a vida continua...; 20: Série juvenil — «Skypp»; 20 e 30: TV 7; 20 e 55: A Moda 1970-1971; 21 e 30: Telejornal. 3.ª edição, incluindo o Boletim Meteorológico; 22 e 5: Folhetim «Os Cavaleiros do Céu»; 22 e 35:: Eurovisão — Programa transmitido pela Radiotelevisão Italiana, com os artistas Bobby Solo, Dalida, Rossana Fratello, Amália Rodrigues, Gigliola Cinquetti, Johnny Dorelli, Ornella Vanoni, Tuca, Gianni Morandi, Sérgio Endrigo e Pino Donaggio; 23 e 30: Rallye TAP; 23 e 40: Marcha do Mundo, e 23 e 45: Fecho.

II Programa — Às 21 e 30: Telejornal, 2.ª edição; 22: Concerto — Os Menestréis de Lisboa; 22 e 25: Missão Impossível; 23 e 15: Estúdio C, com a participação do «Duo Orpheu», e 23 e 35: Fecho.

Rádio

PROGRAMAS DE HOJE

EMISSORA — 1.º Programa — 451 m — 665 kc/s — Às 16: Noticiário; 16 e 05: Orfeão Famalicense; 16 e 30: Roteiro Musical Português; 17: Ginástica de Pausa, pelo Dr. Marques Pereira; 18 e 05: No mundo da canção; 18 e 20: Portugal nos Trópicos, por Mário Príncipe; 18 e 40: No mundo da canção; 19 e 45: Rádio Rural — Música, só música; 20: Diário Sonoro; 20 e 20: Melodias por orquestras; 20 e 40: 25.º Episódio do Folhetim «A Pedra de Dovid»; 21 e 05: Canconetas portuguesas; 21 e 30: Novidades em discos, texto e selecção de Paulo Medeiros; 22 e 05: O Homem e a Sociedade, por António João Bispo; 22 e 30: Fados, por Ana Hortense e Filipe Duarte; 22 e 50: Música, só música; 23 e 05: Programa da Noite; 24: Fecho.

2.º Programa — 397 m — 755 kc/s — Às 16 e 25: Curiosidades musicais; 17 e 10: Música de câmara, de Schubert; 18: Música portuguesa — Obras de Frederico de Freitas; 19: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; 19 e 45: Música de câmara; 20: Rádio Sonoro — Boletim Meteorológico; 20 e 20: O pianista Gyorgy Cziffra — Islamey (Balakirew); 20 e 30: Música de câmara; 21: Música sinfónica; 21 55: Teatro do século XIX «Peer Gynt», pelo dr. Eurico Lisboa; 22 e 58: Fecho.

Programa MF 2 — 94,3 mc/s. — Às 23: A ópera em 4 actos «Nabucco» (Verdi); 1: Fecho.

RÁDIO UNIVERSIDADE — (451 m/665 kc/s — Às 19 e 10: Abertura; 19 e 12: Jazz; 19 e 30: Perspectivas; 19 e 40: Noticiário; 19 e 45: Hino. Fecho.

RÁDIO CLUBE — 290,13 m — 1034 kc/s — Às 16: Programa C. D. C; 18: Ela e o seu mundo; 18 e 21: Dois ritmos; 18 e 30: Lisboa á Tarde; 19: Noticiário; 19 e 15: Contraponto; 19 e 30: Rádio Jorna; 20: Nota de abertura; 20 e 07: 45 rotações; 20 e 30: Semana 7. 20 e 45: Canções de Portugal; 21 e 03. O Olavo fala consigo; 21 e 15: Música para meditar; 21 e 32: Impacto; 22 e 30: Quando telefone toca; 23 e 05: Grande roda; 0 e 02: «P. B. X»; 2. Contacto; 3 e 02: A noite é nossa 6 e 02: Diário rnal; 7 e 03: Talismã.

Modulação de frequência — 97,4 mc/s — Às 16 e 04: Programa CDC: 17: Noticiário; 17 e 57: O nosso programa; 10 e 04: Em órbita; 20: Nota de abertura; 21 e 02: Boa noite em FM; 22 e 02: Programa ó Gô-Gô; 0 e 02 Em órbita dois; 1 e 03: Bando sonora; 2: Fecho.

EMISSOR DE MIRAMAR — 388,6 m — 782 kc/s — Às 16: Programa C. D. C.; 18: Depois do chá; 18 e 30: Ela e o seu mundo; 18 e 45: «Matinée» teatral; 19: Noticiário; 10 e 03: Miscelanea; 19 e 17: Conjunto; 19 e 30: Estúdio 64; 20: Nota de abertura; 20 e 10: Norte dia a dia; 21 e 05: Só-Rádio; 21 e 40: Orquestras; 21 e 45: Mensageiro do Evangelho; 22 e 02 Primeiro plano; 22 e 15: Novas de Alegria; 22 e 30: Carocel 3; 23 e 04: Clube da Juventude.

RÁDIO RENASCENÇA — 233,2 m — 1286 kc/s — Às 16: Radiorama; 18: Os Beatles; 18 e 20: Nota do dia, noticiário e boletim religioso; 18 e 30: Terço e bênção da Basílica dos Mártires; 19 e 05: Música seleccionada; 19 e 25: Leitura do programa e boletim do S. C. R.; 19 e 30: Página 1; 20 e 30: Noticiário; 20 e 55: Meditando; 21: Programa dos sócios; 22: Quando o telefone toca; 22 e 30: Pentagrama; 22 e 45: Música variada; 23: A 23.ª hora e Fecho.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA — Onda média — 188 m — 1594 kc/s — 94,4 mc/s **Rádio Peninsular** — Das 7 ás 8 e 10 ás 12 e 19 e 30 ás 22; **Rádio Voz de Lisboa** — Das 17 ás 19 e 30 e 22 ás 2; **Clube Radiofónico de Portugal** — Das 12 ás 14 e 30, **Rádio Graça** — Das 8 ás 10 e 14 e 30 ás 17.

FERGUSON
A GRANDE MARCA BRITANICA DE TV

Os Galitos de Aveiro promovem o I Congresso de Cinema Amador

AVEIRO, 2 — O Clube dos Galitos organiza o I Congresso Nacional de Cinema de Amadores nos dias 24 e 25 de Outubro. Poderão inscrever-se todas as pessoas que praticam cinema amador; sócios de clubes ou secções de cinema de amadores; dirigentes e sócios de cineclubes; críticos ou comentadores de cinema, etc.

As comunicações deverão ser recebidas na secretaria-geral do congresso até 10 de Outubro, data em que terminam as inscrições. O tema principal do congresso é «O cinema de amadores e os problemas do mundo em que vivemos».

Actualidade internacional

OS ASTRONAUTAS DA APOLO-15:

QUARENTA HORAS NA LUA

WASHINGTON, 2 — (F. P.) — A Apolo-15, que será lançada em 25 de Julho de 1971, será dotada de meios técnicos mais aperfeiçoados para estudar a superfície, o subsolo e os arredores da Lua.

David Scott, comandante de bordo, e James Irwin disporão de um «jeep» lunar que aumentará consideràvelmente o seu raio de acção na Lua. Deixarão no astro um morteiro cujo disparo será telecomandado mais tarde. As explosões de quatro granadas assim lançadas fornecerão informações acerca das diferentes camadas do solo lunar até uma profundidade de 600 metros. Antes do desembarque dos dois cosmonautas, perto do Mar das Chuvas, será lançado um pequeno satélite de 11 quilos da cabina principal comandada por Alfred Worden. Destinado a gravitar em volta da Lua, estudará em particular os vestígios da atmosfera rodeando o nosso satélite.

Numa conferência de Imprensa realizada ontem, os dirigentes da N.A.S.A. indicaram que a Apolo-15 descerá nos Apeninos-Hadley, a cerca de seis ou sete quilómetros dos picos escarpados que atingem a altitude de 2400 metros.

O dr. Rocco Petrone, director do Programa Apolo, revelou ainda que a missão Apolo-15 compreenderá três excursões de Scott e Erwin na superfície lunar, podendo durar no total cerca de 60 horas — período consideràvelmente mais longo que o passado no astro pelos astronautas precedentes.

Scott e Erwin explorarão assim as proximidades de uma garganta de 180 metros de profundidade.

«As amostras geológicas trazidas desse local poderão indicar se a presença da água teve alguma importância na formação da região», informou ainda a N.A.S.A.

O dr. Petrone disse, por outro lado, que o LEM da Apolo-15 descerá a 745 quilómetros do equador lunar, em contraste com a Apolo-11 e 12 que desceram nas proximidades imediatas do Equador, como acontecerá com a Apolo-14, em Janeiro.

A N.A.S.A. ADOPTA O SISTEMA MÉTRICO

WASHINGTON, 2 — (R.) — A NASA anunciou hoje que vai começar a utilizar o sistema métrico decimal mais pés e polegadas, onças, continuará com os tradicionais pez e polegadas, onças, libras e graus Fahrenheit na construção e projecto das naves espaciais.

O sistema decimal será usado nas publicações científicas e técnicas, memorandos e relatórios.

Entre os mais importantes países industriais do Mundo apenas os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelandia continuam a usar as medidas inglesas, estando no entanto a Grã-Bretanha prestes a adoptar o sistema decimal.

Defesa dos jornalistas em missão perigosa

ZURIQUE, 2 — (F. P.) — Vai ser criada uma carta de defesa para jornalistas em missão perigosa — anunciou o Instituto Internacional da Imprensa, em comunicado publicado ontem em Zurique.

Instituído na passada quarta-feira, durante uma sessão que reuniu em Paris numerosas organizações de jornalistas, a «comissão internacional profissional para a defesa dos jornalistas em missão perigosa» será encarregada de elaborar a referida carta, devendo ainda contactar com todas as autoridades estabelecidas ou implicadas efectivamente no actual conflito do Sudeste asiático para que estas considerem a sua validade.

A mesma comissão — acrescenta o comunicado — fará igualmente as diligências possíveis a favor dos 18 jornalistas desaparecidos no Camboja.

OS B-52 BOMBARDEIAM O LAOS E O CAMBOJA

SAIGÃO, 2 — (F. P.) — Aparelhos B-52 com base em Utapao, na Tailandia, bombardearam nas últimas 18 horas quase exclusivamente as vias de abastecimento e de comunicação norte-vietnamianas no Laos e no Camboja, tendo efectuado uma única missão no Vietnam do Sul, indicou esta manhã um informador do comando americano.

Por seu turno, os artilheiros da Frente Nacional de Libertação bombardearam durante a noite oito objectivos sul-vietnamianos. Segundo as primeiras informações chegadas ao comando americano, cinco desses bombardeamentos causaram vítimas.

Prìximo de Saigão uma unidade da infantaria americana, em missão de patrulha, caiu ontem á tarde numa emboscada. Em poucos minutos de combate, os americanos tiveram sete feridos, declarou o informador. Os «vietcongs» retiraram rápidamente, não se sabendo se registaram baixas.

Decisão da ICAO

MONTREAL (Canadá), 2 — (A. N. I.) — A suspensão das carreiras aéreas para os países que não punem bem extraditam os «piratas do ar» foi aprovada pela Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO), segundo proposta dos Estados Unidos.

ACORDO NA JORDÂNIA

AMÃ, 2 — (F. P.) — Os representantes das forças jordanas, da resistência e do comité superior árabe para o restabelecimento da paz na região de Ramtha e de Irbill (Norte da Jordania) chegaram a acordo, anuncia um comunicado transmitido por Rádio Amã.

As cláusulas deste acordo que hoje entra em vigor compreendem o absoluto respeito pelo cessar-fogo, mantendo-se as forças armadas nas posições que ocupam actualmente ao norte de Ramtha. Os elementos armados que queiram deixar o país transferindo-se para a Síria, poderão fazê-lo nas próximas 48 horas. Quanto aos elementos não armados podem entrar em Amã e nas outras cidades do reino a partir de 4 do corrente.

Os funcionários do Estado, os gendarmes e os agentes da Polícia devem retomar normalmente o serviço.

As duas partes comprometem-se a pôr imediatamente em liberdade os seus prisioneiros.

ANWAR EL SADAT, o presidente interino após a morte de Nasser, sofreu um ataque cardíaco durante o funeral realizado ontem. Ali Sabri, outro candidato á sucessão definitiva de «rais», também foi acometido por um repentino ataque de coração durante as cerimónias. O sucessor de Nasser terá de ser escolhido dentro de um período de 60 dias

Sadat e Ali Sabri sofreram ataques cardíacos

CAIRO, 2 — (A. N. I., F. P. e R.) — O presidente interino do Egipto, Anwar El Sadat e o antigo primeiro-ministro Ali Sabri sofreram ontem ataques cardíacos no momento em que se iniciava o funeral do presidente Nasser — anuncia o jornal semi-oficioso «Al Ahram».

Conta, no entanto, que a Sadat foi feito um cardiograma na própria sede do Conselho da Revolução, de onde saiu o funeral e que foi decidido que ele recolhesse ao leito ali mesmo. Às 15 horas (TMG) foi então transportado para o palácio Kubbeh, onde os médicos lhe fizeram um segundo cardiograma.

Ali Sabri, actualmente membro do Supremo Comité Executivo da União Socialista Árabe, sofreu o ataque cardíaco quase ao mesmo tempo que Sadat, tendo sido levado também para a sede do Conselho da Revolução. Mais tarde, foi transferido para a sua residência — acrescenta o jornal.

Ambos os dirigentes, depois de tratamento adequado, foram colocados sob vigilância médica, mas estão em condições de saúde consideradas satisfatórias, segundo anuncia «Al Ahram».

SEIS MORTOS

Por outro lado, o jornal «Gumhuria» anunciou que foram assinalados seis mortos e quinhentos casos de perda dos sentidos durante a cerimónia das exéquias do presidente Nasser.

Incidente entre «feddayin» e libaneses (5 mortos)

BEIRUTE, 2 — (F. P.) — Um incidente entre os «feddayin» e a população de Nabatieh (Sul do Líbano) saldou-se em cinco mortos — entre os quais quatro guerrilheiros — e vários feridos — anuncia o jornal «L'Orient».

Não se conhecem bem as circunstâncias que envolveram a questão. O recontro verificou-se durante a «marcha fúnebre» popular organizada em memória do presidente Nasser. Uns dizem que a disputa resultou da discussão entre os «feddayin» e a população sobre quem deveria transportar o féretro simbólico, explicando outros o incidente pelo facto de o silêncio ter sido perturbado por alguns disparos.

A querela degenerou em rixa geral. Quatro «feddayin» e uma mulher libanesa mortos foi o balanço da refrega.

Sabe-se, entretanto, que os «feddayin» comunicaram ao Exército libanês os nomes das pessoas que dispararam contra eles, ameaçando fazer justiça por si próprios, se as autoridades não prenderem os responsáveis.

Partidários de Peron desaconselham o seu regresso

BUENOS AIRES, 2 — (R.) — Um antigo ministro do Governo de Juan Peron disse, ontem, que os dirigentes peronistas não julgam aconselhável que o antigo ditador regresse á Argentina.

Roberto Ares, que foi ministro da Economia durante o Governo de Peron, desde Janeiro de 1949 a Junho de 1952, disse aos jornalistas: «Muito embora Peron deseje regressar ao seu país não o aconselhamos a isso, pelo menos por enquanto».

Ares, que respondeu a perguntas dos jornalistas ao sair de uma reunião com o subsecretário do Interior Enrique Novaro, acrescentou que, até agora, não foi tomada qualquer decisão sobre o regresso de Peron, que vive actualmente em Madrid.

O representante pessoal do antigo ditador argentino, Jorge Palladino, foi citado o mês passado em Madrid como tendo dito que Juan Peron pretendia regressar á Argentina no fim do corrente ano.

Todavia, ao regressar á Argentina no princípio desta semana, Palladino desmentiu ter marcado qualquer prazo limite para o regresso do antigo presidente.

SINDICATO NACIONAL DOS CAIXEIROS E PROFISSÕES SIMILARES DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida da República, 29
LISBOA

COMUNICADO

O Sindicato Nacional dos Caixeiros e Profissões Similares do Distrito de Lisboa, tomou conhecimento através de um comunicado publicado na Imprensa diária em 29.9.70, de que, a União de Grémios de Lojistas de Lisboa considera «prematura» qualquer divulgação do contexto de decisões arbitrais que interessam à União e ao Sindicato.

Ora, o Sindicato é de opinião totalmente contrária, visto que a divulgação corresponde ao dever de defender o melhor possível os interesses dos sindicalizados, bem como, se encontra apoiada pela doutrina e pela Lei.

Com efeito o Prof. Marcello Caetano é de opinião que o acto homologado assume o valor dos actos da autoria e competência do homologante, e o próprio Governo português é de opinião que, «quando da homologação ministerial não se pode nunca substituir ou modificar os textos sobre os quais as partes se puseram, livremente, de acordo» (v. 113.º Relatório do Comité da Liberdade Sindical da O. I. T.).

Desta forma, como a Lei não proíbe a divulgação da decisão arbitral antes da sua homologação, é conveniente, justo e tem largo alcance moral para os trabalhadores, a referida divulgação das decisões arbitrais, a qual não prejudica a publicação em órgão oficial que condiciona a eficácia e executoriedade da decisão.

O mesmo, como é evidente, não é opinião da União de Grémios, a qual, não indicando as suas razões, não deixa por isso de as revelar.

A DIRECÇÃO DO SINDICATO

Os dirigentes árabes comprometeram-se a defender a Revolução palestiniana

CAIRO, 2 — (F. P.) — Os chefes de Estado árabes reuniram-se novamente esta noite no Cairo, após o funeral do presidente Nasser. Num comunicado publicado após a reunião, comprometem-se «perante a nação árabe e o querido presidente extinto» a combater mais eficazmente o imperialismo sob todas as suas formas, até «á libertação de cada parcela do território árabe, ou seja, o Sinai, o Golan, Jerusalém e toda a Palestina».

Depois de saudar o povo egípcio que, sob a direcção do presidente desaparecido, «era portador da esperança do arabismo», o comunicado salienta: «É nosso dever, por respeito e direito do povo egípcio e por fidelidade ao seu dirigente desaparecido, apoiá-lo nesta prova e travar com ele o combate para o destino».

«O presidente Nasser — prossegue o comunicado — deixa-nos uma herança pela qual somos responsáveis perante a História e perante os nossos povos... Deixou-nos a revolução palestiniana como penhor. Devemos cuidar dela, defendê-la, desenvolvê-la, para que possa restabelecer o direito e salvar um povo da infelicidade. Deixou-nos os povos fracos e oprimidos da África e de outros lugares que lutam pela sua salvação e pela sua liberdade. Não os abandonamos sem apoio. Legou-nos as esperanças árabes para a unidade, o progresso e o desenvolvimento. Não as deixaremos desaparecer em vão.»

A concluir, o comunicado dirige-se aos novos dirigentes do Egipto e desafia que eles estejam «á altura das responsabilidades que lhes cabem» e que salvaguardem «a sua unidade e a unidade do povo» e que sigam fielmente «o caminho traçado pelo seu predecessor».

PADRES EXPULSOS DA ÁFRICA DO SUL

CIDADE DO CABO, 2 — (F. P.) — O primeiro-Ministro sul-africano, John Vorster confirmou a ordem de expulsão dada a dois padres anglicanos, em sinal de protesto pela decisão do Conselho Mundial das Igrejas de conceder auxílio financeiro aos movimentos de libertação da África do Sul.

Vorster, frisando que não deseja deteriorar as relações entre a África do Sul e as igrejas, declarou no entanto, que fará tudo para impedir a concessão daquele auxílio.

O presidente Nixon em Madrid

(Continuação da 1ª página)

aspectos técnicos do recente tratado de cooperação e defesa concluído entre ambos.

Por fim, o problema de uma eventual adesão da Espanha á Aliança Atlântica foi excluído da ordem do dia da breve visita de Nixon a Madrid, pois toda a gente é da opinião — diz-se nos meios próximos do presidente — que esta depende de um futuro ainda problemático, não exigindo, portanto, qualquer decisão imediata.

VIAGEM ELEITORAL — OPINIÃO DA TASS

MOSCOVO, 2 — (F. P.) — A agência Tass comentou ontem a visita do presidente Nixon á Europa. Sob o título «Cálculos duvidosos», a agência soviética recorda que o propósito da viagem era, segundo a Imprensa americana, reafirmar a força militar americana no Mediterrâneo, á medida que se aproximam as eleições legislativas nos Estados Unidos.

A visita ao Vaticano, escreve a Tass, fez-se a pensar nos «eleitores católicos» do outro lado do Atlântico. A propósito, a agência recorda que uma sondagem Harris apurou que apenas 35 por cento dos americanos aprovam a política do presidente Nixon.

AVISO

O IMPOSTO COMPLEMENTAR está a pagamento no corrente mês.
Contactando-nos já, poderá pagar o seu imposto em 12 mensalidades suaves.
Peça um impresso explicativo deste serviço que o Banco criou para si.

BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
onde cada um conta mais do que a sua conta

DESPORTO

O 48. aniversário do Vitória de Guimarães

Comemorando a passagem do seu 48 aniversário, o Vitória de Guimarães realiza, noje, um jantar de confraternização que reunirá associados e dirigentes da popular colectividade

Entretanto, amanhã, terá lugar uma sessão solene. Do programa consta o descerrar de um retrato do sócio benemerito Domingos Torcato Ribeiro de Almeida distinções para os associados que completam 25 anos de filiação e uma palestra do nosso camarada Mário Zambujal, subordinada ao tema «O Amanhã do Desporto».

Finalmente, no domingo, realizar-se-á uma romagem ao cemitério da Atouguia, em memória dos sócios e atletas falecidos

AUTOMOBILISMO

PROVA DE PERÍCIA DO OEIRAS

No campo de futebol do Oeiras realizou-se, no passado domingo, a 2.ª Prova de Perícia do Verão organizada pela Associação Desportiva de Oeiras

Resultados.

CLASSIFICAÇÃO GERAL

1.º Manuel Antunes; 2.º, Carvalho Dias; 3.º, Rui Pinoco; 4.º, Orlando Tomás; 5.º, António Simões; 6.º, Álvaro Santos; 7.º, Pedro Cordrino; 8.º, Telhado Ferreira; 9.º, Álvaro Pessoa; 10.º, Carlos Garcia

Inter-sócios

1.º, Álvaro Santos; 2.º, Octávio Andrade; 3.º, Armando Alcântara

Senhoras

1.ª Mimi Gomes Cruz; 2.ª, Teresa Peixoto Alves; 3.ª, Maria Guerreiro Silva.

HOJE, À NOITE

BASQUETEBOL — Campeonato de Lisboa da Divisão de Honra: C. I. F.-Benfica e Sporting-Nacional, ás 21; Algés-Belenenses e Atlético-Carnide ás 22, no Pavilhão da Ajuda.

ATLETISMO — Torneio de Captação promovido pelo Sporting na pista do Estádio Alvalade, ás 21 e 30.

O SORTEIO DA «TAÇA DAS FEIRAS»

JUGOSLAVOS (UMA VEZ MAIS) E ESCOCESES NA ROTA DOS VITÓRIAS

Realizado o sorteio para a 2.ª eliminatória da «Taça Europeia das Feiras», verifica-se que o acaso ditou mais uma equipa jugoslava no caminho das turmas portuguesas envolvidas nas competições internacionais em curso.

Caberá, assim, ao Vitoria de Setúbal (para aquém do mais) a missão do desempate, numa altura em que, frente a jugoslavos, temos uma passagem á eliminatória seguinte (Benfica, na «Taça dos Vencedores das Taças», frente ao Olimpija, com 1-1 e 8-1) e uma eliminação (Barreirense, em confronto com o Dinamo de Zagreb, com 2-0 e 1-6).

A missão dos sadinos não será fácil, bastando lembrar que o Hajduk, de Split, ainda recentemente empatou com o Benfica (1-1) num jogo particular. No entanto, o Vitória setubalense ja provou (sobejamente) ser adversário para qualquer. O seu valor é uma das realidades firmes do futebol português e permite aguardar o embate com relativa confiança.

Quanto ao Vitória minhoto, igualmente terá tarefa difícil. O Hibernian, de Glasgow, é uma das mais credenciadas equipas do futebol escocês — e tanto basta para ser tomado como adversário de monta. O encontro reveste-se de dificuldades inequivocas, e terá de ser encarado pelos vimaranenses com cuidados muito especiais.

Para o encontro da primeira «mão», o Setúbal actuará no Bonfim, e o Guimarães na Escócia.

A eliminatória, como já referimos em edição anterior, terá de estar resolvida até 4 de Novembro.

MOTOCICLISMO

RALLYE DO VERÃO 1970

Organizada pela Federação Portuguesa de Motociclismo, realiza-se, no dia 11 de Outubro, uma prova destinada a todos os condutores de veículos motorizados em duas rodas: motocicletas, «scooters» e motorizadas.

A competição, denominada «Rallye do Verão 1970», tem partidas de Lisboa e chegada a Setubal — encontrando-se as inscrições abertas na respectiva Federação todas as quartas e sextas-feiras das 21 e 30 ás 23 horas.

DESPORTIVO

CLUBE DO CARMO

Amanhã, ás 20 e 30, reune-se a assembleia geral extraordinária do Desportivo Clube do Carmo (Rua do Duque 21-A), para eleição dos novos corpos gerentes.

Propriedades

— VENDAS — Quintinha

5.000 CONTOS

Precisamos em 1.ª hipoteca sobre importante unidade fabril, no valor de 15.000 contos, nos arredores c/ 14.000 m2 de área, sendo 5.000 m2 cobertos.

ORCOSI

Rua 1.º Dez.º 45-3.º-Esq. LISBOA

Telfs. 367444/323172

Contacto

H. NUNES

PUBLICIDADE

Telef. 847260

DINHEIRO

EMPRESTA-SE com rapidez qualquer quantia em 1.º ou 2.º hipoteca de parte de prédios em construção. TRATA LAIRES, Rua da Prata, 291, 2.º-Dt.º (junto á Praça da Figueira). Telefs.: 32 54 87 e 37 06 18.

vende-se com facilidades de pagamento a 20 km de Lisboa, tendo uma moradia de construção moderna c/ diversas divisões, água própria, etc. Área total, 3 hectares aproximadamente, muito bem localizada.

Trata: F. Fernandes & Costa, Ld.ª, Av. Almirante Reis, 104-2. — Telf. 536111/2/3.

CASAS para alugar

Procure V. Ex.ª nos nossos escritórios, onde temos sempre variadissimos andares e lojas para alugar em Lisboa e arredores. Não cobramos qualquer importância a título de comissão aos inquilinos.

Trata: SOC. CONSTI INVICTA, Rua do Ouro, 292, 1.º — Telefs.: 1755

ANDE 1.000 KM. E PAGUE SÓ 250$00

ALUGUE UM AUTOMÓVEL NA AUTO-ARGUS INTERNACIONAL

P. Olegário Mariano, 6-D — Telef. 553843
Av. da República — FARO — Telef. 05-23928

Automóveis

VENDAS:

Automóveis e camionetas de diversas marcas. Não compre, sem consultar Florindo M. Coelho — R. António Pedro, 40 cave. Tel. 44846

Contacto

H. NUNES

Telef. 847260

PUBLICIDADE

Opel 1700 de 63, 32 c.; Opel Kadet de 65, 30 c.; Opel 1500, 20 c.; Austin 850 de 62, 20 contos; Austin 65, 24 c.; Wolkswagen de 60, 20 c.; Tenho novas unidades. R. António Pedro, 40, c/v. Telef. 44 846.

AUTOMOVEIS de todas as marcas aos melhores preços

MAIA

Av. João XXI, 8-A

ALUGUER:

SERVIÇOS DE NÚMEROS TELEFÓNICOS PARA AUTOMÓVEIS S/ CONDUTOR:

- 534657 — L. Sta Bárbara, 5-B
- 49612 — Jomil Auto — Rua Ponta Delgada, 40-A-B
- 769848 — E. U. ROCAR — Av. Barbosa du Bocage, 1
- 42890 — Taxis Universo, Lda. — Av. Republica, 26.
- 727654 — Auto Monumental do Areeiro, Lda. — Av. Padre Manuel da Nóbrega, 10-E.
- 539169/539345 — BRUNAUTO, Rua Joaquim Bonifácio, 10-A.
- — Av. de Madrid, 16-B

EXCURSÕES DA C. P. AO ESTRANGEIRO

Comunica-se a V. Ex.ª que vão levar a efeito até ao fim do ano corrente em colaboração com a Empresa Geral de Transportes as seguintes excursões

	Dias de duração	Preços
Madrid (1) ..	4	1350$00
— Madrid (2) ..	3	1100$00
Andaluzia e Costa do Sol	7	2650$00
VIA MADRID		
— Lourdes	6	2250$00
Lourdes e Andorra	7	2600$00
Barcelona-Valência e Mediterrâneo ..	8	2800$00
— Itália e Alpes	14	4100$00
— Paris	10	3600$00

Para melhor elucidação peça folhetos descritivos:
- Nas estações de Lisboa (Rossio) e Lisboa (Santa Apolónia);
- Na Empresa Geral de Transportes Rua do Arsenal, 124.
- Nas Agências de Viagens autorizadas.
- Nos Despachos Centrais de Caminho de Ferro.

Onde se encontram à venda os respectivos bilhetes.

Capitais

TEM PREDIO? TEM CARRO? ENTÃO TEM DINHEIRO CONSULTE JÁ A ORCOSI

Telefs. 367444/323172

Rua 1.º de Dezembro, 45

SINTRA ESPERA-O NO DOMINGO

Para a sua deslocação utilize os comboios eléctricos.

Sociedade Estoril

Venda de bilhetes para os domingos

Aos sabados na estação do Cais do Sodré das 15 às 22 horas.

PAPELARIAS

Com um vasto sortido de artigos de escritório, livros de escrita e agendas de varios modelos, a conhecida PAPELARIA FERROS vem de na muitos anos servindo com eficiência a sua numerosa clientela. Antes de renovar os livros da sua escrita consulte a Papelaria Ferros — Rua de S. Julião, 64-66

PRÉDIO NA MOITA

Construção de cimento armado, revestido a marmorite, composto de 6 inq., rendas de 390$00 e 450$00, todo alugado.

PREÇO — 480 contos.

MOSTRA E TRATA:

«A CONFIDENTE»

Rossio, 3-2.º — Telefs. 36 93 84/5/6 - 32 82 32/3 - 36 17 56

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Concurso n.º 60 — Arrematação de viaturas, fora de uso, pertencentes aos Hospitais Civis de Lisboa

Recebem-se propostas até ás 10.30 horas do dia 13 de Outubro p. f. para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa todos os dias uteis, das 9 ás 11.30 horas e das 14 ás 16, e aos sábados, das 9 ás 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 26 de Setembro de 1970

O CHEFE DO SERVIÇO

a) *Alexandre Pinheiro*

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Concurso n.º 59 — Fornecimento de APARELHAGEM DE RAIOS X

Recebem-se propostas até ás 9.30 horas do dia 26 de Outubro p. f. para o mencionado concurso.

Os concorrentes poderão pedir no Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, todos os dias uteis, das 9 ás 11.30 horas e das 14 ás 16, e aos sábados, das 9 ás 12 horas, as respectivas condições.

Serviço de Aquisições dos Hospitais Civis de Lisboa, em 26 de Setembro de 1970.

O CHEFE DO SERVIÇO

a) *Alexandre Pinheiro*

◆ Pequenos anúncios ◆ Pequenos anúncios ◆ Pequenos anúncios ◆

QUEM TEM MEDO DE ENFRENTAR A REALIDADE?

Futebol: o futuro é descer para uma dimensão exacta

• Causas da diminuição do número de espectadores: outras solicitações e interesses e mau dirigismo do próprio futebol

O futebol é, e continuará a ser, o «barómetro» da vida financeira dos clubes. À volta desta modalidade se traçam as grandezas e misérias do desporto português que, regra geral, é alimentado pelo futebol — espectáculo embora, isso, pese a certas pessoas muito ciosas da verdadeira ética desportiva.

Mas o futebol...

Todos os clubes, mas todos têm um passivo maior que o activo, sinal de que as receitas não cobrem as despesas isto, note-se, sem especialização de grandeza (nível clube). A expressividade (negativa) dos números é que varia e, esta variação, tanto maior é quanto maior é a grandeza do clube, mesmo compensada com a conquista de títulos.

As últimas estatísticas referentes aos anos 1968-69 e 1969-70 dão-nos a indicação de que o futebol não caminha seguro dos passos que dá o que, de resto, mais se confirma pelos esclarecimentos prestados há pouco tempo pela Federação Portuguesa de Futebol. Os números escriturados são na ordem dos muito milhares de contos, mas, no final, nada fica, só falta.

O panorama não é brilhante e, conclui-se com facilidade, que a «montagem» do espectáculo é demasiado cara ainda que a maioria se queixe dos proventos recebidos, uma excepção ou outra, não serve mais do que confirmar a regra. Para já, mas sem delongas, podemos informar que os encargos que oneram o futebol são causticantes. Este é um enunciado do problema, outros mais há, para os quais os 132 mil contos distribuídos, em vito anos, pelo Totobola não passaram de um paliativo...

No passado «defeso» assistiu-se á coligação dos clubes da Primeira Divisão no que respeita áquilo que se pretendeu chamar uma tomada de posição na defesa dos seus interesses. O propósito maior era assegurar espaço (tempo) para disputar desafios de carácter particular, para tanto pedia-se a interrupção do Campeonato Nacional por cerca de um mês — no «pino» do Inverno — levando em conta que, neste período de tempo, o adepto anda mais arredio dos estádios. Acabou por se ficar em dois domingos de «hibernação do campeonato».

Respeitamos muito o interesse dos clubes, mas, sinceramente, não concordamos com a ideia de trocar a certeza do ritmo de uma prova de regularidade, que é o caso do «Nacional», pela incerteza de jogos com estrangeiros (lá fora) na mira de alcançar uns proventos até, porque, não vemos com quem iriam jogar. Adiante...

Os clubes acabarão por desistir dessa ideia — agora ou no futuro — porque, até, a iniciativa a ser proveitosa só serviria a quatro ou cinco equipas, as que têm cartel além-fronteiras; as restantes descansavam e nada tinham em troca para ofertar aos seus sócios. O sistema é perigoso, senhores dirigentes...

Antes de mais, os clubes, em vez de buscarem possíveis novos horizontes de proventos, deviam preocupar-se com a fuga dos adeptos dos estádios que, em relação ás duas últimas épocas (1968-69 e 1969-70) se cifrou numa deminuição de 150 mil espectadores, ainda que tivesse havido uma melhoria de 160 contos.

As «enchentes» dos Sporting-Benfica não podem ser tomadas como o quadro geral da situação...

Recuar um pouco no tempo talvez não seja má ideia. Em França, há cerca de seis anos, baixaram á Segunda Divisão os prestigiosos Stade Reims e o Nice e, de seguida, o Havre renunciou ao futebol profissional depois de uma experiência de 30 anos. Os franceses tinham feito a sua escolha e, a partir daí, nunca mais a França se entregou ao «association», o desporto que os seus vizinhos ingleses descobriram vai para cem anos. É evidente que o futebol em França ainda subsiste, mas a razão da sua existência, deve-se em grande parte ás massas de emigrantes vindos de Portugal e Itália; os franceses, esses, aderiram a outras solicitações — desportivas ou não.

Entretanto, em Espanha, há meia dúzia de anos, também, os adeptos, os clubes começaram a estar cansados de tanta «euforia». Trocaram os tempos da «aventura» de ver nos seus campos jogadores das quatro partes do mundo, naturalizados á pressa, pela existência de um futebol com «raízes» nacionais. Entretanto, o Estádio de Chamartin, com os seus 125 mil lugares, está ultrapassado, está grande em demasia. Os temps de Di Stefano, Kopa, Puskas e Santamaria, Kubala, entre outros, já pertencem ao passado e o futuro não é tão pródigo de grandes «estrelas».

Em Portugal, sabe-se que as coisas não estando péssimas para lá caminham. Todos, desde a Federação aos clubes, se aperceberam que, apesar das receitas aumentarem — bilhetes mais caros —os espectadores diminuem.

Causas? São muitas, vão desde as estruturas á orientação de certos dirigentes — homens que falam muito e pensam pouco...

O futebol terá de encontrar a sua dimensão exacta, aquela que «caiba» nos tempos que correm. É certo que o público quer bom espectáculo, para tanto, são necessários bons jogadores e os bons jogadores são caros — na cifra dos milhares de contos—; os dirigentes querem, também, vitórias e é, neste querer comum, que se processa o aumento constante do passivo das efectividades. Mas claro, não se pode cair no conceito de que uma «equipa barata» resolve a situação. Isso não! O jogador é a razão principal do futebol; os «monstros», os grandes ídolos têm, contudo, um senão, custam bom dinheiro e nem todos proporcionam a contrapartida de atrair melhores receitas.

Parece-nos ser altura de rever a legislação que rege as relações entre os clubes e os jogadores. O direito de opção que funciona a favor dos clubes ofende todas as regras da prestação de serviços, como profissão. Melhor seria que se estudasse um sistema de contrato por uma, duas ou três épocas, em bases de prémios mínimos e máximos, em que não houvesse a hipótese de especulações nem «mercados» a funcionar com preços tão exorbitantes.

Em suma, as estruturas do espectáculo, repetimos, estão erradas mas, francamente, nada se faz para modificá-los, preferindo-se entrar (inconscientemente) no sistema do aumento de preço dos bilhetes na miragem de uma melhoria de receitas sem a preocupação de que isso, provoca o afastamento dos adeptos dos campos de futebol que, de época para época, se vem acentuando.

Na reara, o futebol já não é a única solicitação quotidiana, os espíritos estão mais abertos, sabem melhor escolher, sabem «aceitar» a existência de outras coisas que, naturalmente afectam a «realeza» do futebol que, mesmo assim, ainda é o espectáculo das grandes multidões, mas, o problema (futebol-espectáculo) existe, oscilando entre um passado eufórico e um presente-futuro de imprevisível desfecho se, entretanto, novas manetras de dirigir não surgirem. É tempo de não confiar, abertamente, na «carolice» dos adeptos do futebol...

PEDROSA DA SILVA

Jogadores convocados para as selecções «A» e de «Promessas»

São os seguintes os jogadores convocados para as selecções «A» e de «Promessas», tendo em vista o encontro com a Dinamarca:

SELECÇÃO «A»:

Damas, José Henrique, Pedro Gomes, Humberto Coelho, José Carlos, Hilário, Murça, Jaime Graça, Melim, Simões, Peres, José Maria, Eusébio, Torres, Artur Jorge e Jacinto João.

«PROMESSAS» (menos de 23 anos):

Bento, Fonseca, Artur, Rebelo, Barros, Bastos, Laranjeira, Adriano, Tomé, Quinito, Carlos Serafim, Nené, Nelson, Vítor Baptista, Dinis e Diamantino.

A concentração inicia-se no próximo dia 6, na Federação Portuguesa de Futebol, havendo já nesse dia, pelas 16 horas, treino em Alvalade.

«GRANDE TORNEIO DE BAIRROS»

UMA INICIATIVA DO BENFICA

A secção de atletismo do Benfica leva a efeito, no domingo e segunda-feira, um torneio de atletismo, destinado a rapazes e raparigas, que nunca tenham praticado oficialmente a modalidade, que será denominado Grande Torneio dos Bairros de Lisboa.

A prova decorrerá na pista do Campo Grande, podendo as inscrições fazer-se até meia hora antes do início das provas. Os concorrentes serão divididos por escalões, consoante as suas idades e o programa é o seguinte:

DOMINGO — Às 10 horas, eliminação de 60, 50 e 80 metros; 600 metros, comprimento, altura, 700 metros, dardo, meia final de 60 e 80 metros; 500 metros e final de 50, 60 e 80 metros

SEGUNDA-FEIRA — Às 10 horas: eliminatória ou séries de 150 metros, altura, peso, 250 e 500 metros, 1000 metros, 2000 metros, dardo e finais de 150 e 250 metros.

Conta Infantil
BANCO DO ALENTEJO

TELEVISORES
Desde 98$80 Mensais, oferta da antena para os dois programas

FRIGORÍFICOS
Desde 98$80 Mensais, oferta da Dispensa JOVICA

ESQUENTADORES
Desde 98$80 Mensais, com montagem incluída

MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA
Oferta de 24 pacotes SKIP

MÁQUINAS DE LAVAR LOIÇA
Oferta de 16 embalagens SUN

SEM ENTRADA FIADOR

JOVICA

LISBOA | Avenida 5 de Outubro, 53-C Telef. 47769 | Largo de D. Estefânia, 12-D Telef. 534536
CACÉM — CASCAIS — SINTRA — VENDA NOVA

«REGRESSO» À NATUREZA

Acampamento do Outono do Clube de Campismo de Lisboa

Os amantes da vida ao ar livre e quantos consideram o campismo como um poderoso desintoxicante na intensidade corrosiva da vida actual, terão ensejo de uma confraternização gigante no meio adequado através do tradicional Acampamento de Outono promovido pelo Clube de Campismo de Lisboa.

A reunião, que englobará adeptos de todos os pontos do País, realizar-se-á no Parque da Costa da Caparica de **2 a 5 de Outubro.**

Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa 1970

SÁBADO 3

Prova N.º 1 — BANCO FONSECAS & BURNAY
— Tabela A com cronómetro.

Prova N.º 2 — CERVEJA SAGRES
Patrocinada pela Sociedade Central de Cervejas
— Tabela A sem cronómetro — 1 Barrage

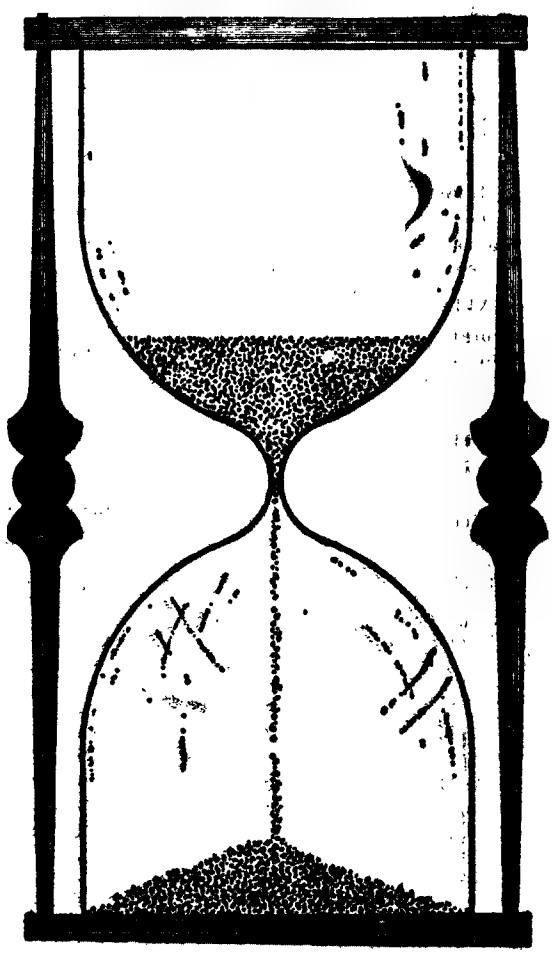
DOMINGO 4

Prova N.º 3 — «JOAQUIM MOUZINHO DE ALBUQUERQUE»
Patrocinada pela SACOR
— Tabela A mista — 1 barrage

Prova N.º 4 — «Companhia de Seguros A MUNDIAL»
— Escolha o seu percurso

AS PROVAS INICIAM-SE ÀS 13 HORAS

HIPÓDROMO DO CAMPO GRANDE



Compre propriedades

O FUTURO DEPENDE DO PRESENTE

comece a
capitalizar
o seu futuro
comprando

Andares ou
Apartamentos Mobilados

a

J. PIMENTA, S. A. R. L.

o tempo lhe dará razão

Os preços que praticamos são fixos tendo em mente o desejo de prestarmos o nosso contributo para a solução do seu problema. Esta a razão pela qual vendemos barato. Este o desejo de construirmos muito.

APARTAMENTOS MOBILADOS DESDE 150 CONTOS

Informações
para aluguer e venda:

LISBOA: Praça Marquês de Pombal, 15, 1.º — Telefs. 4 58 43/4 78 48
QUELUZ: Rua D. Maria I, 30 — Telefs. 95 20 21/22
REBOLEIRA: Amadora — Serviço Permanente — Telef. 93 36 70
PAÇO DE ARCOS: Bairro Comendador Joaquim Matias — Telef. 2 43 35 11
CASCAIS: Rua Regimento Infantaria 19, n.º 39 — Telef. 28 25 75
Conjunto Turístico da Pampilheira — Telef. 28 39 88

S. R.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ferreira do Alentejo e Santiago do Cacém, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no *Diário do Governo*, o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa para o estabelecimento nas freguesias de Ferreira do Alentejo e Figueira de Cavaleiros e de Ermidas e S. Bartolomeu da Serra, respectivamente dos concelhos de Ferreira do Alentejo e de Santiago do Cacém, de um primeiro troço da linha aérea a 60 kV com 49 172 metros de comprimento, do apoio n.º 3-A da linha Ferreira-Vale do Gaio ao apoio n.º 238.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Setembro de 1970.

Pelo Engenheiro Chefe

Joaquim Gonçalves dos Santos

SINTRA ESPERA-O NO DOMINGO

Para a sua deslocação utilize os comboios eléctricos.

JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO

CERTIFICADOS DE AFORRO

Resultados do 34.º sorteio trimestral realizado em 30/9/1970

— prémios atribuídos a unidades representadas nos certificados a seguir indicados —

1 — 1.º prémio: 100.000$ — certificado n.º 181 853.

2 — 2.os prémios: 30.000$ cada — certificados n.os 291 157 e 318 388.

3 — 3.os prémios: 20.000$ cada — certificados n.os 73 180, 212 242 e 238 533.

10 — 4.os prémios: 5.000$ cada — certificados n.os 144 943, 151 533, 177 345, 205 921, 259 551, 266 411, 290 836, 295 636, 311 427 e 320 481.

60 — 5.os prémios: 1.000$ cada — certificados n.os 165 116, 166 526, 168 496, 169 208, 170 295, 170877, 171 419, 172 118, 172 757, 173 444, 174 004, 174 578, 175 346, 177 026, 177 647, 178 121, 179 625, 180 187, 180 965, 181 293, 282 007, 282 402, 282 769, 283 189, 283 641, 284 096, 284 506, 285 007, 285 476, 286 911, 286 407, 286 836, 287 305, 287 796, 288 342, 288 727, 289 173, 289 750, 290 320, 290 747, 309 415, 309 837, 310 354, 310 827, 311 231, 311 744, 312 221, 312 614, 312 981, 313 472, 313 976, 314 523, 315 024, 315 457, 315 852, 316 305, 316 763, 317 217, 317 697 e 317 994.

Estes prémios correspondem a certificados dos valores de aquisição de 70.000$, 21.000$, 14.000$, 3.500$ e 700$, respectivamente.

O próximo sorteio realiza-se em 30 de Dezembro de 1970.

Direcção-Geral dos Serviços da Junta do Crédito Público, 30 de Setembro de 1970.

O DIRECTOR-GERAL
J. SOLLARI ALLEGRO

CARPETES - PASSADEIRAS
TAPETES - TECIDOS PARA
DECORAÇÃO E ESTOFO

Acabaram os SALDOS, mas para servirmos vários pedidos dos nossos estimados clientes, até sábado, faremos vendas de artigos seleccionados a PREÇOS verdadeiramente SENSACIONAIS.

VENDAS ATÉ SÁBADO, TODO O DIA.
PREÇOS ESPECIAIS.

FAÇA UMA RÁPIDA VISITA

RAÚL NETO, LDA.

PRAÇA DA FIGUEIRA, 18 - 2.º
(com elevador) (esquina da Rua da Prata)

No CARTAXO o «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Pedro Alves, Sucr., Rua Batalhas.

O «DIÁRIO DE LISBOA» vende-se na tabacaria «A NELFA» — Praça das Casas Novas 2.

TAGIDE

Serviço de Restaurante
★
Aberto até às 5 horas

TAGIDE
BOITE
UTILIDADE TURÍSTICA

LG. BIBLIOTECA PÚBLICA, 18-20
TELS. Boite 3 5328
Restaurante
Cabine 36 21 23

Externato Liceal e Técnico Arquimedes
Rua Marques da Silva, 99-2.º — Telefone 532702
Liceus — Admissão Institutos — Secções Preparatórias
Cursos intensivos — Abertas as inscrições

CARTAZ DOS CINEMAS

EDEN

(M. 12 anos) Tel. 320768

As 15.15, 18.30 e 21.45

Color.-Scope

Toda a gama das emoções humanas no maior acontecimento desportivo do mundo

OLIMPIADA NO MÉXICO

VOX

(Adultos) Tel. 720808

As 18.30 e 21.45 h.

2.ª SEMANA DE ENCHENTES

DUSTIN HOFFMAN e MIA FARROW

são os inesquecíveis protagonistas da mais bela das histórias de amor

JOHN & MARY

Um filme de excepção em Panavision e Technicolor

AR CONDICIONADO

ODEON

(M. 17 anos) Tel. 326283

As 15.15 e 18.15 (p. r.) e 21.30

O CINEMA PORTUGUÊS EM FESTA!

2.ª SEMANA TRIUNFAL

A MALUQUINHA DE ARROIOS

Realização de Henrique Campos

Segundo a famosa comédia de Andre Brun

com Alina Vaz, Ivone Silva, Artur Semedo, Eugenio Salvador, Linda Silva e Oscar Acurcio

LIZ

(M. 17 anos) Tel. 48560

As 21 horas

O FALHADO

O REGRESSO DE RINGO

CHIADO TERRASSE

Às 15 e 21 h. (M. 12 anos)

A PISCINA

O ASSALTO AO COMBOIO CORREIO

POLITEAMA

(M. 12 anos) Tel. 326305

As 15.15 e 18.15 (p. r.) e 21.30

GRANDE ÊXITO

Um filme extraordinario que revela um novo mundo do crime

JAMAICA

com Ray Danton e Pameza Tudor

Eastmancolor

EUROPA

(M. 12 anos) Tel. 661016

As 15.00/21.00 h — 70 mm

Atenção ao horario das sessões

TECHNICOLOR

Charlton Heston, Stephen Boyd e Jack Hawkins

«BEN-HUR»

ROYAL

(Adultos) Tel. 86565

As 21.30

DILEMA DE UMA MULHER

A QUEDA DA CASA USHER

LIDO

(M. 12 anos) às 21.30 h.

Um espectáculo invulgar com PETER O'TOOLE e PETULA CLARK

ADEUS, MR. CHIPS

Um filme inesquecível em 70 mm. e som estereofónico

IMPERIAL

(M. 17 anos) Tel. 45933

Às 21 horas

ALTA TRAIÇÃO

ARMADILHA

LUMIAR

(M. 12 anos) Tel. 795296

As 21 horas

SAM WHISKEY

NÃO PERCA A CABEÇA

IMPÉRIO

(Adultos) Tels. 555134/5

As 15.15/21.30

JEAN PAUL BELMONDO e JEAN SEBERG em

O ACOSSADO

(A Bout de Souffle)

Um filme de Jean Luc Godard

Argumento de François Truffaut

Colaboração técnica de Claude Chabrol

Fotografia de Raoul Goutard

Musica de Martial Solal

ESTÚDIO

As 15.30, 18.30 e 21.45

EM 2.ª SEMANA

(M. 12 anos)

O filme de CARLOS SAURA que obteve o Urso de Prata no Festival de Berlim e premiado em Veneza, S. Francisco, Acapulco etc.

A CAÇA

SÃO JORGE

(M. 17 anos) Tel. 54153

As 15.15, 18.15 e 21.30

EM 4.ª SEMANA

A mais louca comedia do ano

O QUE HA DE NOVO GATINHA?

com Peter Sellers, Peter O'Toole, Romy Schneider e Capucine

MUNDIAL

(Adultos) Tel. 538743

As 18.30 e 21.45

Bibi Andersson, Robert Stack, Annie Girardot e James Farentino numa alta comedia em maravilhoso technicolor

A VIDA DE UMA MULHER

— O primeiro amor será, de facto, o mais forte? ..

AR CONDICIONADO

AVIS

(Adultos) Tel. 47162

As 15.30 e 21.45

O filme que enterneceu o mundo inteiro!

A PRINCESA

Extraordinaria interpretação de GRYNET MOLVIG

ESTUDIO 444

(Adultos) Tel. 779095

As 15.30, 18.30 e 21.45

UM FILME IRONICO, POÉTICO E AUDACIOSO!

OS AMANTES

com Jeanne Moreaux e Jean Marc Bory

SÃO LUIZ

(Adultos) Tel. 327172

2.ª SEMANA

As 15.15, 18.15 e 21.30

a obra fundamental de Joseph Losey

O CRIADO

(The Servant)

ALVALADE

(Adultos) Tel. 717480

2.ª SEMANA

As 15.45 e 21.45

a obra fundamental de Joseph Losey

O CRIADO

ROMA

(Adultos

2.ª SEMANA

As 15.30 e 21.45

A espantosa realização

A PONTE DE REMAGEN

com George Segal, Robert Vaughn e Ben Gazzara

Panavision — Cor de Luxe

MONUMENTAL

(M. 12 anos) Tel. 55131

As 15.00 e 21.30

EM 2.ª SEMANA

MY FAIR LADY

O filme de 8 «Oscars» e de o melhor filme com Audrey Hepburn, Rex Harrison

CASINO ESTORIL

As 17 e às 21.30 (M. 12 anos)

O CAPITÃO NEMO E A CIDADE SUBMARINA

CONDES

(Adultos) Tel. 322523

sessões diarias

EM 2.ª SEMANA

As 14.15, 16.30, 18.45 e 21.45

O pano sobe e desvenda

OS INTOCAVEIS

com John Cassavetes, Britt Ekland e Peter Falk

Technicolor. Techniscope

TIVOLI

(M. 17 anos) Tel. 50595

As 3 e 6.15 da tarde (a p. r.) e as 9.30 da noite

Jean Gabin, Alain Delon, Lino Ventura e Irma Demick

no grande êxito mundial

O CLÃ DOS SICILIANOS

RESTELO

(Adultos) Tel. 610375

As 21.30

AMAR SEM AMOR

com Jean Semmans

outros espectáculos

LISBOA

TEATROS

VASCO SANTANA—As 22: «Quem é esta mulher?» (17 anos)

CAPITOLIO — As 21 e 45: «O Vison Voador» (17 anos)

LAURA ALVES — As 21 e 45: «O Preço» (17 anos)

MARIA MATOS — As 21 e 45: «A Reliquia» (17 anos)

MONUMENTAL — As 21 e 45: «Pobre milionária» (17 anos)

ABC—As 20 e 45 e às 23: «Alto lá com elas» (17 anos).

CINEMAS

JARDIM — Às 21: «Os Onze do Oceano» (17 anos)

IDEAL — Às 15 e 15 e às 21: «Viúvo mas... negro» (17 anos)

ARCO-IRIS —Às 21: «Neves traidoras» (12 anos).

OLIMPIA — Às 21: «O gladiador de Roma» (12 anos).

PARIS—Às 21: «O destino marca a hora» (12 anos)

CINEARTE — Às 21: «O ultimo fica vivo» (12 anos).

SALÃO LISBOA—Às 21: «Missão Bagdad» (12 anos)

MOSCAVIDE — As 21: «007 ao serviço de Sua Majestade» (17 anos).

Linha de Cascais

ALGÉS — STADIUM — As 21 e 30: «O Golpe de Ouro» (12 anos)

ESTORIL — CASINO — As 17 e 21 e 30: «O Capitão Nemo e a Cidade Submarina» (12 anos)

CASCAIS — S. JOSÉ — As 21 e 30: «Um homem irresistível» (17 anos).

Linha de Sintra

AMADORA — RECREIOS DESPORTIVOS — As 21 e 15: «Champanhe Escandaloso» (17 anos)

SINTRA — CARLOS MANUEL — As 21 e 15: «Pistoleiro Profissional» (17 anos)

Outra Banda

ALMADA — INCRIVEL — Às 21 e 15: «Os Sobrinhos de Zorro» (12 anos).

PORTO

SÃO JOÃO — Às 21 e 30: «O submarino amarelo» (12 anos).

COLISEU — Às 21 e 30: «Amor sem barreiras» (17 anos).

RIVOLI — As 21 e 30: «Mundo Mulher» (17 anos)

BATALHA — As 21 e 30: «O compromisso» (17 anos)

TRINDADE — As 21 e 30: «Os Maridos de Elisabeth» (17 anos)

ESTUDIO — As 21 e 30: «Easy Rider» (17 anos).

OLIMPIA — As 21 e 30: «O romance em Acapulco» (12 anos)

AGUIA DE OURO — As 21 e 30: «Operação Aguias Negras» (12 anos)

CARLOS ALBERTO — As 21: «A ilha dos homens selvagens» e «O rebelde aventureiro» (12 anos)

JULIO DINIS—As 21 e 30: «Não sou digno de ti» (12 anos)

CINEMA DO TERÇO—As 21 e 30: «Serafino» (17 anos)

VALE FORMOSO — As 21 e 30: «Nana, Rainha dos Mares» (12 anos)

COIMBRA

GIL VICENTE — Às 21 e 30: «Viva Max!» (12 anos).

AVENIDA — Às 21 e 30: «A minha noite em casa de Maud» (17 anos)

TIVOLI — Às 21 e 30: «Emaranhada para uma treinaga» (12 anos)

VIÇO ● FARMACIAS DE SERVIÇO ● FARMACIAS DE SERVIÇO ● FARMACIA

LISBOA

AJUDA —Lopes Ribeiro, Rua do Cruzeiro, 117 (T. 633288) * Boa Hora, Rua dos Quartéis, 25-27 (Telef. 637777)

ALVALADE — Alvalade, Av. da Igreja, 8-A (Tel. 712070) * Gasparinho, Rua Dr. Gama Barros, 54-A (T. 710465) * Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A (712803) * Paris, R. Reinaldo Ferreira, 5-A-B (ao Pote d'Agua (710131).

ALCANTARA — Lisbonense, Rua Leão de Oliveira, 2-B (Telef. 637020)

ANJOS — Colonial, Rua Forno do Tijolo, 40 (Telef. 841122) * São José, R. dos Anjos, 4 (Telef. 50730)

ALTO DO PINA — Nobel, R. Actor Vale, 53 (842152)

AREEIRO — Vera Cruz, P. Afrânio Peixoto, 2-B (T. 724941) * Onilde, Avenida João XXI, 8-A (Tel. 726848)

ARROIOS — Oriental de Lisboa — Rua de Arroios, 215 (Telef. 45079)

CAMPO DE OURIQUE — Porfírio, R. Ferreira Metrass, 59 (663349) * Ivone, Luis R. Silva Carvalho, 232-C (Telef. 650760)

CAMPOLIDE — Central de Campolide, R. General Taborda, 7 (Tel. 680304)

CARNIDE — Leal da Matos, Rua Neves Costa 33-35 (Tel. 780181)

CONDE DE REDONDO — Salutar, R. C. Redondo, 9-A (Telef. 53341)

ESTRELA E LAPA —Polvos & Parente, R. de Santo António à Estrela, 96-98 (Tel. 665196) * S. A. E. Silvas, Filhos, Rua de S. João da Mata, 74 (Telef. 661010)

GRAÇA—Asnall, R. das Escolas Gerais 83-A (Tel. 863940)

LUMIAR —Alameda, A. das Linhas de Torres 20-B (790942) * S. Tomé, Est. do Desvio, lote 2-C (Tel. 790704)

MARVILA —Marvila, R. Direita de Marvila, 25 (T. 381612)

AVENIDAS NOVAS—Miranda, C. Pequeno, 36-B-C (770776) * Sagres Av. Luis Bivar 69-7 (47213) * Cordeira, Av. Duque de Avila, 32-C (43495) * Cosmos, Av. João Crisóstomo, 44-C (40592) * Universal, Rua Actor Taborda, 5-7 (Tel. 44158)

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO — Zita, Praça das Casas Novas, Lote 66 (T. 310172).

BAIRRO MADRE DE DEUS —Romano, Rua B-7, à Rua Marquês de Olhão (383800)

BAIXA — Centro Farmacêutico, R. das Portas de St. Antão, 88 (32121) * Unifa, R. da Vitória, 21 Telef. 328793)

BELÉM — Ocidental, R. D. Jeronimo Osório, 3PM, 3 (Telef. 610256)

BENFICA —Benfica, Est. de Benfica, 678-E (702532) * Sousa, Est. Benfica 429-43 (Telef. 780027)

CAMPO GRANDE—Neoterapia Campo Grande 38 (Telef. 774682)

MOURARIA — Faveres, R. da Palma, 94 (863350).

OLIVAIS (Sul) — Higiene — Rua Cidade Vila Cabra (ex-Rua 8, 4) (Lote 43 zona ocente (310026) * São Paulo — Rua 2 Lote 823 (à Estrada de Moscavide (Tel. 310711)

PENHA DE FRANÇA — Zional, R. Morais Soares, 56-C (847708)

PICHELEIRA — Marluz, Calç. da Picheleira, 40-B-C (720703 e 728395)

REGO — Pratas & Mota, Rua da Beneficência, 91 (Telef. 773728)

RESTELO — Tanara — Rua Rodrigo Ranel, 3-A (à encosta do Restelo — próximo dos Moinhos) (Telef. 611814)

S. BENTO —S. Mamede, R. da Esc. Politécnica 82-B (660280) * São Bento, R. dos Poiais de S. Bento, 73 (Tel. 679678)

DE SANTA APOLÓNIA AO BEATO — Nova Luz, R. D. Domingos Jardo, 28-A (843439) * Martins, Lda., R. Fernão de Magalhães, 33 (849448)

MOSCAVIDE — Varela, Av. Moscavide, 44 (Telef. 2518520)

Linha de Cascais

ALGÉS — Branca, Av. Cama. G. Guerra, 29 (Tel. 21208)

CAXIAS — Nova, Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839)

PAÇO DE ARCOS — Gardino de Silva, Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039)

OEIRAS — Central, Rua João Teixeira Simões, 8 (Tel. 2430058)

PAREDE —Brandão, Av. da República 77-C (Tel. 2471054)

ESTORIL — S. João, S. João do Estoril (T. 26186)

MONTE ESTORIL — Lopes, R. Hangar, 3 (Telef. 260008)

CASCAIS — Marginal — Av. Marginal (Tel. 280078) * A. Costa — L. Frederico Rea, 24-C (Tel. 280214).

Linha de Sintra

AMADORA — Dias, Av. Marquês de Pombal lote 9 (T. 934589) * Campos, R. Elias Garcia, 85 (930072) * Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Tel. 938551)

DAMAIA — Damaia — P. Alexandre Gusmão, 9-A (Tel. 970523)

QUELUZ — André, Av. Elias Garcia, 51 (950043) * Queluz Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841)

CACÉM — Central —R. Elias Garcia 55 (Telefone 2940034)

MEM MARTINS—Quimia Est. Mem Martins, 285 (T. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA — Valentim (Telef. 980458)

VENDA NOVA — Nova, Rua Elias Garcia, 0 (Tel. 983920)

COLARES — Colares, Abreiro (Telefone 2990881)

Outra Banda

ALCOCHETE —Gameiro, L. Antonio dos Santos Jorge, 5 (Telef. 234 00)

ALHOS VEDROS — Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 224250)

ALMADA — Castro Rodrigues, Rua Capitão Leitão, 2-A (Tel. 270076)

BAIXA DA BANHEIRA — Nova Fátima, Estrada Nacional, 22-B (224141)

BARREIRO — Normal, Av. Alfredo da Silva, 48 (Tel. 2278207)

COVA DA PIEDADE — Rainha Santa — Est. das Barrocas, 50-A (Telef. 2760182)

MOITA — Silva Rocha, P. da Republica, 6 (Telef. 239029)

MONTIJO — Higiene — R. José Joaquim Marques, 42 (Tel. 23070).

SESIMBRA — Leão, Av. Salazar (Tel. 22947)

SETUBAL — Lisboa, R. Dr. Paulo Borba (22248) * Seião, Av. Portela (22709).

SEIXAL — Saramenha, R. Parva Coelho, 38 (Tel. 2218560)

PORTO

Alberto Ferreira, R. da Estação 00 (Tel. 5302) * Antunes, R. do Bonjardim 485 (T. 27988) * Campo Alegre, Rua do Campo Alegre, 28 (Telef. 62245) * Fátima, R. Oliveira Monteiro, 475 (Tel. 65406) * Ferreira da Silva, R. Mártires da Liberdade (Tel. 24023) * Marques de Mendonça, R. das Antas 45 (Tel. 47126) * Pereira, R. da Preciosa, 35 (Tel. 68027) * S. Jerónimo, R. de Santos Pousada 622 (Tel. 54826) * S. Lázaro, Av. Rod. de Freitas 29 (Tel. 27048) * Sacrahanda, Largo das Lóios, 36 (Tel. 21701) * Saúde, Av. dos Comb. da Grande Guerra 689 (Tel. 40576) * Sousa Soares, R. de Santa Catarina, 4 (T. 22450) * Vitória, R. de S. R. do Loureiro 56 (Tel. 52225) * Gondarem, Rua de Gondarém 860 — Foz

COIMBRA

Luciano & Matos — Rua da Sofia (tel. 22140 e 22148) * Higiene — Rua Fernandes Tomás (telef. 22634) * Machado — Rua Bernardo de Albuquerque (tel. 23767) * M. Nazaré — Avenida João das Regras (tel. 23028).

Diário de Lisboa
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Administração e Publicidade
Rua Castilho 185-1.º
Telef. 65 45 31-2-3-4
Redacção e Serviços Técnicos
Rua Luz Soriano, 44
Telef. 32 02 71-2-3 e 32 11 54-5
End. Tel. DIBOA Telex 1363
Lisboa — Portugal

Doze mil técnicos de desenho têm sindicato

Chegaram finalmente a bom termo as diligências para a fundação do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, que virá a representar cerca de doze mil desenhadores profissionais das várias especialidades. O secretário de Estado do Trabalho e Previdência dr. Silva Pinto presidirá esta tarde, pelas 19 e 45, no Ministério das Corporações, á cerimónia de homologação do alvará por que passará a reger-se o novo sindicato.

As tentativas para a formação deste sindicato, têm sido mantidas por comissões sucessivas. A actual, que conseguiu levar a bom termo os esforços dos desenhadores para a formação de um organismo de defesa dos interesses da classe é formada pelos senhores Domingos Alves Dias, Vítor Augusto Cancio Tarracha, António Mendes Boavida, Carlos Alberto da Silva Bicha e Virgílio de Matos Dias, de Lisboa; e António Júlio Seixas Soares, Ernesto Fernando de Oliveira, António dos Santos Pereira, Germinal dos Santos Paiva e Joaquim António Rodrigues Cardoso do Porto.

O novo sindicato, de âmbito nacional englobará todos os desenhadores profissionais de construção civil, máquinas, electricidade, cerâmica, moldes publicidade, etc.

Dado o incremento industrial verificado nos últimos tempos, pensa a comissão organizadora que a prospecção feita há anos com base nos números fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística está muito ultrapassada, tudo levando a crer que o Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho abrangerá dez a doze mil profissionais.

Terminam hoje, finalmente as diligências de uma numerosa classe que vê assim satisfeita a legítima aspiração de possuir um organismo sindical próprio, capaz de defender os aspectos morais, materiais e profissionais dos desenhadores.

o tempo

INFORMAÇÃO DO SERVIÇO METEOROLÓGICO NACIONAL

SITUAÇÃO GERAL ÀS 9 HORAS DE HOJE — Em Portugal continental, o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS OBSERVADAS NA REDE NACIONAL DO CONTINENTE ATÉ ÀS 9 HORAS DE HOJE — Máxima: Avelade, 34°,1; mínima: Montalegre, 9°,8.

TEMPERATURAS DO AR ÀS 9 HORAS DE HOJE — Coimbra 24°; Faro, 26°; Funchal, 23°; Lisboa, 25°; Penhas Douradas, 18°; Portalegre, 24°; Porto, 22°.

TEMPERATURAS OBSERVADAS NA COSTA DO SOL ÀS 9 HORAS DE HOJE — Na atmosfera: 23°,5; na água do mar: 15°.

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 HORAS DE AMANHÃ:

Céu limpo ou pouco nublado e vento fraco.

Amanhã:
Nascer ás 7 e 33
Ocaso ás 19 e 18

Dia 8 Dia 14 Dia 22 Dia 30

MARÉS:
PREIA-MAR: **Hoje** — 4 e 56 (4,0 m); 17 e 08 (4,0 m). **Dia 3** — 5 e 23 (4,0 m); 17 e 34 (3,0 m). **Dia 4** — 5 e 49 (3,9 m); 18 e 08 (3,8 m).
BAIXA-MAR: **Hoje** — 10 e 38 (1,0 m); 22 e 56 (1,0 m). **Dia 3** — 11 e 10 (1,0 m); 23 e 29 (1,0 m). **Dia 4** — 11 e 46 (1,1 m).

COMERCIALIZAÇÃO DA FRUTA

(Continuação da 1.ª página)

tulada «*Para uma política de distribuição*», o dr. Xavier Pintado focou os seguintes temas: «*Explicar a sua política: um dever do governante*»; «*A crescente tomada de consciência da importância dos problemas de distribuição; Tendências de evolução e pluralismo de estruturas de distribuição* (aqui, perante a interrogação que se põe se é o Governo, a Secretaria de Estado do Comércio a favor dos supermercados e cadeias de retalho em detrimento das pequenas unidades de retalho de tipo familiar e das cooperativas, aquele membro do Governo afirmou que a linha de orientação correcta será a de remover todos os obstáculos legais ou administrativos ás cadeias de auto-serviço, favorecer a associação de pequenos retalhistas independentes e amparar o movimento cooperativo «pelas virtudes cívicas e educativas que em si contêm e as potencialidades que encerra de defesa do consumidor(e do produtor no caso das cooperativas de produção)».

Ao tratar o tema «*O equipamento da distribuição*», o orador anunciou estar em projecto um programa de investimentos que excede o milhão de contos para acudir a carências e incrementar o desenvolvimento da produção.

Amanhã, efectua-se a sessão de encerramento do Colóquio, presidida pelo secretário de Estado da Indústria, que apresentará, também, uma comunicação.

INCÊNDIO NUMA MATA

BELMONTE, 2 — Durante algumas horas lavrou violento incêndio numa mata pertencente á Quinta da Caneca, nos limites deste concelho e dos da Covilhã e do Fundão. O sinistro, que provocou prejuízos avultados, foi atacado e extinto pelas corporações de bombeiros de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor auxiliados por muito povo.

UM FRASCO DE SANGUE

CANTANHEDE, 2 — O último frasco de sangue para transfusões existente no Hospital da Misericórdia desta vila foi aplicado a um ciclomotorista em estado de coma. Só assim o serrador Libério da Silva Gabriel, do lugar de Balsas, freguesia de Febres, pôde chegar vivo aos Hospitais da Universidade de Coimbra, depois de um embate na estrada Cantanhede - Aveiro com outra motorizada transportando dois homens.

Para Vítor António Santos Crecho, empregado comercial, e António Óscar dos Santos Nora, alfaiate, o desastre não teve consequências muito graves. Mas Libério Gabriel teria morrido sem a transfusão. E tudo o que havia era um frasco... Explicação fornecida pela Mesa da Misericórdia local: pedidos insistentes de sangue não são satisfeitos, apesar dos muitos empenhos da sua direcção.

FOI SUSPENSO PELA P. S. P. O GUARDA QUE ORIGINOU A CENA DE TIROS NO BAIRRO ALTO

Um carro vermelho estacionava á porta de um bar nocturno do Bairro Alto, á Travessa da Água da Flor.

Vem (á paisana) um guarda da P. S. P. (Ernesto Gonçalves) e diz á condutora que o carro está mal arrumado.

A condutora (Alice, 25 anos, loira, frequentadora daquela zona) desconhecendo a identidade do guarda, diz-lhe, no entanto, que se encontra equivocado. Ernesto Gonçalves (que, minutos depois, taparia o rosto perante a objectiva dos fotógrafos) abre a porta do automóvel e pretende sentar-se junto de Alice.

A jovem reage, afasta o guarda e arranca. Ernesto Gonçalves, furioso, tira apontamento da matrícula do automóvel: DC-42-96.

Alice dá volta ao quarteirão e alcança o guarda da P. S. P., perguntando-lhe, ainda, sem saber de quem se tratava, ao que depuseram testemunhas oculares:

— *Porque está a tirar a matrícula do carro?*

Ernesto Gonçalves puxa da pistola e aponta-lha.

É nesta altura que intervêm várias pessoas em defesa de Alice — e um tiro vai atingir o marinheiro Casimiro Duarte. Este, gravemente ferido, foi internado no Hospital da Marinha.

A multidão censurava o procedimento do guarda da P. S. P. e avança sobre ele. Mais tiros, estes para o chão: lascas de pedra vão ferir seis indivíduos, três dos quais tiveram de ser socorridos no Hospital de S. José.

Furiosos, os populares perseguem Ernesto Gonçalves até ao Largo Trindade Coelho e esfaqueiam-lhe as nádegas, o que motivou o seu internamento naquele estabelecimento hospitalar. O táxi utilizado no transporte do guarda ferido chegou a ser assaltado pela multidão, ficando bastante danificado.

Até seguir para o hospital, a multidão não sabia que o Ernesto Gonçalves era da Polícia. Pensa-se que ele só se tenha identificado tardiamente aos marinheiros intervenientes, se é que o chegou a fazer em termos claros...

Os populares só dispersaram no Largo Trindade Coelho, depois da intervenção de uma força policial.

Entre os atingidos neste largo, contavam-se Luís Valdemar Martins da Cunha, de 26 anos, motorista, residente no sítio da Costa, Santo Tirso; António Ribeiro Videira, de 22 anos, soldado evacuado de Moçambique; António Macário Ferreira Aires, de 23 anos, fotogravador, residente na Rua do Diário de Notícias, 25 r/c.; Alberto Sousa Fernandes, soldado evacuado do Ultramar; Francisco Tiago Cruz Beja e um outro indivíduo de apelido Almeida. Os três primeiros receberam tratamento no Hospital de S. José.

Suspenso o guarda que disparou

Esta manhã, e depois de averiguações, o comando-geral da P.S.P. resolveu suspender o guarda Ernesto Gonçalves.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TÉCNICA E URBANIZAÇÃO TURÍSTICA

O Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, em colaboração com a O. C. D. E., organiza um Seminário sobre Técnica e Urbanização Turística, de 6 a 10 de Outubro, no Palácio Foz.

O programa é o seguinte: *Terça-feira*, dia 6, ás 10 e 16 h.: equipamentos e máquinas, na hotelaria: *a)* departamentos gerais; *b)* cozinha, *c)* lavandaria. Joseph Quartier — Director Técnico de uma cadeia suíça de hotéis e Professor do Instituto Superior de Glion; *Quarta-feira*, dia 7, ás 10 h.: planos contabilísticos hoteleiros: *a)* introdução, *b)* o plano suíço: suas vantagens e desvantagens, *c)* o plano americano: suas vantagens e desvantagens. William Quenon — Técnico de Hotelaria da companhia suíça «Migros»; *Quarta-feira*, ás 16 h.: a urbanização regional e o turismo, André Hardy — Arquitecto Urbanista de Turismo e Professor da Escola de Belas-Artes e Arquitectura de Marselha, responsável por vários projectos turísticos na zona de Nice; *Quinta-feira*, dia 8, ás 10 e 16 h.: a sociologia do Turismo: José Luís Seara — do Instituto de Opinião Pública de Espanha, e Professor de Sociologia da Universidade de Madrid; *sexta-feira*, dia 9, ás 10 e 16 h.: o desenvolvimento das zonas turísticas: *a)* infra-estruturas, *b)* o elemento humano autóctone: lugar que deve ocupar, *c)* a iniciativa privada, *d)* papel do estado. Georges Candilis — Arquitecto responsável pelo plano turístico do Languedoc — Roussilon (França); *sábado*, dia 10, ás 10 h.: integração da arquitectura numa região turística, M. Guidicelli — principal Arquitecto do conjunto Turístico de Languedoc — Roussillon (França).

Este Seminário destina-se aos Empresários do sector turístico e hoteleiro, e especialmente aos arquitectos e técnicos destas actividades.

A entrada é livre, e todas as informações serão prestadas pelos telefones 562261/2/3, ou na sede do Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, Rua Duque de Palmela, n.º 2-2.º, esq. — Lisboa-2.

1 Kg.
EM
BARRAS
DE
OURO
1.º prémio do concurso
VIGORMALTE
+ 9 VALIOSOS PRÉMIOS
entregue as senhas até
10 de Outubro
Sorteio em 30 de Outubro

estação de serviço de auto-rádios
GRUNDIG
Põe à sua disposição um serviço técnico especializado onde pode efectuar a montagem gratuita, com garantia, do seu auto-rádio GRUNDIG, com a maior eficiência e rapidez
R. Victor Hugo, 4-C · Lisboa
Telef. 712210
ESTAÇÃO DE SERVIÇO GRUNDIG AUTO RÁDIOS R. VITOR HUGO 4C TEL. 712210
PARA O SEU AUTO-RÁDIO GRUNDIG PESSOAL ESPECIALIZADO GRUNDIG

A IGREJA EM TEMPO DE CONTESTAÇÃO

Regresso às fontes —a reforma necessária

ENTREVISTA COM O PADRE CONGAR

Joseph-Marie Yves Congar, de 66 anos, é «mestre de Teologia» da Ordem dos Dominicanos em Estrasburgo. Foi um dos grandes arautos das reformas que o Concílio Vaticano II veio pôr em movimento na Igreja Católica.

Membro da Pontifícia Comissão de Teologia e ex-perito conciliar, foi, há 20 anos, um dos teólogos atingidos pelas medidas de Roma contra o grupo, então «progressista», que animava o pensamento francês.

Por volta dos anos 50 publicava uma obra — até certo ponto ultrapassada, mas com muito, ainda, de actual: «Vraie et Fausse Reforme dans l'Eglise».

Enquanto que a Henri de Lubac a Companhia de Jesus, pressionada por Roma, proibia o ensino, ao padre Congar os superiores dominicanos apenas o transferiram de Paris para Estrasburgo!

Depois vieram os anos 60, com o Concílio. E Congar, de teólogo suspeito, passou a ser um dos expoentes da abertura da teologia católica às realidades do mundo moderno.

Há dias veio ao Porto participar no Colóquio sobre Fé e Contestação. Trazido até Lisboa pelos seus irmãos de hábito — os dominicanos — o cardeal-patriarca fez questão em recebê-lo. Em 1970 é escutado com admiração e as suas palavras são divulgadas pela imprensa diária.

Mesa-Redonda também lá esteve. Apresentou-se, e o padre Congar acedeu, de bom grado, a dar a sua opinião sobre alguns temas que andam no ar.

Afável e simples, começou por reduzir a importancia que tiveram na sua vida as medidas repressivas atrás aludidas. «Dificuldades! É preciso não exagerar, não aumentar: não foram também assim tão grandes! Enfim...»

● P.e Congar! Hoje em dia toda a gente fala do «aggiornamento» na Igreja, segundo a palavra que o Papa João XXIII lançou. Parece-nos que esta palavra-chave pode ser entendida em três sentidos: adaptação, reforma, revolução.

Na sua opinião, qual será o verdadeiro sentido deste «aggiornamento» conciliar, não só na intenção do próprio Concílio como na evolução da Igreja, Povo de Deus?

Padre Congar

— A ideia e o esforço por uma adaptação, por parte da Igreja, são uma intenção e uma atitude nitidamente insuficientes. Mesmo no território de missionação, há muito que se ultrapassou a ideia de adaptação. Quanto á revolução, é algo que não convém á Igreja, não se ajusta á sua natureza, uma vez que a revolução implica a substituição de uma coisa por outra e, na Igreja, o essencial é sempre o mesmo.

É o conceito de reforma o que convém. Mas... reforma pode ter vários níveis. Não é verdade? A Idade Média fez reformas sem conta mas que nada tinham de significativo. Era aquilo a que Lutero chamava «reformas do calçado e do capuz».

Aliás a reforma necessária á Igreja é aquela que está directamente relacionada com o regresso ás fontes (re-sourcement) e que eu sempre defendi.

Com efeito, reforma da Igreja não é revolução, substituição radical das coisas e dos valores. Reforma é a renovação de um princípio profundo. Como dizia na minha conferência (em Lisboa, a 23-9-70) a tradição é, precisamente, a presença de um princípio em todos os momentos da sua história. Mas, em cada momento da sua história, a tradição exige uma aplicação diversificada.

Mutação profunda, brusca e rápida: a do nosso mundo

A mutação do mundo de hoje é de tal maneira profunda, brusca e rápida que o «pôr-se em dia» («aggiornamento» significa, precisa-

(Cont. na pág. 12)

MESA REDONDA

«Guerra» E.U.A.—C.E.E.

As dificuldades do dólar não constituem segredo. Os Estados Unidos têm um «déficit» na balança de pagamentos dos últimos dez anos de 30 biliões de dólares. Tendência que se agrava: o «déficit» foi o ano pasado de 7 biliões, e tudo leva a crer que em 1970 será ainda maior.

Há portanto uma grande massa de dólares em mãos estrangeiras. E o interesse norte-americano, perante isto, é que os outros Estados conservem esses dólares como reservas monetárias, do mesmo modo que o oiro. Só que a reserva monetária deve ter, se não um poder de compra imutável, pelo menos a característica de se depreciar menos do que as outras moedas. E o dólar, de há alguns anos a esta parte, deprecia-se à razão de 6 % por ano. Daí que os possuidores de dólares no estrangeiro estejam a cambiá-los por moedas mais «sãs», como o franco suíço e o marco alemão. Os Estados Unidos reagem, fazendo pressão sobre a Alemanha, a Suíça e o Japão, para que revalorizem as suas moedas. O encarecimento destas obstaria á tendência para a troca do dólar pelo franco suíço, pelo marco, etc. Esta é uma das frentes da luta monetária entre os Estados Unidos e os outros países.

Há cerca de dois anos que os Estados Unidos se esforçam por dominar a sua inflação, até agora sem êxito.

As tentativas anti-inflacionistas feitas são de vários tipos. Por exemplo: restrições de crédito, com a subida da taxa de juro que chegou a 10 % ao ano. As sociedades todavia nem por isso deixaram de contrair empréstimos. Dado o imposto sobre os lucros, os empréstimos a 10 % ainda são negócio.

Com muitas despesas improdutivas, há mais rendimentos do que produtos, gerando-se naturalmente

(Cont. na pág. 10)

O abandono da terra

A emigração dos trabalhadores agrícolas portugueses para os grandes centros (do País e estrangeiro) acarreta problemas graves que não podemos esquecer. Em toda a região interior as terras de cultivo vão sendo abandonadas, pois as mulheres, velhos e crianças que restam não podem suprir cabalmente a mão-de-obra que se escoa para outras actividades.

A propósito, ouvimos alguns especialistas de renome e procurámos saber a opinião da gente do povo envolvida no processo (inquérito e reportagem na pág. 5).

ASSIM VAI O MUNDO

Vagões

Dez mil vagões franceses foram vendidos à República Democrática Alemã. Os exportadores franceses ganharam com o negócio 590 milhões de francos. Enquanto o Governo francês fecha algumas linhas considerando-as não rentáveis, o material ferroviário é exportado para países que aproveitam o elevado nível técnico da S. N. C. F. A este respeito a «France Nouvelle» questionava:

«Os contribuintes franceses ajudam a financiar uma indústria moderna que os donos dos capitais utilizam para realizar os seus enormes lucros. O comboio condenado em França encontra nos países socialistas uma segunda juventude. Em França o Governo fecha as linhas porque não são rentáveis. Afinal, são os próprios reformistas que detêm o poder».

A ironia de «France Nouvelle» não atinge pelos vistos os capitalistas franceses. Portugal é um dos países que aproveita a técnica S. N. C .F. O problema de fundo reside aqui:

Os caminhos de ferro são um serviço público ou devem obedecer a critérios de rentabilidade?

Resistência

De um diálogo (de surdos?) entre um jornalista do «Monde Diplomatique» e um «gauchiste».

«— Vocês assimilam a vossa luta contra a sociedade burguesa á Resistência. Isso não é honestamente aceitável. O Governo não fusilou os vossos militantes, nem o capitalismo francês abriu campos de concentracão.

Desde o pricípio do ano, onze crianças foram queimadas vivas em barracas ou «roulottes», algumas perto de bairros «chics» onde dormem milionários. Quantitativamente, não é a mesma coisa do que Auschwitz. Mas de certo ponto de vista é pior. Auschwitz pelo menos despertou as consciências, e a combustão dessas crianças não passou de um «fait-divers». É porque não há «resistência» a este escândalo que nós queremos criar uma.»

Carapuça

O conhecido dramaturgo espanhol Alfonso Sastre publicou recentemente um livro ensaistico-tórico, intitulado «La revolución e la crítica de la cultura». A obra foi objecto de muitos juizos discordantes e no numero do «Triunfo» de 19 de Setembro Sastre respondeu a alguns dos seus criticos e detractores. Transcrevemos um passo do seu artigo: «A indeterminação teórica que se nota em certo «pensamento» que cacareja antidogmatismo parece muitas vezes um produto, precisamente, da decomposição do dogmatismo: tem-se horror ao que se foi — dogmático — e tem-se medo de continuar a parecê-lo... Assim a ambiguidade ocupa o lugar de qualquer determinação inequivoca e, naturalmente, o pensamento científico desaparece. Refiro-me a certa atitude que se sente «liberta» ao produzir-se como decomposição do dogmatismo de que deriva».

Haverá com certeza em Espanha quem enfie a carapuça. E entre nos?

Extensão

Didier Buffin, resumindo a tese de Roger Garaudy sobre a extensão do conceito de classe operária: «É operário — manual ou intelectual, mão-de-obra ou quadro, não-qualificado ou técnico superior — quem quer que não disponha da sua força de trabalho e produza mais-valia».

Esta questão da extensão do conceito de classe operária foi um dos pomos da discórdia Garaudy — P. C. F., e mantém-se como tema de discussão da esquerda francesa e mundial.

Inviável

A proposta norte-americana de boicote dos paises que acolham sequestradores não é viável. «Os Estados Unidos devolverão a Cuba os anticastristas que sequestraram aviões e barcos para se refugiarem em Miami? Os paises ocidentais devolverão aos comunistas aqueles que sequestraram barcos e aviões para fugirem para Oeste?» (Estas perguntas são também da autoria de Haro Tecglen).

Pólvora

Numeros apurados por uma equipa do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Universidade de Sussex, que trabalhou durante cinco semanas na Colômbia:

— Nas cidades (população activa: 3 milhões) procuram trabalho sem o encontrarem, 500 mil pessoas;

— Cerca de 70 por cento dos desempregados têm menos de 34 anos;

— Taxa de crescimento demográfico da Colômbia: 3,3 por cento por ano, prevendo-se que ultrapasse 3.5 no próximo decénio, caso não sejam tomadas medidas.

Por estas e por outras é que se diz que a América Latina é «um barril de pólvora».

ASSIM VAMOS NÓS

Preocupações

Os industriais de panificação andam preocupados. Até à publicação do novo regime cerealífero, decidiram, no respectivo Grémio, a reunião em Assembleia Permanente. Porém, numa das últimas sessões, o delegado do Governo, coronel Armando Lopes, procurou tranquilizar os fabricantes do nosso pão-de-trigo: «não receiem das intenções do Governo, que procura a prosperidade geral», afirmou. «O vosso pessimismo é prematuro. O Governo não deixará de tomar em consideração as aspirações da indústria».

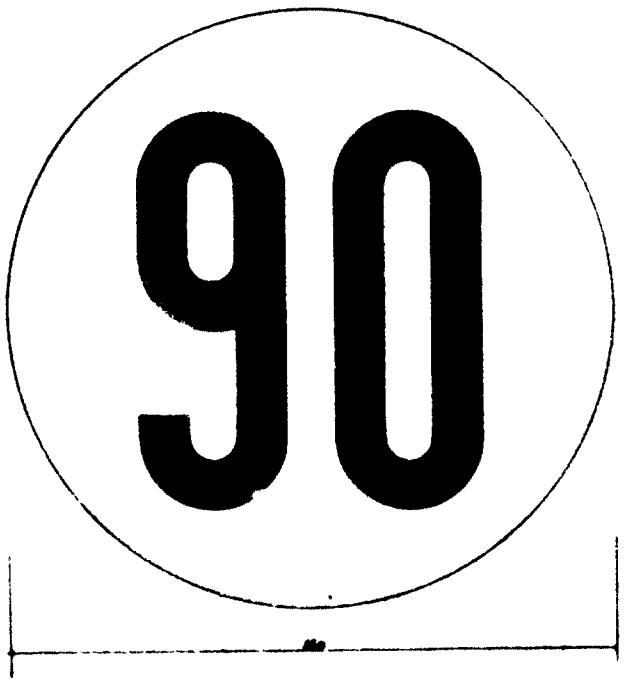
Na reunião, a que compareceu a maioria dos agremiados, frisou-se que o actual preço do pão se mantém em vigor desde 21 de Julho de 1948, tendo a indústria, nos últimos anos, feito grandes investimentos em material. Alguns oradores referiram, também, o facto de a matéria-prima ser vendida a baixo custo e ser tabelado o preço de venda do produto (a questão do peso legal e do peso real não parece ter sido citada). Foi, contudo, abordado o tema do trabalho nocturno, há semanas debatido nestas colunas. Um dos agremiados salientou: «O horário nocturno existente dificulta de tal forma a obtenção de mão-de-obra que só uma retribuição condigna poderá manter o pessoal ao seu serviço».

Afinal, quem lucra com o trabalho nocturno dos padeiros?

Compromissos

Referindo, no discurso que pronunciou no acto de posse do comandante da nova Região Militar de Coimbra, a existência de quartéis e edifícios militares desocupados, o ministro da Defesa Nacional admitiu ter de se estudar o assunto, com vista a evitar encargos e tornar mais funcional o património das Forças Armadas. A propósito, declarou:

«Portugal é, no entanto, aliado na N. A. T. O. com outras nações europeias e americanas, e tem um pacto com a Espanha. De aí a necessidade de dispor também de tropas e de quarteis aptos para preparar e receber o pessoal destinado a honrar os compromissos tomados, e com os equipamentos militares que a guerra moderna exige. E estas mesmas forças deverão velar também pela segurança da retaguarda, quando em caso de emergência se verifique não serem suficientes as forças militarizadas».



Velocidade

Aplausos para as medidas tendentes a impor certas limitações aos crimes na estrada. Entre elas, a obrigatoriedade de os encartados há menos de um ano circularem a uma velocidade máxima de 90 quilómetros. Aqui, porém, uma dúvida se levanta: será esta velocidade considerada de segurança, na esmagadora maioria das nossas estradas? Que respondam os condutores mais experientes, aqueles que conhecem os nossos caminhos por longa experiência ao volante. Por nós, uma opinião definida: poucas são as estradas portuguesas que permitem uma velocidade de 90 km em condições de segurança. Seja quem for o condutor.

Balanço

Citando informações oficiais, o décimo relatório anual da EFTA afirma que o produto nacional bruto de Portugal aumentou, em termos reais, 5 % em 1969, quando no ano anterior tivera um aumento de 6 %. Também a industria manufactureira progrediu a um ritmo ligeiramente mais lento, em 1969. Ali se reconhece que os investimentos publicos que fazem, em larga medida, parte dos projectos do Terceiro Plano de Fomento, aumentaram em cerca de 14 %, enquanto os investimentos privados continuaram a baixar e o crescimento da formação bruta de capital fixo interno foi, de novo, limitado. Outros elementos a assinalar: o valor das exportações de bens e serviços aumentou 7 %; na sequência de novas subidas de salários, do progresso das transferências dos emigrantes e de maiores facilidades de crédito, as despesas dos consumidores foram de novo o elemento mais dinamico da procura; as importações de bens e de serviços aumentaram 5 %; as pressões inflacionistas reforçaram-se. Nas duas maiores cidades, o nivel dos preços de consumo aumentou em cerca de 10 %.

As reservas de divisas estrangeiras da zona do escudo tiveram um aumento de 80 milhões de dólares em 1969; trata-se do aumento anual mais fraco desde 1965.

Comércio externo

Segundo os últimos dados publicados pelo «Boletim mensal» do I. N. E., a balança comercial apresenta nos seis primeiros meses deste ano um elevado déficite, da ordem dos 6,8 milhões de contos, mais do dobro do que em igual periodo do ano passado (3,3 milhões de contos).

As importações da metrópole atingiram nestes seis meses 17,6 milhões de contos, o que representa um crescimento superior a 35% relativamente ao mesmo periodo do ano anterior afastando-se fortemente da tendência manifestada no último ano.

E paralelamente as exportações sofreram uma forte quebra no seu ritmo de expansão.

Esta evolução é muito pouco animadora e a ela não deve ser estranha a maior facilidade de entrada de produtos originários da E. F. T. A., com a redução pautal de Janeiro, os rumores de desvalorização do escudo, o aumento de custos e preços dos sectores exportadores, as dificuldades em que se move o comércio português.

Que pensam os jovens (1970) do «5 de Outubro» (1910)?

Na próxima segunda-feira, passa mais um aniversário do movimento de 5 de Outubro de 1910. A sessenta anos de distância, julgamos ser útil e justificado perguntar: que pensam os nossos jovens de evento tão significativo na História de Portugal? O que lhes resta do entusiasmo romântico dos precursores da República? Que perspectivas possuem sobre a realidade e consequências da nova era prometida pelo «5 de Outubro»? Estas, as razões primeiras do inquérito que a seguir oferecemos aos nossos leitores.

ANTÓNIO MIGUEL SILVA AVELÃS

(estudante)

1 — O 5 de Outubro surge na História de Portugal como uma das mudanças mais espectaculares da nossa vida política: a passagem da monarquia à República. Espectacular, sem dúvida, mas não ilógica, nem sequer totalmente inesperada: a ideologia republicana é já assinalável nas correntes mais esquerdistas de 1820 e vai manter-se como um móbil fortemente actuante ao longo das lutas sociais que «ocuparam» o nosso século XIX, apesar de vezes, pouco sistematizada, uma aspiração para a qual não havia, ainda, ideias e intenções suficientemente adequadas.

A expressão «republicanização da propriedade» usada por Lopes de Mendonça em 1850, traduz, por um lado como a ideia de «República» fazia parte do pensamento dos «progressistas» da geração de 1852; por outro lado, porém, confere a essa ideia conteúdo bastante diferente do que havia em 1910, podendo citar-se como exemplo do vago e confuso desta noção na primeira parte do séc. XIX.

2 — Para além da acção directa de militares e civis, foi importante para esta luta a longa e paciente propaganda, que, ao longo de muitos anos, foi feita dos ideais republicanos na imprensa («O Mundo», «A Luta», o «País», a «Capital», e muitos outros panfletos) e nas «vielas e ruas tortuosas de Alcântara, Madragoa e Alfama, correndo de noite, as tabernas, as agremiações de classe e Recreio»; foi essa propaganda que, minando fortemente toda a opinião, levara o rei a declarar que «a Monarquia caiu, porque, salvas raras excepções, não teve quem a defendesse».

Sem dúvida que também o povo apoiou esta luta, o que permitiu do «Mundo» desse dia afirmar que «não se faz ideia do entusiasmo que corre na cidade. O povo está verdadeiramente louco de satisfação». O próprio rei lhe chama «movimento de militares e civis».

Mas qual era a posição política do povo (enquanto classe) neste movimento? A mesma que fora nas revoluções anteriores, sobretudo nas lutas de Patuleia (1848) isto é uma força ao serviço da pequena burguesia, de que esta se aproveitava para os seus fins políticos.

De que a Revolução Republicana de Outubro é de carácter pequeno-burguês assinala-o bem a afirmação de Miguel Bombarda, um dos chefes do movimento. Afirma o ilustre alienista «que quase tremia pela anarquia... e que advogava a necessidade urgente de se canalizar a cólera popular»; por outras palavras: a necessidade de evitar que o movimento já em marcha (esta afirmação é de 1908) se transformasse numa luta e numa vitória do povo. Atitude e ideologia paralela à das «juntas» de 1836 e 1848, que contiveram «por conveniências políticas» a luta popular.

Precisamente porque a implantação da República em pouco alterou a situação do povo, enquanto classe (e porque mesmo dentro dos «republicanos» se assinalavam diversas tendências políticas) a luta popular, encabeçada pelos socialistas e pelos anárquico-sindicalistas, continuará depois de 1910, mantendo no País um clima de agitação política.

Foi, portanto, um progresso notável, como notáveis deverão ficar os que o possibilitaram. Honra aos Republicanos de 1910, e que a sua obra seja continuada.

JOAQUIM CORREIA

(empregado de escritório)

O 5 de Outubro representa, antes do mais, a

condenação de uma política que o povo não podia suportar por mais tempo. A fraqueza, a irresponsabilidade, o consentimento da imoralidade em todos os sentidos, arrastando o País para o caos, desacreditaram o Governo de tal modo que a supressão do regime monárquico, levada a cabo por um punhado de activistas republicanos, logo mereceu o entusiasmo e inteiro apoio das massas populares.

Daí até uma revolução, uma autêntica revolução vai uma certa distância. Uma revolução não pode contar apenas com uma mudança de Governo, mas pressupõe já, antes da sua efectivação, um conjunto de estruturas, que garantam a concre-

(Cont. na pág. 10)

O ensino infantil nasceu com a República

Há 60 anos, ao toque de finados do regime monárquico, a situação do ensino primário em Portugal era catastrófica: 5423 escolas primárias para todo o continente e ilhas, das quais apenas 4728 em funcionamento. Destas 4728, 1210 encontravam-se instaladas em edifícios próprios e sòmente 1395 se podiam considerar em boas condições higiénicas e pedagógicas. Entre 3918 freguesias existentes no País, 702 não possuíam nenhuma escola. Em relação à população em idade escolar faltavam cerca de 6000 escolas e a média de crianças por professor era de 127,6.

A percentagem de analfabetismo era das mais elevadas da Europa: 75,1 por cento, correspondendo 68,5 por cento ao sexo masculino e 81,7 por cento ao sexo feminino.

É ao dr. António José de Almeida que se deve grande parte do impulso inovador, que no decreto de 29-3-1911 veio dinamizar o ensino em Portugal. Uma grande e importante inovação é a criação do ensino infantil, abrangendo crianças dos 4 aos 7 anos de idade. Por um lado, a existência deste tipo de escolaridade pré-primária permitia esperarem-se infra-estruturas educativas que auxiliassem a mãe trabalhadora e facilitassem a integração da mulher na produção. Por outro, visava-se «promover em todo o País a educação infantil pré-escolar, em complemento da acção da família». Do esquema de programa, criado a 10-5-1919 pelo Decreto n.º 5787-A, faziam parte as seguintes disciplinas:

1.º Cultura dos sentidos, de forma a conseguir-se:

a) Robustecimento físico;
b) Desenvolvimento mental;
c) Iniciação estética.

2.º Educação dos órgãos da fala, aumentando o vocabulário e correcção da dicção;
3.º Ensino inicial da leitura e escrita e aquisição de outras noções rudimentares básicas do ensino primário geral;
4.º Cultura dos sentimentos morais para a formação do carácter.

No entanto, isto não era suficiente. Sem a existência de um corpo docente pedagògicamente apetrechado e actualizado, estas reformas não passariam do papel. Por isso, se considerou a necessidade de legislar as condições a exigir na admissão dos candidatos ao magistério e se estabeleceu a sua frequência obrigatória num curso de três anos (Lei n.º 233, de 7-7-1914) e se criavam, por decreto de 10-5-1919, cursos de aperfeiçoamento para os professores já diplomados, mas segundo uma óptica tradicional deficiente.

Esperemos que, em breve, o vazio que, no nosso sistema educativo, exprime a ausência do ensino infantil seja preenchido com a reoficialização necessária e urgente da escolaridade pré-primária.

H. N.

UMA BOA TROCA SATISFAZ AS DUAS PARTES.

vá já com o seu carro usado ao concessionário

VAUXHALL

Agora que voltou de férias, é natural que queira mudar de carro.
Nós percebemos o seu problema e aceitamos o negócio.
Não lhe oferecemos apenas a qualidade, a segurança, a economia do consumo, o espaço interior e de mala e a elegância de um carro para todas as estações.
De facto oferecemos-lhe muito mais:
O Vauxhall Viva.

PLANO ESPECIAL DE OUTONO

GM MARK OF EXCELLENCE

VAUXHALL the stamp of quality

espiral

Um produto GENERAL MOTORS montado em PORTUGAL com assistência técnica em todo o País

lemos para si

Batalha pela paz

Batalha pela Paz, de Willy Brandt, pode resumir-se (reduzindo-o, naturalmente) a um silogismo: «Toda a política externa tem por objectivo primordial a defesa dos interesses do povo que representa» (premissa maior); «o interesse da Alemanha confunde-se com a paz» (premissa menor); «a nossa vontade de paz e de bom entendimento é a primeira palavra e o fundamento da nossa política externa» (conclusão).

O leitor reparou na expressão «interesse do povo»? É a maneira de Brandt dizer interesses dominantes.

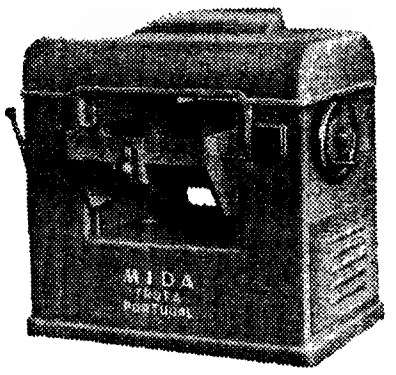
Trata-se de um livro muito *transparente* (até nos «pontos críticos ideológicos» como este que assinalámos). A política de abertura a Leste confessa-se aí ser baseada «nos interesses comuns que temos cada vez mais com os países comunistas» (pg. 46). A prioridade concedida à Europa (pg. 53) percebe-se que é determinada pelos interesses do capitalismo alemão.

Com o Mercado Comum o capitalismo europeu pode atingir uma dimensão que lhe permita rivalizar com o americano. Note-se bem: «Nenhuma das nações industrializadas da Europa está em vias de se deixar absorver pelo capital americano» dizia Ernest Mandel em 1968. Desde então a penetração do capital americano aumentou consideràvelmente, mas não a ponto de desactualizar o juizo de Mandel. A prova está na má vontade dos Estados Unidos para com a C. E. E. Simplesmente a penetração americana pode chegar a um limiar que signifique a dependência económica da Europa relativamente aos Estados Unidos e, mesmo que aí não chegue, as vantagens da penetração são ainda assim consideráveis. Um exemplo: as filiais americanas na área da C. E. E. permitem aos trusts americanos escapar à tarifa aduaneira exterior do Mercado Comum.

Quanto a este problema, também Willy Brandt fala com bastante clareza: «Sempre pensei, e continuo a pensar, que em toda a parte até onde os europeus possam avançar sem os Estados Unidos devem fazê-lo»(...) «Mas existem muitos problemas que a Europa não poderá resolver sem a ajuda e a colaboração dos Estados Unidos. O mais importante de todos é assegurar a paz. No caso terrível dum conflito mundial, a Europa é incapaz de se defender sòzinha e não imagino o tempo em que ela o poderá fazer». (pg. 60). Nesta citação estão implícitas as tendências principais da política representada por Brandt.

Batalha pela Paz é um livro indispensável aos que se interessam pela política europeia actual. A sua edição em língua portuguesa (da *Início*) está enriquecida por um prefácio especialmente escrito por Willy Brandt.

«MIDA»



DESENGROSSADEIRA
Mod 510 - 610 - 810

UMA FÁBRICA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NO FABRICO DE MÁQUINAS PARA AS INDÚSTRIAS DE:

- **SERRAÇÃO**
- **CARPINTARIA**
- **MARCENARIA**

Fábrica: — TROFA Tel. 94923/4/5

FILIAL EM LISBOA:
AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

inquerito

Qual a influência na economia da fuga aos trabalhos agrícolas?

Que tipo de influência (positiva ou negativa) exerce sobre a economia portuguesa, o escoamento dos trabalhadores da agricultura para a indústria e serviços?

Armando Trigo de Abreu

Inventariar os aspectos positivos e negativos da migração de trabalhadores da agricultura para os outros sectores da actividade económica ou da própria migração profissional — menos evidente mas de igual importância — dentre os diversos ramos do sector agrícola não é tarefa difícil porquanto o impacto destas migrações é por todos, em maior ou menor grau, sentido. É, todavia, bastante menos directo classificar esses efeitos em positivos ou negativos, porquanto a qualificação exige a prévia definição de um padrão de referência.

Exemplificando, considera-se o problema do êxodo rural que afectou e afecta toda a faixa interior do País. É sabido, e deixo temas diários testemunhar pelas queixas dos empresários de empresa patronais que não conseguem encontrar mão-de-obra disponível, que a fuga dos campos colocou em graves dificuldades todo um sector de produção — dito tradicional — cuja economia assentava em larga proporção na abundância (e combativo baixo preço possível) dessa mesma mão-de-obra.

Se se considera que o sector agrícola referido constitula em parte uma sobrevivência de modos de produção pré-capitalistas e se se admitir que a extensão do modo de produção capitalista (realizada parcialmente á custa da deslocação dessa mão-de-obra) constitui um fenómeno positivo então a tal fuga dos campos, como étapa requerida para esta extensão teria relativamente a ela um significado positivo.

Por outro lado, se nos colocarmos no estrito ponto de vista de uma dessas regiões agrícolas poderemos pensar que o vazio do êxodo se traduz numa diminuição do excedente económico disponível e que portanto diminuirão as capacidades de auto-investimento regional, o que, dado o carácter cumulativo do processo, poderá conduzir á desertificação de algumas zonas mais fortemente afectadas.

Apresentado assim o significado contraditório deste mesmo fenómeno poderemos talvez avançar no sentido de determinar ainda que muito esquemàticamente, o que é que este processo significa para aqueles mesmos que o constituem e mais geralmente para o tecido social em que se inserem.

A rarefacção da oferta de trabalho no sector agrícola para além de volatilizar o exército de reserva de mão-de-obra provocou imediatamente dois acontecimentos: o primeiro, mais evidente, foi o da subida, nalgumas regiões vertiginosa, dos salários agrícolas; o segundo, cuja percepção é mais difusa, pode resumir-se em poucas palavras: o nível da reivindicação no que diz respeito a condições de trabalho aumentou grandemente tornando possível a extensão a zonas deserdadas de um leque de condições mínimas de trabalho (entre as quais, p. ex., as oito horas de trabalho diário).

No entanto, ainda sob este ângulo permanece uma ambiguidade: constituirá o êxodo uma condição suficiente para uma afirmação duradoura de uma consciência de classe ou a sua persistência, pela erosão humana que ausente, condenará a reivindicação camponesa a cingir-se a uma luta salarial?

A experiência limitada das diferentes regões parece ainda agravar esta ambiguidade. Nas zonas de cultura extensiva do Sul do País, a própria luta salarial foi despoletada pela própria migração e pela estratégia patronal de sobremecanização. Em contrapartida, nas zonas de cultura intensiva ou não mecanizável as próprias saídas capitalistas estão vedadas. O sistema joga aí, em face do êxodo, a sua própria afirmação global. Poderá pensar-se que o desenvolvimento dos centros capitalistas poderá significar nalguns casos a desertificação humana dessas periferias.

Francisco Pereira de Moura

Têm de considerar-se diferentes casos:

a) Escoamento para a indústria e serviços nas zonas predominantemente rurais (incluindo cidades de provncia): os trabalhadores e suas famílias melhoram, ainda que pouco, o seu nível de salários e de consumos, e inserem-se com relativamente pequenos «custos humanos» num processo civilizatório ligado ao urbanismo e ás actividades secundárias ou terciárias, sendo de salientar as possibilidades assim abertas para usufruírem de esquemas de segurança social de ensino, de saúde — quase inexistentes e pouco rendáveis no «habitat» rural disperso. A economia nacional ganha equilíbrio no desenvolvimento regional, evitando-se outros tipos de êxodo e melhorando o grau de utilização de muitas infra-estruturas existentes (caminhos-de-ferro, estradas, orgânica administrativa). O reverso da medalha está na precaridade de muitos desses novos empreendimentos, designadamente a sua pequena dimensão e a falta de integração local ou regional com outros empreendimentos, o que causa instabilidade e insegurança aos trabalhadores e determina desperdício de capitais á escala do País (fábricas que vão á falência ao fim de poucos anos, infra-estruturas que ás vezes se constroem um pouco por toda a parte e sem racionalidade).

b) Escoamento para a indústria e serviços nos grandes aglomerados urbanos (Lisboa e Porto): já é maior o benefício dos trabalhadores em aumento dos salários e, também, a inserção na civilização; a contrapartida está nos «custos humanos» elevados, havendo já casos de corrosão dos laços

(Cont. na pág. 9)

A província abandonada

A Província abandonada. As terras, as aldeias e as vilas. A fuga ás condições difíceis de vida, á falta de horizontes, á desesperança de uma agricultura sem rentabilidade, sem força, sem apoio. A reacção do progresso irreversível ás coordenadas medievalescas em que o nosso mundo rural tem vegetado.

A emigração para o Brasil, para a Venezuela, para as Américas, depois para a França e Alemanha. Mas não só: o movimento constante dentro do rectângulo continental, de oriente para ocidente. Do interior para o litoral. Do campo para as cidades costeiras, mais permeáveis á industrialização. Do «resto» do País para Lisboa, provocando a explosão demográfica que, nas duas ultimas décadas, agudizou de maneira tremenda o problema habitacional no perímetro da maior cidade portuguesa.

As consequências do êxodo são evidentes para quem mantenha um mínimo de contacto com a realidade nacional: regiões sem juventude, sem braços para trabalhar a terra entregue a pessoas idosas, a algumas crianças. E ao baldio, ao império das ervas inuteis, ao abandono. A joeira foi transferida para os regimes industriais do horário certo, do salário certo. De uma crise de excesso, passámos em poucos anos para uma crise de penuria de mão de obra nos campos. De salários de miséria, passou-se para salários sobrevalorizados, sem que as estruturas da casa agrícola fossem alteradas.

Dos graves problemas socio-económicos daqui resultantes falam noutro local, alguns especialistas. Por nosso lado, procurámos ouvir, nas ruas de Lisboa, o povo «da província» que aqui labuta na construção civil «e outros ganchos», nos serviços publicos, na industria, nos mercados, nas casas particulares.

Um pouco desse Portugal emigrante que não perdeu as esperanças, que procurou uma oportunidade de sobrevivência ainda na terra mãe mas em condições de vida muito diferentes, também difíceis, ainda desenraizadas.

À procura de vida melhor

Um ponto de contacto: todas as pessoas que abordámos vieram para Lisboa á procura de um nível de vida mais decente, mais digno. Algumas deixaram terras de cultivo, outras saíram do nada á procura de qualquer coisa.

— *Não regressarei á terra* — disse-nos, por exemplo, o jovem Agostinho Trindade, de 22 anos, natural do concelho de Viseu. Trabalha na construção civil, na zona de Benfica. — *Nada tinha na aldeia. Aqui sempre ganho melhor e tenho oportunidades que lá me eram recusadas.*

Um caso típico é o de Manuel Martins, de 14 anos, que trabalha, já, como servente na mesma obra. Nasceu na Pontinha, mas os pais, que são de Vila Real, já regressaram á terra. Ele ficou.

— *Meus pais voltaram para o trabalho do campo. Eu prefiro manter-me aqui. Não acha que é melhor?*

O sr. Aníbal Ramos Gonçalves, que contactámos pouco depois, concorda.

— *Um pouco melhor. Ganha-se mais, abrem-se perspectivas. Trabalho no Hospital de Santa Maria, como ajudante de carpinteiro. E tenho mais uns «ganchos». Na terra (Miranda do Douro), pouco tinha de meu. Para lá está tudo abandonado. As pessoas fugiram, e fazem falta. Mas é a vida. Não podemos parar.*

Por causa do abono...

José da Silva Quintas, natural de Ponte de Lima. Rosto de expressão triste, marcado pela dureza do trabalho, pelos pontapés da existência. Trabalha para uma empresa de construção, em obras publicas. Há 13 anos.

— *Na terra já trabalhava em fábricas. Sempre trabalhei. Mas, aqui, há uma diferença: tenho direito ao abono de família. Por isso cá estou. Tenho a família na terra. Voltarei para lá, quando puder.*

Agradecíamos e já nos retirávamos quando, atrás de nós, ouvimos a voz do capataz interpelando o sr. Silva Quintas: «*Ouve lá, ó 15, afinal o que estás tu a fazer?*» Vimos um rosto semelhante: triste, cansado, marcado pelo trabalho. Outro emigrante que, ganhando um pouco melhor, sonhará com a compra de terrenos agora abandonados na aldeia natal.

Pedreiro e pintor, radicado em Lisboa, casado e pai. Veio há 18 anos de Penamacor, na Beira Baixa. Chama-se António José.

— *A' terra já não volto* — disse-nos também. — *Aqui formei família, aqui governei a minha vida. Sai, como tantos outros, e sei que fazemos falta na terra natal. Mas não se pode parar, não é? E era a isso que estávamos condenados.*

«Dá-me pena...»

Neste relato de casos semelhantes, ouçamos o desabafo de Bento Silva Cardoso, natural de Pampilhosa da Serra:

— *Saí da terra há 17 anos, e olhe que já lá não vou muitas vezes: dá-me pena ver aquelas fazen-*

(Cont. na pág. 9)

M. MARTINS
«Aqui é melhor»

A. TRINDADE
«Não regressarei»

J. QUINTAS
«Por causa do abono»

ANÍBAL RAMOS
«Com uns ganchos por fora...»

polémica

A C. P. RETOMA O DEBATE SOBRE A LINHA DO VALE DO VOUGA

Nova orientação para a po

Ainda acerca da linha do Vale do Vouga recebemos da Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, assinada pelo sr. brig. Almeida Fernandes, a carta que a seguir publicamos, acompanhada da resposta do nosso prezado colaborador, dr. Jaime Gralheiro.

Teve V., a amabilidade de publicar em 17 de Julho pretérito, no suplemento «Mesa-Redonda», uma nossa carta, a propósito da linha férrea do Vale do Vouga — acompanhada duma resposta do dr. Jaime Gralheiro, autor dos artigos visados, o qual, como a si próprio se define, é «um curioso — cheio de boa-vontade, nas horas que rouba ao seu apertado dia a dia...».

Por isso lhe devemos este esclarecimento, como aliás aos leitores interessados do grande jornal que V. tão distintamente dirige — embora um pouco tardiamente por motivo da época de férias em curso.

No nosso comentário limitámo-nos a abordar um reduzido numero de pontos essenciais que nos parecem insuficientemente tratados naqueles artigos. No entanto a resposta do articulista revela subsistirem, ainda, algumas duvidas a problemas que desejaríamos, agora, procurar esclarecer. Esta a causa do novo comentário, que talvez se considere longo, mas cuja extensão corresponde, a nosso ver, tanto á importancia do tema, como á carência de informação que sobre ele parece verificar-se.

No que respeita á sua vocação actual, pode afirmar-se que os caminhos-de-ferro se justificam, no presente, nas circunstancias seguintes:

a) Quanto a passageiros:

— Na movimentação de tráfegos diários de tipo suburbano, com predomínio da relação casa-emprego, onde o comboio desempenha um papel de serviço publico não só insubstituível, como cada vez mais necessário;

— Na movimentação rápida de tráfegos pesados entre cidades, como rede básica de mobilidade interurbana, em particular no que respeita ás camadas populacionais não motorizadas;

— Na movimentação de tráfegos continentais a longa distancia, no espaço europeu, em apoio a fluxos concentrados de pessoas, como sejam os turistas e os emigrantes.

b) Quanto a mercadorias:

— No encaminhamento de grandes massas a médias e longas distancias e a elevadas velocidades, de preferência em regime de vagão completo e de comboios-bloco directos, com custos totais mais favoráveis do que o transporte rodoviário.

Quantos quilómetros de linha aceitariam uma eficaz renovação de material?

«Opções fundamentais» (1)

É nesta base que se procura proceder ao desenvolvimento do caminho-de-ferro nacional, dentro das grandes linhas de orientação do III Plano de Fomento, o que significa:

a) A concentração dos investimentos na «rede básica», constituída pelas linhas acerca das quais não se levantam duvidas sobre a eficácia e economia do caminho-de-ferro;

b) A consideração de uma «rede complementar», constituída por uma série de linhas que deverão permanecer como coadjuvantes da exploração eficaz da rede básica e sobre a qual terão de incidir os ulteriores esforços de modernização;

c) A gradual supressão da «rede secundária», constituída pelas restantes linhas onde se mostra cada vez mais inviável a sua exploração económica, em função das despesas necessárias á sua manutenção — havendo, no entanto, que assegurar, por forma adequada, os interesses locais; ou exploração económica dessas linhas em regime de serviço publico normalizado, para aqueles casos cuja manutenção se imponha em razão do interesse geral.

A este respeito, há que fazer opções fundamentais. Entre manter uma rede mais extensa e largamente inoperante e uma rede mais reduzida mas eficiente, que prestigie o País e favoreça o desenvolvimento, não parece haver hesitação possível — desde, evidentemente, que se assegurem transportes de substituição, o que poderá ser feito em melhores condições.

Nem adiantaria pretender lutar contra as realidades, pois na impossibilidade manifestá de acudir a todas as linhas, algumas destas acabariam por encerrar automáticamente, por falta de condições minimas de segurança e comodidade na sua exploração.

Definida, assim, a posição da C. P. no contexto das linhas de reduzido tráfego, vamos procurar seguir tanto quanto possível, ponto a ponto, o texto da resposta do dr. Gralheiro:

1. Desde sempre compreendemos que o autor se referia a toneladas movimentadas diáriamente em todo o percurso da linha. E é justamente nessa base que julgamos infundado o limite de 70 toneladas que se apontou como «mínimo considerado rentável pelos técnicos», indicando, pela nossa parte, o nível mínimo de 500 toneladas como mais consentaneo com as condições da linha em causa.

Tal índice, porém, nada tem a ver com o sugerido por M. Fioc, em «Les études économiques á la S. N. C. F.», pág. 12, ou seja na publicação que o articulista refere, ao contrapor o limite de 600 toneladas. Trata-se, neste caso, de *toneladas-quilómetros brutas rebocadas, por quilómetro de linha e por dia*, índice este de natureza bem diversa da do primeiro, e não directamente relacionável com ele.

Se se pretender, de facto, refenenciar a situação da linha do Vale do Vouga pelo «critério Fioc» — de valor, note-se, simplesmente indicativo — considere-se então que o troço mais denso daquela linha apresenta cerca de 180 TKBR/ /km/dia, largamente abaixo, portanto, do limiar de rentabilidade (600) sugerido pelo ilustre técnico francês. Ter-se-á assim, imediatamente, por uma via ou por outra, a medida da situação actual e do valor da duvida que se põe, sobre se, num futuro previsível, ali se atingirá um volume de tráfego que justifique a existência de uma exploração ferroviária, de qualidade razoável, mesmo em moldes simplificados

E não se creia que estamos a discernir em termos puramente empresariais, pois o que aqui se entende por rentabilidade não implica, nem de longe, a ideia de lucro ou sequer de equilíbrio financeiro Implica, sim, um critério de *custo* para a colectividade (custos totais ou sociais), obrigando a reconhecer-se que abaixo de determinado escalão é mais económico para a colectividade recorrer a outros modos de transporte melhor adaptáveis a essa situação particular. Rentabilidade relativa, portanto, de modos alternativos de transporte.

Assim, confirma-se que, para o caso vertente não houve qualquer subtileza da nossa parte, mas antes e simplesmente, singeleza de critério do dr. Gralheiro no manejo dos numeros estatísticos que recolheu. Aliás a insistência com que volta a referir «toneladas por quilómetro bruto rebocado» (sic), prova-o, á evidência.

«Consequências sociais e políticas»

2. Espanta-se também o vosso colaborador, por não estar ainda feito o estudo da rentabilidade económica — que não meramente financeira — da linha do Vale do Vouga, de modo a permitir decisão sobre o seu encerramento ou reapetrechamento, atribuindo o facto ao que classifica de «apriorismo confrangedor», por parte da C. P.

Simplesmente, a complexidade de tal estudo que engloba perspectivas de valorização da região, ainda por definir; técnicas de análise de aplicação recente e elementos de informação económica que ainda não existem, ultrapassa, compreensivelmente, a capacidade da empresa concessionária, não bastando que a C. P. saiba — e sabe, pode bem crer-se — quais as linhas e serviços que proporcionam exploração mais vantajosa. E não basta porque, sendo insuficiente, como referimos, a estreita óptica empresarial, haveria que ponderar as *consequências sociais e políticas da decisão* que eventualmente fosse tomada. Além de que, havendo que considerar as soluções alternativas á ferrovia, depara-se-nos uma dificuldade que neste momento nem o próprio Estado se encontra em condições de superar: é necessário conhecer os custos sociais do transporte rodoviário, problema este que em muitos países não está ainda resolvido.

De referir será também que a capacidade de estudo da Companhia é óbviamente limitada. No caso em causa houve que fixar prioridades e dada a importancia das linhas do Vale do Vouga, Dão e ramal de Sernada houve por bem deixar a sua análise para uma fase final em que a experiência adquirida permitisse vencer a complexidade do estudo.

Todos estes trabalhos vão sendo transmitidos ás instancias governamentais para ulterior decisão.

Noutra passagem da sua resposta, refere o dr. Gralheiro que a C. P. se reserva á simples recolha dos «lucros da exploração»... Mas, quais lucros? Não é sabido de toda a gente que a exploração da rede ferroviária nacional é deficitária e que este «deficit» tem na base motivos de interesse social? A este propósito julgamos util transcrever do nosso Relatório de Exercício de 1969, amplamente difundido, o capitulo da *gestão de serviço publico* (págs. 17 e 18).

«Por imperativos contratuais e legais, a que não são alheias distorsões entretanto cristalizadas na organização socio-económica que solicita o caminho-de-ferro este satisfez, em condições anormais que representam um claro sacrificio empresarial, determinadas prestações qualificadas de interesse geral. Não se pretende discutir, aqui e agora, a utilidade colectiva de tais restrições a uma gestão comercial: o balanço deverá ser feito oportunamente, e caso por caso, de forma a ponderar se certas modalidades de protecção pela via de transporte, correspondem efectivamente a soluções de eficácia social de idêntico significado.

«Mas o que está, principalmente, em causa é um outro aspecto mais restrito, embora não despiciendo, do problema: as injunções legitimadas em motivos estranhos ao justo e normal interesse da administração ferroviária devem ser financeiramente compensadas, sob pena de se tornar impossível pedir responsabilidades empresariais ou atitudes e comportamentos concorrenciais, á exploração dos caminhos-de-ferro. A isso se reduz a operação clássica de normalização de contas ferroviárias pretensão repetidamente formulada, e que, no fundo, exprime apenas uma clarificação contabilistica fundada no justo equilíbrio contratual e na lógica exigente da economia do mercado. Sem a igualdade e ainda que necessáriamente tendencial, das condições de concorrência não é razoável, nem económicamente vantajoso abrir a porta a situações de concorrência descontrolada, susceptível de acarretar inconvenientes duplicações de investimentos, subutilizados nas suas possibilidades económicas e sociais. Em transportes, onde os investimentos pesados e descontinuos são a regra, acautelar o pleno emprego dos recursos existentes parece ser elementar.

«A lógica dos sistemas e a consequente coerência das decisões rende bons dividendos, nos quais as empresas esclarecidas serão, certamente, as primeiras interessadas.

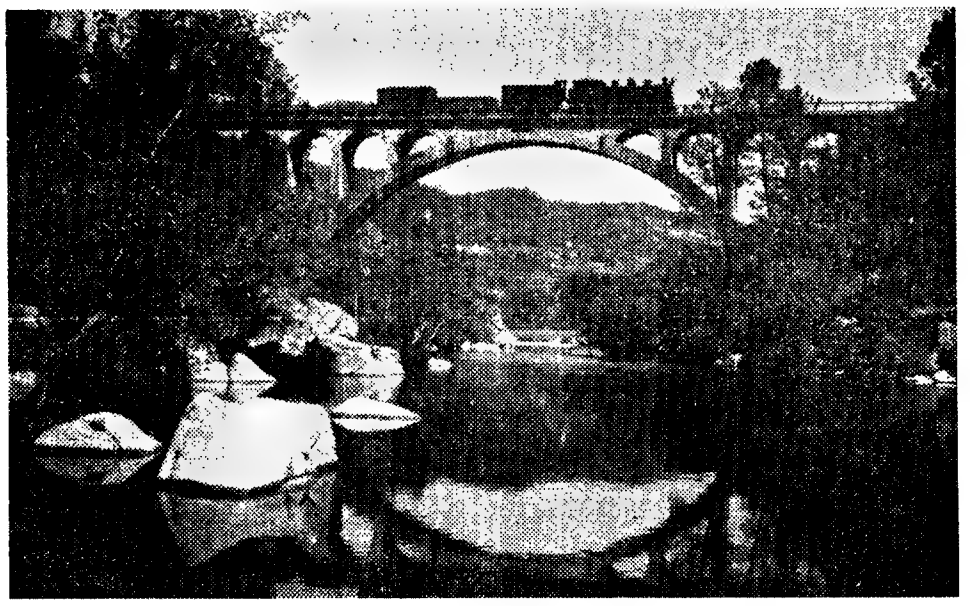
«Tudo isto vem a propósito do custo para a Empresa das missões de serviço publico que lhe foram cometidas. Em primeira aproximação, bastante incompleta, os valores apurados são os seguintes:

— Normalização das receitas ...	217 800
— Normalização das despesas ..	307 684
	525 484

«Como o «deficit» de exploração foi, para o exer-

«O distrito de Viseu não pode ser abandonado no capitulo dos transportes»

política ferroviária



Curiosidade de museu ou serviço publico de real interesse?

cício, de 654 755 contos, daqui decorre que o «deficit» real — ou, mais rigorosamente, parcialmente real, visto não se ter feito a cobertura exaustiva das rubricas susceptíveis de neutralização — reduz-se a 129 271 contos.

«Os numeros, na sua singeleza, falam por si Por detrás da exploração ferroviária existem realidades que é indispensável ponderar atentamente, quer para reformular orientações, quer para sanear situações que, com o transcurso do tempo e as mutações que lhe estão ligadas, se revelam insustentáveis».

«A lógica de uma empresa pública»

Quem acompanhe, de perto, os problemas ferroviários nacionais não ignora que a unica fonte viável de meios para investimentos de modernização, e até de substituição, no caminho-de-ferro, tem sido, em larga medida, o recurso a empréstimos no mercado financeiro, em condições de juro a prazo inadequados a tal finalidade — o que limita, desde logo, as possibilidades da indispensável e desejável renovação ferroviária.

Como não ignorará, igualmente, que a gestão da Concessionária, documentada e repetida em diversas decisões e por diferentes formas, não pode obedecer a uma estrita lógica capitalista de maximização de lucros, mas antes á lógica de uma empresa publica, com a preocupação máxima de produção do socialmente util, dentro das regras de salutar equilíbrio financeiro.

3. A C. P. está precisamente a encarar de frente e á escala nacional o problema referido pelo dr. Gralheiro, como aliás tem sido largamente divulgado pela Imprensa. Nestas condições julgávamos que todos nos fariam a justiça de não supor que ao apresentarmos no nosso comentário anterior um certo numero de interrogações o fizessemos para obter respostas que suprissem a nossa ignorancia...

Na verdade, ao apresentarmos essas questões, quisemos apenas mostrar ao articulista que o problema de modo algum se satisfaz com a elementar indicação de soluções técnicas, nomeadamente quando tais resoluções correspondem, como no pensamento do autor, a uma duplicação de infra-estruturas pesadas (estradas e caminho-de-ferro).

Posto isto, não nos eximiremos a responder ás perguntas que o dr. Gralheiro directamente nos propõe:

a) A C. P. conhece, por estudos próprios que se fossem aplicadas as soluções sugeridas no artigo em causa, na maior parte das suas linhas de reduzido tráfego — Vale do Vouga incluído — os encargos financeiros dos empréstimos que teria de contrair para o efeito, excederiam em muito os benefícios previsíveis;

b) A C. P. não terá duvida em tornar publico, linha por linha, os seus estudos de rentabilidade, quando tal lhe for autorizado pela entidade de tutela;

c) A C. P. conhece desde há muito os seus limiares de rentabilidade para os diferentes tipos de tracção. Por os conhecer é que se lançou, abertamente, na tracção diesel de grande linha, em 1948, numa época em que na Europa tal operação ainda era encarada sob fortes reservas; por os conhecer é que iniciou, já há 15 anos, a electrificação dos seus itinetários de maior tráfego com o sistema mais moderno (25 000 volts, monofásico, 50 Hertz), e está presentemente a estendê-la aos troços Lamarosa-Tomar, Alfarelos-Figueira da Foz e S. Romão-Braga.

Estamos perfeitamente ao corrente do que vem sendo elaborado em França e noutros países, sobre a matéria; sabemos, também, por contrapartida, o que nesses países não está feito — e nisso disfrutamos de evidente vantagem sobre qualquer saber-de-leitura-feito, por melhor intencionado que seja.

«Perspectivas de desenvolvimento regional»

4. Um pouco mais adiante, volta o dr. Gralheiro a referir-se, e por diversas vezes, ao «lucro da empresa», que sabe certamente não existir. E só num dado passo fala em «rentabilidade social» — mas, porque a não põe em termos relativos ou comparados, restringe em demasia o âmbito da questão.

É que, não é sómente a rentabilidade social do caminho-de-ferro que interessa; também haverá que estimar a da rodovia, e, *na medida em que constituam soluções alternativas,* comparar as duas. Porém, para se saber se o caminho de ferro e a estrada são ou não alternativas equivalentes sob o ponto de vista do serviço a prestar, importa conhecer quais as perspectivas de desenvolvimento regional e quais as medidas previstas para a sua concretização. Só em face de tais elementos se poderá determinar a natureza e o volume prováveis dos tráfegos susceptíveis de se desenvolverem na região em causa — e só assim se saberia se a ferrovia é ou não indispensável.

Nada autoriza a afirmação do dr. Gralheiro, demasiado simplificada, de que se uma dada região é subdesenvolvida com uma linha férrea, mais se torna sem nenhuma. Portugal tem, em proporção, mais caminhos-de-ferro que outros países notóriamente mais desenvolvidos. O problema põe-se mas é em termos de adequação global; queremos dizer, que cada região deverá ter o sistema de transportes adequado á dimensão e á natureza da sua actividade económica. E não custa reconhecer que o transporte ferroviário não se adapta bem a certos tráfegos e sobretudo á deslocação de pequenas massas, caso em que os seus custos unitários es elevam de forma superior á da rodovia.

«A manutenção das linhas deficitárias»

Supomos ter demonstrado que o processo de supressão de linhas de reduzido tráfego para ser completo e conduzir a soluções socialmente válidas, ultrapassa, necessária e naturalmente, a esfera de decisão da Concessionária, não havendo, por isso, motivo para surpresas que assim seja. Até porque além dos reflexos politicos, há sempre a audição dos interesses regionais.

5. Um dos argumentos apresentados pelo articulista em favor da manutenção do caminho-de-ferro na região visada é a não existência, no distrito, de infra-estruturas rodoviárias capazes. Notamos, porém, que mais adiante se reclama a abertura de uma rodovia «de nível internacional» que, a executar-se, deitaria logo por terra o referido argumento. Julga-se realmente que existem, a médio prazo, potencialidades justificativas da existência de duas infra-estruturas de grande capacidade, ambas subsidiadas e em regime de concorrência directa?

6. Outro aspecto complementar que queremos referir: a manutenção das linhas deficitárias deve ser financeiramente compensada pelos beneficiários sob pena de se afectarem outras áreas de tráfego e, em ultima instancia, a qualidade de todo o serviço.

7. Por ultimo, admitindo que o vosso colaborador dr. Gralheiro deseje informar-se realmente a fundo sobre os problemas que pretende abordar, tomamos a liberdade de juntar um exemplar do Relatório do Exercício de 1969 desta Companhia e cópia de um texto tornado publico na ultima Assembleia Geral dos Accionistas da C. P. — ambos com matéria esclarecedora sobre a actual problemática dos Caminhos de Ferro Portugueses. O que não invalida que o dr. Gralheiro se nos dirija, sempre que ao abordar temas ferroviários, lhe escasseiem informações ou surjam duvidas no seu espírito — pois desde já nos colocamos á sua inteira disposição para o que entender por util.

(1) Os subtitulos são da Redacção.

RESPOSTA DE JAIME GRALHEIRO

Extinção... por palpite?

A fim de nos não perdermos na repetição de ideias já expandidas, analisemos a resposta da C. P., por alíneas:

1. Da vocação actual da C. P.

A política sócio-económica da C. P. é defendida como a sua «acção actual» pelo seu presidente do Conselho de Administração, dr. Neto de Carvalho na comunicação que leu á assembleia geral ordinária de 30-6-1970. Esta parte da resposta da C. P., onde tal política é anunciada, não é mais que a reprodução «ipsis verbis» do então afirmado por aquele antigo membro do Governo.

Por outro lado a dita «vocação actual» também nada mais é que a tradução adaptada para português das orientações gerais estabelecidas na 28.ª sessão do Conselho de Ministros da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes, realizada em Paris no dia 12 de Dezembro de 1968. Ora, sobre a definição de serviço público, dos transportes, e a quem compete satisfazer esta necessidade colectiva já expusemos o nosso ponto de vista. Não coincide com a C. P.. Também não admira. Mas mesmo que aceitemos como boas as tais linhas de orientação enunciadas, ainda fica o problema de saber se elas estão a ser cumpridas, quer de uma maneira geral, quer na solução que busca para o «caso» Vale do Vouga.

2. O problema do limite das 70 toneladas diárias...

Depois da explicação que demos na resposta á anterior carta da C. P., supunhamos ter esclarecido este assunto das 70 toneladas diárias.

Parece que não.

A C. P. perguntava-nos, então, muito concretamente, onde tínhamos ido buscar tal número. Nós informámos que a M. Fioc in «Les Études Économiques a la S. N. C. F.» — pág. 12.

Vem agora a C. P. com um tipo de argumentação que entendemos muito bem mas donde parece querer tirar-se a conclusão de que M. Fioc não aponta, realmente, tal número.

Para que os leitores sejam mais imparcialmente juízes neste desaguisado «numeral», aí vai a transcrição do que M. Fioc escreveu:

«La conclusion à laquelle nous sommes arrivés actuellment c'est que lorsq' 'une ligne existe, dès alors que le trafic des marchandises est de l'ordre de 70 a 80 tonnes par jour sur la distance entière, il n'y a interêt, ni pour l'économie du pays dans son ensemble, ni pour l'équilibre financier de la S. N. C. F. à la suprimer».

Mas, perguntar-se -á, porquê tanto barulho com este número?...

«Até quando?»

3. A inexistência de estudo sócio-económco da região servida pelo V. V.

A C. P. insiste que tal estudo não se encontra feito e defende que ele pertence ao Governo.

Para o utente do Caminho de Ferro, «maxime» para o utente do Vale do Vouga, pouco importa saber se a culpa é da C. P. se do Governo. Uma coisa ele sabe, pela certa: é que há mais de uma década a linha do Vale do Vouga não o serve a si, não serve a região, não serve o País e, parece, á empresa também não.

Apenas pergunta: até quando?

A C. P. acrescenta que na base de tal estudo está o conhecimento dos «custos sociais dos transportes rodoviários», os quais não se conhecem ainda em Portugal.

Mas, sendo assim não se percebe como pode votar-se a extinção pura e simples de uma linha de caminho-de-ferro, sem se saber se o custo social dos seus transportes é, em última análise, mais ou menos oneroso para a colectividade do que os transportes rodoviários.

A não ser por palpite...

E o palpite parece ser, ainda, uma grande linha definidora da política sócio-económica da C. P.

Pois não é verdade que, em 1948, a C. P. (sózinha na Europa!) se abalançou á tracção diesel?

Baseada em quê?

Nos tais **estudos próprios** que não mostra a ninguém por respeito á entidade de tutela?

Mas... será que a entidade de tutela proíbe a C. P. de dar contas ao público utente dos seus esforços para uma melhoria dos serviços?

Ou a «entidade de tutela» é uma boa desculpa para encobrir a inexistência de tais estudos?

Consta-nos que, efectivamente, a C. P. mandou proceder a um estudo global da sua exploração á firma francesa SOFRERAIL. Simplesmente este estudo não chegou sequer a completar-se porque a C. P. não pôde fornecer (por os não ter) os elementos essenciais á sua prossecução.

Sabemos que a C. P. tem quatro estudos parciais para a reconversão das linhas do Corgo, Tâmega, Montemor e Moura.

E, a fora isto, que tem mais? A incapacidade contabilística de poder calcular em termos quantitativos, a rentabilidade, linha por linha (em 1970).

Sendo assim como acreditar que a C. P. conheça os seus limiares de rentabilidade para os diferentes tipos de tracção? Pois se os conhece, pedimos-lhe que os apresente, que o problema dos transportes interessa a toda a colectividade.

«Perspectivas para o distrito de Viseu»

Apesar de tantas falhas na base das suas decisões, a C. P. não tem dúvidas em tudo orientar, desde já (ou para sermos mais exactos, desde o princípio do corrente ano, pelo menos) no sentido de conseguir do

(Cont. na pág. 8)

SOCIEDADE HIDRO-ELÉCTRICA DO REVUÉ

S. A. R. L.

CAPITAL: 200 000 000$00

Serviços Administrativos — Títulos

Amortização de Obrigações e Pagamento de juros

SORTEIOS

Nos termos dos anúncios oportunamente publicados, procedeu-se no dia 25 do corrente mês de Setembro aos sorteios, para efeito de amortização, relativos ás emissões que a seguir se indicam, tendo-se obtido os seguintes resultados:

EMISSÃO DE 40 000 CONTOS — 1956 — 5%

Títulos de 100 obrigações n.os: 143, 195, 228, 253, 281, 282 e 357

EMISSÃO DE 35 000 CONTOS — 1957 — 5%

Títulos de 1 obrigação n.os 6, 72, 123, 194, 273, 309, 506, 618, 626, 691, 717, 720, 791, 832, 845, 846, 870, 901, 910, 959 1334, 1362 e 1370.
Títulos de 5 obrigações n.os: 1596, 1610, 1643, 1769, 1813, 1997, 2001, 2052, 2074 e 2531.
Títulos de 10 obrigações n.os: 2201, 2219, 2237, 2305, 2406 e 2417.
Títulos de 50 obrigações n.os: 2652 e 2672.
Títulos de 100 obrigações n.os: 2781, 2799 e 2808

Amortizações anteriores

12.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 22
Títulos de 100 obrigações n.os 2727 e 2870
13.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 23
Títulos de 100 obrigações n.os 2742 e 2764
14.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 24
Títulos de 100 obrigações n.os 2704 e 2852
15.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 25
Título de 1 obrigação n.º 1447
Títulos de 100 obrigações n.os 2758 e 2818
16.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 26
Títulos de 1 obrigação n.os 58, 61, 197, 601 e 1062
Títulos de 5 obrigações n.os 1461 e 2020
Títulos de 100 obrigações n.os 2728, 2829 e 2841

EMISSÃO DE 65 000 CONTOS — 1959 — 5%

1.ª Fase

Títulos de 1 obrigação n.os 77, 206, 232, 243, 251, 309, 325, 329, 392, 488, 512, 608, 640, 844, 902, 992, 1061, 1086, 1444, 1446, 1497, 1528, 1557, 1587, 1661, 1745, 1783, 1902, 1946, 2013, 2090, 2448, 2533, 2576, 2606, 2608, 2640, 2670 e 2805
Títulos de 5 obrigações n.os: 3016, 3040, 3180, 3306, 3566, 3589, 3621, 3816, 3819, 3889, 3890, 3899, 3926, 3935, 3992, 4041, 4187, 4227, 4282, 4288, 4311, 4380, 4388, 4435, 4436, 4467 e 4550.
Títulos de 10 obrigações n.os: 4715, 4728, 4739, 4800, 4854, 4862, 4958, 5017, 5067, 5074, 5167, 5252 e 5283.
Títulos de 100 obrigações n.os: 5441.

2.ª Fase

Títulos de 1 obrigação n.os: 5579, 5711, 5716, 5717, 5980, 6019, 6112, 6131, 6160, 6169, 6186, 6364, 6431, 6516, 6660, 6777, 6897, 6908, 6970, 7045, 7082, 7138, 7140, 7671, 7704, 7898, 8062, 8165, 8341, 8357, 8557, 8587, 8634, 8698, 8762, 8847, 8850, 8897, 8945, 8998, 9118, 9184, 9219, 9249, 9291, 9339, 9344, 9362, 9434, 9475 e 9497.
Títulos de 5 obrigações n.os: 9600, 9631, 9886 9977, 9995, 10106, 10148, 10167, 10294, 10301, 10324, 10419, 10443, 10660, 10823, 10883, 10936, 10942, 10956 e 11182.
Títulos de 10 obrigações n.os: 11278, 11477, 11528, 11535, 11673, 11795, 11844, 11881, 11953, 11958, 12080, 12199, 12237, 12267, 12291, 12315, 12421, 12448, 12652, 12684, 12751 e 12842.
Título de 100 obrigações n.os: 12978.

AMORTIZAÇÕES ANTERIORES

1.ª Fase

7.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 17
Título de 100 obrigações n.º 5497
8.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 18
Título de 1 obrigação n.º 1264
Título de 100 obrigações n.º 5495
9.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 19
Títulos de 1 obrigação n.os 1092 e 1901
Títulos de 5 obrigações n.os 2906 e 4581
Título de 100 obrigações n.º 5512
10.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 20
Títulos de 1 obrigação n.os 989, 1809 e 1978
Títulos de 5 obrigações n.os 3100, 3290 e 3470
Título de 10 obrigações n.º 4985
Título de 100 obrigações n.º 5511
11.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 21
Títulos de 1 obrigação n.os 423, 461, 1047, 1209, 1658, 1786, 1804, 2174 e 2668
Títulos de 5 obrigações n.os 2988 e 3599
Títulos de 10 obrigações n.os 4792, 4833, 5023 e 5157
Título de 100 obrigações n.º 5481

2.ª Fase

7.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 17
Título de 100 obrigações n.º 12987
9.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 19
Título de 5 obrigações n.º 9619
Título de 10 obrigações n.º 12634
Título de 100 obrigações n.º 12991
10.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 20
Título de 1 obrigação n.º 7692
Títulos de 10 obrigações n.os 12658 e 12665
11.º Sorteio — Com direito ao pagamento do cupão n.º 21
Títulos de 10 obrigações n.os 11253 e 12636
Título de 100 obrigações n.º 13013

JUROS

O valor líquido a pagar por cupão é o seguinte:

				Cupão	Portador	Portador Registadas	Governo Geral de Moçambique	Instituições de Previdência
3.ª	Emissão	40 000	contos/56	28.º	—$—	21$51	—$—	24$75
4.ª	»	35 000	» /57	27.º	16$04.76	21$51	25$00	—$—
5.ª	»	65 000	» /59	22.º	16$68.6	22$35	26$00	—$—
7.ª	»	15 000	» /67	6.º	—$—	—$—	30$00	—$—

PAGAMENTOS

O pagamento dos títulos averbados ao Governo Geral de Moçambique e às Instituições de Previdência e que foram sorteados, bem como o do juro das obrigações, será efectuado nos Escritórios da Sociedade, a partir de 1 de Outubro próximo.

Também com início na mesma data efectuar-se-á o pagamento dos títulos sorteados e dos cupões relativos às restantes obrigações, nas Sedes ou Delegações dos seguintes estabelecimentos bancários:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS CRÉDITO E PREVIDÊNCIA
BANCO DE FOMENTO NACIONAL
BANCO BORGES & IRMÃO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
AUGUSTINE, REIS & C.ª
PANCADA, MORAES & C.ª
PINTO DE MAGALHÃES, LDA.

Lisboa, 28 de Setembro de 1970 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Linha do Vale do Vouga

(Cont. da pág. 7)

Governo o encerramento da linha do Vale do Vouga.

Com efeito, e conforme resulta da sua resposta, a linha do Vale do Vouga, a linha do Dão e o Ramal da Sernada, aquelas especialmente montadas para servir o distrito de Viseu, ficaram para uma fase final da análise do problema ferroviário português.

Esta forma eufemística de dizer significa, muito simplesmente, e nos próprios termos do «Relatóro do Exercício de 1969», pág. 69, que «é manifesta a tendência para a redução das redes em ordem a eliminar as linhas e troços de tráfego reduzido ou onde o tráfego não seja adequado ás características ou aptidões normais do caminho-de-ferro». Por isso, «a rede secundária ficará agravada em muito das suas precárias condições, pois nela... apenas se poderá proceder, por limitação de recursos, á aplicação de limitadas medidas de conservação corrente. **É possível mesmo que nalgumas linhas ou troços a exploração venha a ser decididamente prejudicada»** (pág. 71 e sublinhado nosso).

E são estas as perspectivas para o distrito de Viseu!

«Cada região deverá ter o sistema de transportes adequado á dimensão e á natureza da sua actividade económica» — diz a C. P. na sua carta (e o mesmo diria La Palisse!).

Mas pergunta-se: actividade existente ou futura? Efectiva ou potencial?

Quer dizer a C. P. não acredita no III Plano de Fomento onde se anuncia a transformação do porto de Aveiro num dos primeiros portos do País e não acredita também que o distrito de Viseu se possa transformar no seu «interland» natural, fonte abastecedora de pessoas e coisas. Não acredita. Está no seu direito. Talvez o seu cepticismo se baseie no habitual não cumprimento de tais planos.

Claro que a C. P. tem possibilidades de prospecção imensamente maiores do que as nossas e a sua pretendida natureza de empresa pública confere-lhe, naturalmente, uma possibilidade de acesso ás fontes de informação que nos escapam. Em todo o caso, nós, os de Viseu, até por uma questão de sobrevivência ainda julgávamos que seria possível outra solução...

Exactamente porque a C. P. tem do distrito de Viseu uma visão fixista e não acredita em Planos de Fomento (e outras coisas mais) é que remeteu as linhas do Vale do Vouga, Dão e ramal da Sernada para uma segunda análise á espera do resultado do estudo por si apresentado ao Governo, no princípio deste ano, sobre «Reconversão dos Caminhos de Ferro Portugueses — Enunciado de Política Ferroviária», onde, conforme informa o sr. dr. Neto de Carvalho, na sua aludida comunicação, se analisam todos os principais problemas da empresa e se **sugere o modo de lhes fazer face.**

Quais sejam esses modos nós já o sabemos...

E tais modos, no que se refere á linha do Vale do Vouga, têm até o apoio das conclusões de um malfadado colóquio realizado nas Termas de S. Pedro do Sul, em Julho de 1969 e cujas despesas ainda nem foram pagas...

Porque supomos ser, no estudo apresentado pela C. P. ao Governo, defendida a tese da extinção da linha do Vale do Vouga, é que compreendemos agora a sua pressa em pôr em dúvida o número limite apontado por M. Fioc, pois de 1960 e 1965 (últimos números conhecidos) o movimento diário, médio, em todo o percurso, andava á roda das tais 70 toneladas.

«A lógica do mercado»

De resto a tese de extinção pode ser a negação frontal das orientações detendidas pelo C. E. M. T., uma vez que aí se aconselha a manutenção das linhas que, embora não rentáveis para a empresa, sejam necessárias do ponto de vista da colectividade. Ora a verdade é que na Inglaterra e na França já se deu cumprimento a esta recomendação (Transport act e «Livro Branco sobre S. N. C. F.») conforme nos informam o eng.º João Maria Oliveira Martins e dr. Emílio Rui Vilar in «Evolução da Noção de Serviço Público nos Caminhos de Ferro» (Transportes, Vol. 4, 1969. pág. 57 e segs.). Não se percebe porque há-de ser diferente em Portugal. De resto, o encerramento de linhas de fraca rentabilidade, nem sequer do ponto de vista económico, resolve o problema da C. P. Pois, conforme refere também M. Fioc., op. cit., pág. 11, se as linhas de pouco tráfego dão pouca receita, o certo é que dão também pouca despesa e, por isso, a economia feita com o seu encerramento não tem significado no orçamento geral da empresa.

Admitimos que a C. P. atravesse uma crise financeira que a trave no seu movimento de expansão. Realmente, está previsto que, em 1973, os encargos financeiros atinjam 45% das receitas de exploração, enquanto que, para o conjunto dos países membros da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (C. E. M. T.) tais encargos representavam, em 1965, apenas 10% (vide dr. Neto de Carvalho na sua já referida comunicação).

De qualquer forma isso pouco interessa á colectividade. A C. P. aceitou a lógica do mercado e do sistema económco em que se integra. Se não tem lucros tal não significa que os não procure, mas apenas que os não consegue.

Pretender, porém justificar o seu «deficit» com base num interesse social é que se nos afigura ir longe demais. Na verdade, não vemos onde esteja o interesse social nos preços das tarifas dos adubos, apenas em benefício das empresas monopolistas produtoras que não em benefício da agricultura. (Coitada da agricultura portuguesa!) Não vemos onde esteja o tal interesse social no preço dos bilhetes, atendendo ao nível de vida do Povo Português. Não vemos onde esteja o tal interesse na prestação de um serviço antiquado, oneroso e caro a toda a economia portuguesa.

A grande razão quanto a nós, da situação deficitária da C. P. deve ir procurar-se a toda uma gestão arcaica e um tipo de serviços inadequados.

«Fazer qualquer coisa»

Com efeito, e de acordo com o próprio «Relatório de Exercício» de 1969, «a exploração obedece ainda a esquemas excessivamente rígidos e estanques resultantes, em larga medida, da justa posição dos esquemas vigentes a quando da fusão das redes (1947) e **numerosas e complexas** são as resistências á sua **transformação radical:** é toda uma máquina administrativa e técnica, construída ao longo de gerações, operando segundo rotinas que já provaram e deram os seus frutos, mas que rápidamente se desactualizaram em razão das modificações que entretanto sobrevieram e se prevêem, a passos largos, no mercado de transportes» (o sublinhado é nosso).

Há também no «Relatório de Exercício» já referido um passo que merecia ser melhor esclarecido, pois nele pode estar um dos pontos de resistência á transformação radical da empresa. Aí se diz que 86,3% das receitas de exploração são gastos em despesas com pessoal. Não especifica é qual o nível de salários pagos ao pessoal dirigente e Conselho de Administração e áquele vulgarmente designado por «executivo». Ora tal especificação tinha interesse..

Antes de terminarmos, queremos felicitar a C. P. pelo «faire play» demonstrado, vindo a terreiro discutir as suas razões e apresentar os seus argumentos baseados em «estudos feitos» e critérios próprios, enfrentando, assim, o julgamento do público.

Gostaríamos, ainda, de esclarecer este ponto: não advogamos a manutenção do V. V. na situação em que se encontra. Parece-nos, porém, inadmissível defender a sua extinção. O distrito de Viseu não pode ficar entregue, apenas, a uma estrutura rodoviária tão inadequada como a ferroviára, conforme julgamos ter demonstrado nos nossos anteriores artigos.

Se há que fazer qualquer coisa, faça-se. Acabar com o que há é sempre desfazer.

Por isso mantemos como válidas as hipóteses de trabalho apresentado no nosso segundo estudo (D. L. de 13-7-70).

E, se no fim desta troca de ideias tivermos conseguido convencer a C. P. e, em última análise, o Governo de que o distrito de Viseu, para se abalançar a um arranque económico-social, tem urgente necessidade de vias de comunicação á altura, consideramos atingida a primeira meta da missão a que nos propusemos.

P. S. — Recebemos o Relatório do exercício de 1969 e o discurso do dr. Neto de Carvalho. Obrigado. Mas mais do que esses documentos que há muito foram tornados públicos, interessam-nos os tais estudos próprios «secretos». Ficamos a aguardá-los, até para vermos se «a vocação actual» da C. P., quer no que toca a eficácia de serviços, velocidade, cumprimentos de horários, comodidade, segurança e tarifas se estende ao nível europeu, ou se se queda, apenas, num limite Peninsular.

A fuga dos trabalhadores agrícolas

(Continuação da pág 5)

familiares e das estruturas mentais. Os dois pólos de atracção citados vêm avolumar os seus problemas (habitação, trânsito, equipamentos sociais, infra-estruturas materiais), embora se possa dizer que se assim acontece é, apenas, por inépcia nas orientações e não por fatalidades das coisas. À escala nacional, o avolumar desses dois pólos não é exagerado (contra o que muitas vezes se diz), apenas por esse caminho se tornando possível o lançamento de certos tipos de empreendimento; e assim se resolve muita da subutilização em estruturas instaladas, ao mesmo tempo que se estabelecem núcleos compensadores de outros pólos de atracção não nacionais (na Península e no resto da Europa).

c) Escoamento para a indústria e serviços em Paris e outras terras análogas: os trabalhadores beneficiam multíssimo mais, só assim se explicando que continuem a emigrar, apesar de já por lá andarem (só na França) uns 600 mil portugueses; há casos graves de inadaptação, há sobretudo a carência de serviços de apoio á emigração e aos emigrantes, e há também muita destruição «humana». A economia nacional ganha as divisas (como seria sem elas?); ganha com o impulso de despesa, e quer das remessas de emigrantes, quer dos mais altos salários determinados pela escassez de mão-de-obra; e ganha — acima de tudo — por ficar assim demonstrado que se os salários eram, e ainda são, baixos entre nós não é devido à fraca produtividade por falta de esforço dos trabalhadores, mas sim por incapacidade de quem os dirige, por deficiências de equipamento produtivo, e por razões de estrutura sociopolítica relacionadas com o desemprego oculto.

d) Escoamento para serviços obrigatórios, embora temporários: ainda que ganhando um salário baixo na fase preparatória, muitos dos trabalhadores saídos da agricultura têm assim a oportunidade de ver uma cidade, de viajar, ou de aprender a ler. Nas fases seguintes, a par da desumanização porventura inerente á difusão ou defesa da cristandade, ganham maior vencimento, com o que beneficiam as famílias. Na perspectiva nacional, tem-se estimado a coisa nuns dez a doze mil milhões de escudos ao ano, o que nos dez anos quase passados mais o tom indefinido em que se alude, publicamente, á continuação do programa, daria para deixarmos de ser o primeiro dos países da Europa em todos os quadros comparativos, sempre que lidos do sul para norte.

e) Escoamento para industrias e serviços nos territórios africanos: apesar das medidas várias vezes anunciadas, não há movimento significativo.

P. S. — Mas os efeitos sobre a agricultura — ou não é ela, também, parte da economia portuguesa? À luz dos estudos mais recentes, temos uma agricultura constantemente em crise, a qual «não pode deixar de ser resultante da falta de aptidão das nossas terras e de condições do nosso clima para as culturas praticadas, e talvez de defeitos de estrutura agrária e de capacidade empresarial». De modo que nem vale a pena cuidar do assunto: «em crise quando dispunha de excessiva mão-de-obra e tem de se lançar nos caminhos da mecanização». Descansemos, pois.

José Miranda Ferreira

O movimento dos trabalhadores da agricultura para a industria e serviços, independentemente dos aspectos positivos ou negativos que comporta, está ligado de perto ao processo de industrialização de uma economia, que por sua vez se encontra na origem de uma poderosa aceleração de toda a actividade produtiva. Daqui uma primeira conclusão: o fenómeno é irreversível e é inerente ao próprio processo evolutivo de qualquer tipo de economia, pois se para uma economia de tipo capitalista esse processo está na base do desenvolvimento dos detentores do capital enquanto classe, para uma economia de tipo socialista como, por exemplo, a U. R. S. S. dos anos 30, a passagem da mão-de-obra da agricultura para a industria e serviços, respondeu á necessidade de desenvolvimento da actividade produtiva criada pelo novo sistema de relações sociais.

Este problema reveste-se, portanto, de aspectos diametralmente distintos para um ou outro dos tipos de economia mencionados. Focando apenas o mundo ocidental, verificamos que o crescimento da sua economia se tem processado de um modo anárquico, originando sempre desequilíbrios regionais mais ou menos graves, o que não é para admirar, dada a estreita óptica empresarial que serve de pano de fundo a todo este processo. Os planos económicos nacionais, quando existem, são meramente indicativos podendo os empresários cumpri-los ou não, de acordo com o direito que lhes é conferido de disporem livremente da sua propriedade, isto é, ao sabor dos seus interesses específicos e muitas vezes em detrimento do bem-estar das populações inteiras.

Neste contexto, e só neste, parece possível falar em vantagens e inconvenientes da deslocação da mão-de-obra da agricultura para a industria e serviços. Essa deslocação que tem sido marcada de perto pelo êxodo rural em direcção ás cidades, tem assumido em Portugal proporções assustadoras.

Assim, enquanto Lisboa e o Porto crescem desmedidamente, o resto do país, mais especialmente as zonas rurais, vão-se esvaziando de homens válidos que cultivem a terra ou trabalhem nas pequenas indústrias locais; uns porque emigram, outros porque estão na tropa, outros ainda porque demandaram as cidades procurando melhores condições de vida.

A agricultura em vez de progredir continua a marcar passo, mal-grado vislumbrarem-se possibilidades de mecanização pressionada pela escassez de mão-de-obra e de melhor dimensionamento das explorações agrícolas resultante do abandono das terras pelos pequenos agricultores.

Essas possibilidades não têm sido aproveitadas porque a mecanização, embora tenha aumentado (especialmente a partir de 1964), não se mostra capaz de influir decisivamente no processo de crescimento que se impunha.

Enquanto que, por sua vez, o abandono das terras pelos pequenos agricultores tem tido como resultado frequente o de ficarem incultas, por falta de braços que as cultivem.

Por outro lado, o agravamento de custos que se tem vindo a verificar na agricultura está a criar sérios problemas, quer pela existência parasitária de uma série de intermediários, que especulam com os preços dos produtos agrícolas, quer pela política rígida de preços para certos produtos com vista á manutenção de salários industriais.

Além disso, a [illegible] actividade agrícola que têm sido tomadas, seja em matéria de créditos, subsídios ou isenções fiscais, seja em relação á pecuária, silvicultura ou agricultura, seja quanto a empresas individuais ou cooperativas, têm tido um carácter selectivo que em nada tem beneficiado os pequenos agricultores.

Mas a indústria, embora sendo o parente rico neste processo que lhe faz afluir a mão-de-obra agrícola, tem tirado um resultado proporcionalmente pequeno da sua posição de sector privilegiado.

Usufruindo de uma protecção estatal quase cinquentenária, a grande indústria, com um mercado interno assegurado e preços de monopólio garantidos, pagando salários limitados institucionalmente, poucos estímulos tem tido para se organizar de modo a responder ao alargamento do mercado interno e a lançar-se definitivamente nos mercados externos. Estreitamente ligada aos grandes grupos financeiros, gozando plácdamnt ottonshrdiucmfâyp gozando plácidamente o nosso tranquilo clima marítimo e as delícias deste belo sol, tem vivido sem sobressaltos, o que explica sem dúvida a sua fraca agressividade.

Claro que esta situação tende a modificar-se — os aumentos de salários, apesar das migrações para as cidades, têm-se imposto; a Europa integra-se; e como o dinheiro não chega para tudo, os subsídios minguam — e então a sesta tranquila depois do frugal repasto tende a sofrer leves perturbações.

Quanto à pequena indústria, essa não sabe há muito tempo o que seja sequer dormir a sesta. Vivendo na órbita do sistema bancário, permanentemente aterrada com os prazos de vencimento das suas letras (serão renovadas mais um ano?), possuindo um nível tecnológico primário, que lhe permite defender-se da concorrência apenas através da baixa qualidade dos seus produtos, enfrentando problemas de salários que satisfaz com crescente dificuldade... Está condenada pelo processo histórico; não há indulgência possível, nem «habeas corpus» que lhe valha, o veredicto está pronunciado.

ANTÓNIO JOSÉ
«Não se pode parar»

BENTO CARDOSO
«Tudo abandonado»

AMÁLIA DUARTE
«Voltar a Portimão»

M. CÉU SILVA
«Vou cá ficar...»

M. BARTOLOMEU
«Desandam todos...»

JOSÉ DE PINA
«Restam os velhos»

A província abandonada

(Cont. da pág 5)

das, outrora ricas, abandonadas ao mato.

Empregado de mesa, em Lisboa, chefe de família, o sr. Bento Cardoso diz que *«a vida ainda não está bem normalizada»*. As dificuldades transferiram-se para aqui, é evidente. *«Mas, que quer: na terra, éramos 11 irmãos. A lavoura era pequena. Tivemos de tratar da vida. Lá é que nem andávamos nem desandávamos. Quando todos descobrimos esta verdade, a aldeia ficou despovoada. Eram oitenta fogos. Quantos estão, hoje, desmantelados?*

Por sua vez, a sr.ª Maria Amália Duarte, natural de Portimão, tem a nostalgia da terra. Veio, de miúda, com os pais. Trabalhou na costura. Os pais morreram.

— Quando o meu filho puder, quero lá voltar. Nunca mais lá fui, aliás nada tenho de meu em Portimão. Mas gostava, compreende?

Também uma raparigUinha de 13 anos, criada de servir desde há um mês, tem saudades da terra. Chama-se Maria do Céu Silva, e veio de Braga há pouco. As saudades são ainda frescas:

— Mas não quero voltar, de vez. A família não tem posses. Tenho pena, mas vou ficar.

A vida está má...

— Hoje talvez não saísse da terra. Mas há vinte anos, amigo, quem lá podia ficar? — Expressa-se deste modo o sr. Manuel Bartolomeu António, carteiro, nascido no concelho do Sabugal. Com a ajuda da esposa, um certo bom humor e muita noção das realidades, continuou:

— Afinal, a vida, cá, também não está boa. Olhe, comecei a trabalhar no comércio, depois nas obras, finalmente nos C. T. T. Vamos ganhando prá bucha. Da terra, saiu tudo. Para a França, sei lá para onde. Mas esses já regressam, compram as terras abandonadas, constroem casas.

— Concorda com a fuga?

— Então, a gente tem de tratar da vida, não é? Melhoram os que saem, pioram os que ficam, sobretudo os que continuam agarrados á terra: não há braços, nem dinheiro para pagar aos que há.

Finalmente, um motorista de táxi. Chama-se José de Pina, e é de Quintela, concelho de Mangualde. Veio para a capital há vinte anos, já motorista.

— Vou lá todos os anos, e espero fixar-me na terra quando me reformar. Mas fazer a vida lá, como podia ser? De meu, nada tinha. Como eu, muitos fizeram. Tempos depois, a fuga foi para a França. Só restam os velhos, algumas mulheres, algumas crianças. É a vida. Para nós, a vida é aqui, é onde podemos ganhar o pãozinho para a família.

«Guerra» Estados Unidos-Mercado Comum

(Continuação da página 1)

uma subida de preços, o que, com o marasmo da produção, leva alguns economistas a não porem de lado a hipótese de uma crise económica. A solução por uma redução de salários ou (e) uma intensificação do trabalho directamente produtivo (operários), não parece viável, dadas as últimas «greves selvagens» acontecidas nos Estados Unidos. Com base neste quadro, especialistas afirmam que a inflação norte-americana se tornou «estrutural».

Mas os norte-americanos não se limitam a fazer pressão junto de outros países capitalistas para que revalorizem, pretendem também, que seja adoptada uma taxa de câmbio flutuante. (Actualmente a taxa de câmbio é relativamente fixa). Assim os Estados Unidos poderiam desvalorizar sem choque psicológico, e mantendo o preço do oiro em dólares. Mas a adopção de uma taxa de cambio flutuante introduziria uma diferenciação de valores nas moedas dos países do Mercado Comum, cujo objectivo é a unificação da moeda. A adopção da taxa de câmbio flutuante seria a impossibilidade do Mercado Comum tal como ele se projecta. Uma «guerra dissimulada», como diz Michel Bosquet em «Le Nouvel Observateur» n.º 297, trava-se neste momento entre os U.S.A. e os países da C.E.E. Mas há mais.

Em Julho, o Comité de Finanças da Câmara dos Representantes pediu, pràticamente, a redução de 30 a 40 % das importações americanas de têxteis e calçado, medida proteccionista à indústria norte-americana que produz mais caro do que as indústrias europeias respectivas. (O mercado em jogo é de 500 milhões de dólares).

A mesma resolução pede que as indústrias de exportação americanas sejam subvencionadas, evidentemente para se tornarem competitivas, e toma posição contra o Mercado Comum agrícola, porque a legislação deste concede «preferências» aos países que dele fazem parte, reduzindo as possibilidades de escoamento dos excedentes agrícolas americanos.

A economia dos Estados Unidos passa por um mau momento, talvez o pior depois de 45. E não se vê, antes pelo contrário, que os Estados Unidos estejam interessados na realização do Mercado Comum Europeu. Vemos até acentuarem-se as contradições entre o capitalismo norte-americano e o europeu, que procura tornar-se uma força capaz de se medir com o dos Estados Unidos. Significa isto que os adversários da entrada no Mercado Comum podem encontrar um aliado de tomo na governação norte-americana.

Que pensam os jovens de hoje do 5 de Outubro?

MESA REDONDA

(Cont. da pág. 3)

tização do conteudo revolucioário que se apregoa. Ora o que se verificou, entre nós, foi pouco mais do que um acto, decerto vigoroso e praticado á escala nacional, cheio de idealismo e de puras intenções mas pouco amadurecidas, apesar de firmadas em convicções capazes de dar frutos duradoiros. Foi uma revolução que pouco mais foi do que uma condenação de abusos insuportáveis permitidos e perpetuados pelo Governo. Se assim não fosse não esmoreceria tão rápidamente o entusiasmo do 5 de Outubro. Dá a impressão que, depois de prestarem aquela lição aos monárquicos, os nossos revolucionários já arrependidos de tão severo castigo, pouco faltou para lhes pedirem desculpa, permitindo que os seus inimigos se organizassem ás claras, para várias arremetidas contra a República.

Lembrar o 5 de Outubro faz bem por vários motivos. E um deles é que nem sempre é difícil derrubar um Governo. Outro é que é preciso uma grande consciência política para se assumir o acto que se pratica e defendê-lo sem fraquezas. Talvez seja esta a lição maior.

ALÍPIO RIBEIRO

O 5 de Outubro é apenas uma memória grata mas efémera: grata pelo que de nostalgia ainda tem, efémera pelo que de *popular* não foi.

A burguesia cindiu-se, politicamente, com a cisão inconciliável dos seus interesses. Disso resultou a «queda» dos reis e dos seus acólitos: de pé ficaram, no entanto, os mesmos esquemas de organi-

pública não veio pôr em causa os capitalistas ou os proprietários; pelo contrário, trouxe-lhes uma proposta de actualização. Já em 1912, o descontentamento do proletariado e da pequena burguesia era manifesto: uma greve geral é reprimida brutalmente. O povo estava de fora, ainda que os partidos republicanos se dissessem do povo (em 1880, Antero de Quental notara essa contradição). Só assim se compreende que a República vivesse tão pouco. Com o aparecimento do fascismo nas décadas de 20 e 30 a burguesia portuguesa, cautelosa como sempre, teve necessidade de se actualizar novamente — a República já não correspondia aos seus anseios.

Não pretendo, com o que disse, negar qualquer interesse ao 5 de Outubro (uma revolução é uma revolução).

Julgo que a crítica a fazer ao 5 de Outubro se pode resumir nesta frase de António Sérgio: «*O essencial da democracia não é o Parlamento, nem a eleição: é sim a democratização do crédito, do trabalho, da higiene, da propriedade.*»

JOSÉ MANUEL VERÍSSIMO

(estudante liceal)

O 5 de Outubro de 1910 apresenta-se-nos como consequência de um descontentamento generalizado em relação a uma ordem revelada anacrónica, não só pela sua estreita ligação às classes privilegiadas (aristocracia, alta burguesia e clero) mas também pela sujeição do regime oligarco-monárquico aos interesses estrangeiros, como provou a sua inoperancia, face ás exigências inglesas do ultimatum de 1890.

O descrédito e a deterioração da monarquia foram criando um clima de revolta não só da para a sua expressão máxima com o levantamento de 31 de Janeiro) como de sectores importantes da burguesia. Estavam, portanto criadas as condições para a revolução de 5 de Outubro que implanta «de facto» a Republica Portuguesa, cuja constituição, aprovada «de jure» pela Assembleia Nacional de 18 de Agosto de 1911, estabelece um Governo parlamentar republicano.

Apesar de, em teoria, se instituir um Estado democrático, essa democracia era relativa aos partidos burgueses, visto a grande maioria do povo português ter permanecido á margem da movimentação parlamentar, e não intervir activamente no Governo da Nação. Assim era reconhecido, na legislação operária, o direito á greve mas, em 1913, «encontravam-se nas prisões da Republica 113 operários, entre os quais muitos rurais, todos detidos por motivos emergentes da questão social», segundo relatava um jornal da época. Assistimos, portanto, a uma mudança mais formal que de fundo: a base social permanecia quase inalterável. Atacava-se a monarquia, mas fechava-se os olhos á lenta infiltração dos seus agentes em lugares-chave da vida publica portuguesa. Enquanto no Congresso os vários partidos se digladiavam ferozmente, em discussões estéreis, o País continuava no caos e a reacção reconquistava, pouco a pouco, as posições perdidas. Toda esta ausência de coesão interna, todo este alheamento «de facto» relativamente aos principais problemas dos trabalhadores, levou estes a encararem o Parlamento com uma legítima suspeita.

Entretanto, aproveitando-se dessa dissociação governo-povo, as forças conservadoras não perderam a oportunidade para fácilmente se apoderarem do poder.

O 5 de Outubro é, contudo, importante como experiência, na medida em que nos pode elucidar, acerca de erros,

cuja repetição seria inadmissível.

É impossível uma democracia onde o povo não seja o principal motor, agindo como órgão plenamente soberano.

Agentes rurais

Uma campanha de apoio a declarações prestadas por uma comissão de agentes rurais tem-se concretizado, através de telegramas e apelos á unidade e defesa da classe. Transcrevemos três telegramas enviados por agentes rurais de Silves, Caldas da Rainha e Pegões Velhos.

«Grupo de agentes rurais solidários e gratos pelo apoio dado por suplemento Mesa-Redonda á classe, manifestam a vontade de lutar incondicionalmente pela dignificação e promoção social e organização — João Branco, António Ramos, Quintino Duarte, Augusto Cruz, Francisco Pinheiro, Domingos Cabaço, Samul Charron Ferras, Toscano António Gonçalves e António Fragoeiro». — telegrama enviado de Caldas da Rainha.

De Silves, três agentes rurais (Barreiros, Silva, Lourenço) enviaram telegrama:

«Grupo agentes rurais gratos apoio dado por Mesa-Redonda á classe»

Um grupo de agentes rurais de Pegões Velhos declarou-se solidário com os seus colegas e mostrou-se grato pelo apoio dado por «Mesa-Redonda». Assinam Armando de Gouveia, Oliveira Lopes Teodolindo, Brito, António Pereira Monteiro Azurara e Custódio Ambrósio.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE MATERIAL

COMPAE/DSM

Faz-se público que, na Secretaria da Comissão do Plano de Aquisições do Exército da Direcção do Serviço de Material, Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 180, 3.º, em Lisboa, se encontra (m) aberto (s) o (s) Concurso (s) Público (s) seguinte (s):

CONCURSO N.º	AQUISIÇÃO DE	CAUÇÃO PROVISÓRIA	ABERTURA DE PROPOSTAS	
			DATA	HORA
31 PAE/70	VIATURAS AUTO TG 1 TON (PICK-UP)	16.000$00	3 DEZ 70	15.30

O (s) respectivo (s) Caderno (s) de Encargo (s) pode (m) ser consultado (s) todos os dias úteis das 14 às 18 horas e aos sábados das 10 às 12 horas.

As propostas devem ser entregues até às 15 horas do dia acima marcado para a abertura das mesmas.

O Presidente da COMPAE 70/DSM, Inte.º
JOSÉ MANUEL TOJEIRO QUINTÃO
Coronel Eng.º do S. M.

DATA-CALENDÁRIO
100% IMPERMEÁVEL

Relógio Suiço

CAUNY

Superautomatico

Que medidas adoptar para um crescimento harmonioso da cidade de Lisboa?

1. Admitindo a formulação de premissas várias orientadoras da expansão urbana, fixar-me-ei, no entanto, sobre uma a que chamarei, com Lefevre, *o direito à cidade*. Pesada de consequências, técnicas como práticas, a afirmação do direito que assiste a cada homem de participar na vida urbana, parece-me um bom ponto de partida para a reflexão que me é proposta.

Para mim, é uma evidência que os homens se orientam para a urbanização total, isto é, a totalidade da população do globo *tende* a adoptar os modelos de vida urbana, entendendo-se aqui o viver urbano como a *potencialidade máxima de interacções dos homens e dos grupos*, só possível a partir do limiar de densidade abaixo do qual não há urbe.

É nesta maximização dos contactos que o indivíduo se tornará pessoa, pelo exercício da liberdade em todas as escolhas, perante o leque de possibilidades de inserção na vida social, que, deste modo, lhe é oferecido. Consequentemente, esta inserção na vida social por uma participação selectiva e consciente, levará o indivíduo à melhor rentabilidade das suas potencialidades de pensamento e de acção.

Para que o homem não soçobre no absurdo de uma existência inteiramente vivida no quadro artificial da cidade, uma segunda realidade se nos impõe, a que poderemos chamar o *direito à natureza*. Julgo desnecessário insistir na necessidade do contacto directo com a natureza, para o equilíbrio psíquico e orgânico das populações citadinas. Assim, é condição «sine qua non» de uma expansão urbana humanística a salvaguarda da natureza, através de uma planificação territorial tornada eficiente e operacional.

A cidade será *espaço cultural* na medida em que, sendo ela cada vez mais cidade, pela concentração num território restrito, deixe livres os largos espaços geográficos.

Em 1962, num estudo realizado para o Gabinete do Plano Regional de Lisboa (1), foi sugerida uma estruturação da cidade, com vista à aplicação prática dos princípios teóricos acima enunciados.

«CONCENTRAR O FENÓMENO URBANO»

Consistia a sugestão em organizar o crescimento da cidade em núcleos distintos, separados por zonas de natureza preservada — de que Monsanto é um exemplo — evitando o alastramento do tecido urbano em mancha de óleo, que consome todo o espaço natural, e, deste modo, concentrar o fenómeno urbano nas zonas mais favoráveis onde a vida local seria organizada, de molde a constituírem-se verdadeiros núcleos urbanos o mais autónomos possível.

Esses núcleos organizar-se-iam a partir do agrupamento de centros existentes que revelam já um certo dinamismo e que estão situados na periferia da cidade, uns interiores, outros exteriores à linha administrativo, e que poderiam ser o agrupamento de:

Olivais — Moscavide
Sacavém
Ameixoeira — Olival de Basto, Odivelas
Benfica — Pontinha e Amadora
Belém — Algés e Dafundo
e até na margem sul: Almada — Cova da Piedade.

Nota-se que a cada um dos centros interiores, que se desenvolveram no ponto de encontro de uma linha de transporte com o limite administrativo da cidade, correspondem dois centros exteriores, de formação recente, vivendo com elas numa simbiose latente.

Acontece, porém, que, no estado actual de perfeita inorganização local, esses centros continuam a despejar-se diàriamente da sua população, que não encontra neles modo de exercer a sua actividade. A plena expansão de construções a que se assiste permite-nos afirmar que a situação tende a agravar-se, conduzindo ràpidamente a cidade a um grave desequilíbrio.

Cada um desses centros periféricos seria organizado de molde a estabelecer-se uma vida local capaz de satisfazer as necessidades económicas e culturais da população, através de equipamentos adequados, permitindo a fixação das populações, pela criação de locais de trabalho, o que não significa que uma parte dela não continuasse a exercer

Arq.º Filipe Mário Lopes

a sua actividade no centro da cidade.

Intensificar-se-iam os contactos, ligando eficientemente, entre si, e com o centro principal, esses núcleos periféricos. Vemos que para isso era necessário uma unidade de acção que ultrapasse os limites estreitos do território municipal que a cidade já galgou há longos anos, estendendo-se para Cascais, Sintra, Loures, Vila Franca e na margem sul. Isto também supõe uma administração dinâmica que deixe de ser só fiscalizadora da actividade privada, para tomar a seu cargo a orientação e a realização do desenvolvimento urbano, apoiada numa política de solo resoluta e forte

«INVENTAR ESTRUTURAS DE DIÁLOGO»

2.º Quanto à participação dos habitantes no destino urbanístico da sua cidade, trata-se, parece-me, de um problema para se analisar sucessivamente como problema político, e como problema de nível de educação. Político, por envolver a determinação, por parte dos dirigentes, de permitir e sugerir à população um comportamento activo nas acções, interessando o desenvolvimento do seu quadro de vida. De nível de educação, porque determinante da aptidão do indivíduo à participação nos assuntos interessando a comunidade, pela qual ela deverá sentir-se responsável.

De um ponto de vista prático, há que inventar estruturas de diálogo capazes de garantir essa participação, quer ao nível da informação, quer ao da acção.

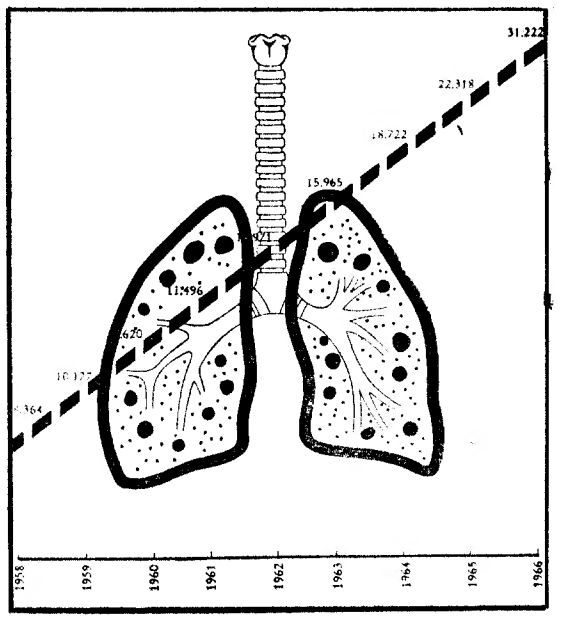
Ao nível da informação a Imprensa, a Rádio e a Televisão deveriam suscitar inquéritos à opinião pública, debates entre especialistas e igualmente entre estes e os elementos activos da população.

Através deste contacto da população com as soluções técnicas propostas — já de algum modo informadas pela própria população — criar-se-ia um clima de crítica que pouco espaço deixaria ao abuso dos interesses privados.

De todas estas acções conjugadas, resultaria uma formação da consciência cívica que acabaria, certamente, por levar a população a tomar posição.

Quanto à acção, creio que esta deveria processar-se localmente, na freguesia ou no bairro, onde corpos eleitos se ocupassem dos assuntos locais numa perspectiva de enquadramento real na problemática geral da cidade, sendo necessário, por outro lado, que as propostas técnicas sejam suficientemente maleáveis para permitir a apropriação do espaço pela comunidade que nele vive.

(1) «Bases para o Estudo Sociológico da Região de Lisboa», em colaboração.



Silicose — expansão preocupante

O aumento de silicose em Itália, entre os operários da indústria cerâmica, foi denunciado no Convénio Nacional Unitário (C. G. I. L., C. I. S. L., U. I. L.). De 1958 para 1966 os operários italianos daquela indústria atingidos pela silicose passaram de 8364 para 31 222, o que equivale ao triplo dos trabalhadores tocados, em cerca de oito anos. Os indícios de silício nos pulmões foram reconhecidos em 40 por cento de 1300 operários, numa amostra estudada pelos serviços de saúde da Confederação Geral do Trabalho de Itália.

Os trabalhadores de cerâmica italianos exigiram medidas eficazes em ordem á sua protecção.

A nível internacional a O. I. T. manifestou a sua preocupação pela falta de investigação concernente ás condições de trabalho e a falta de detecção da silicose em função dos tipos de trabalho em diversos países.

Portugal é um dos países onde não existe uma detecção organizada da silicose, tanto ao nível de empresas como do sector de actividade.

tem a palavra o leitor

O I. E. S. e o ensino em Portugal das Ciências Sociais

O encerramento do I. E. S. (com prejuízo para todos os seus actuais alunos e diplomados) faz vir ao de cima toda a problemática das Ciências Sociais no nosso País. Para quê Ciências Sociais? «A resposta pode ser dada por referência àquilo que constitui o desafio maior do nosso tempo: o desenvolvimento». «Numa época marcada pelo desenvolvimento rápido do progresso científico e técnico, particularmente visível na industrialização e nas modificações que aí resultam para a cultura e para as sociedades, as Ciências Sociais têm um papel vital a desempenhar para que se torne possível a identificação, a compreensão e a interacção dos problemas humanos e sociais levantados pelos rápidos progressos da ciência, da técnica e da mecanização. Por isso têm necessàriamente uma contribuição a dar ao desenvolvimento das nossas sociedades e da civilização» (J. C. Ferreira de Almeida, in Análise Social n.º 22-23-24, pág. 711).

Fala-se na reestruturação dos cursos respeitantes ao ensino dos vários ramos das ciências humanas (por exemplo na portaria saída no «Diário do Governo», encerrando as portas do Instituto de Estudos Sociais). Será que vamos finalmente ter no nosso País Faculdades de Ciências Sociais? «Quanto a mim, parece-me evidente que a inexistência de Faculdades dessa natureza constitui um dos mais óbvios anacronismos do sistema universitário português. (...). Esse anacronismo deve-se às fortes resistências e relutâncias com que as Ciências Sociais, e mais particularmente a Sociologia, continuam a defrontar-se no nosso País. Suponho que há um «medo da Sociologia», um temor do que ela possa vir a revelar, temor que me lembra o daqueles doentes que trazem uma secreta dor no peito, mas não querem ser radiografados, pelo receio que têm de «descobrir» que sofrem de algum mal verdadeiramente grave.

Admitamos, porém, que resistências, relutâncias e receios acabem por ser finalmente superados, criando-se, então, uma Faculdade de Ciências Sociais. Acaso a Universidade onde essa Faculdade viesse a ser incluída ficaria, só por esse motivo, globalmente mais capacitada para «pensar o social»? Julgo que não (...).

Se um ensino de Ciências Sociais for instituído em Portugal, no quadro das actuais Universidades de Faculdades, e não num quadro renovado de Universidades compostas por Departamentos, por Institutos ou por qualquer forma de organismos de investigação e ensino interdependentes, intercomunicantes e intercolaborantes, não duvido de que as Ciências Sociais virão a ficar tão isoladas e «enquistadas» quanto o estão, ainda hoje, as Ciências Económicas. Evidentemente, isto não quer dizer que seja contra a criação de Faculdades de Ciências Sociais dentro das actuais estruturas universitárias, se outra solução se mostrar impraticável. Mas a Universidade, globalmente considerada, muito pouco ganharia com isso, no que se refere á função que lhe deveria caber de «pensar o social» — isto é, de o analisar, interpretar e discutir» (A. Sedas Nunes, entrevista á revista «Estudos», C. A. D. C., Coimbra).

Não parece que a esperada reestruturação das «ciências humanas», no ensino, tenha forçosamente de esperar pela Reforma Geral da Universidade. O Instituto de Estudos Sociais, criado em 1962, instituto oficial de ensino superior («de facto» mas não legalmente) aponta para as Ciências do Trabalho e para as Ciências Sociais ligadas á Administração. Pensa-se que na reforma em estudo no M. E. N., não será esquecido o papel da escola nestes últimos sete anos, o seu ensino inovador, e as experiências pedagógicas aí realizadas.

HELDER CONCEIÇÃO

(Aluno finalista em Administração Social de Empresas)

AUTO-MONUMENTAL DO AREEIRO, SARL
AGENTE OFICIAL DO DISTRITO DE LISBOA
VOLKSWAGEN
AV. PADRE MANUEL DA NOBREGA, 8, 8C e 8D
(AO AREEIRO)TELEFS. 727654-727665-713057
Carros e furgonetas
amplas facilidades
de pagamento,
peças legítimas,
estação de serviço
e oficinas

Congar: um abuso incrível da infalibilidade

(Cont da pág. 1)

mente isto. por-se em dia) toma muitas vezes o aspecto de uma recriação, de um fazer de novo. E é um facto que dentro das estruturas há quem tente novas estruturas. Fazem-se buscas, tentativas... Enfim, uma tarefa difícil!

Por exemplo: eu sou dominicano e não tenho qualquer interesse que outra coisa se substitua á Ordem de S. Domingos. Importa-me que a Ordem, ao pôr-se em dia, guarde o seu espírito e mesmo as suas estruturas essenciais. Dentro destes limites é claro que importa recriar tudo que, eventualmente, seja necessário, para que a Ordem de S. Domingos seja o que é no mundo real de hoje.

Aliás admito — neste caso — a criação de qualquer coisa de inteiramente novo. O que também pode estar certo. Só que não se falará mais da Ordem dos dominicanos!

Em resumo: creio que o «aggiornamento» pode, hoje em dia, tomar por vezes o aspecto de uma recriação. E é neste sentido que preconizo a reforma da Igreja e recuso, na mesma Igreja, a revolução.

● Em Agosto passado, um grupo de padres, representante dos grupos «Septuagint», na Holanda, avistou-se com o cardeal Alfrink. A certa altura da conversa afirmaram ao cardeal: «Na Igreja, as mudanças sempre se têm feito porque se faz hoje aquilo que amanhã será autorizado».

O que é que o p.e Congar pensa desta afirmação?

— Como descrição da ordem dos factos, é exacto! E numa medida bem larga...

É, aliás, todo o problema do precursor. Geralmente, quando começa, toda a gente diz do precursor que é um doido. Depois, quando toda a gente está de acordo em aceitar a sua mensagem, chama-se-lhe «precursor»

É claro que também há loucos. Há coisas que se não devem fazer! Reconheço, porém, que a maior dificuldade está em distinguir o louco do verdadeiro precursor. Nem sempre é cómodo...

Aceito, portanto, que as reformas começam muitas vezes pela via dos factos consumados. É mesmo uma realidade frequente na História. O que, porém, é essencial, absolutamente essencial, é conservar a comunhão.

A lição holandesa

E o padre Congar prosseguiu:

— E, já agora que me fala dos grupos «Septuagint». Existe algo de admirável na Holanda e é que estes grupos de padres contestatários mantenham a comunhão e a confiança no episcopado e, particularmente, no cardeal Alfrink. É uma das coisas notáveis na Holanda que mesmo os elementos de contestação se conservem em espírito de diálogo e confiança com os bispos.

Só o pequeno grupo de Amsterdam espera «do lado de fora». (Mantém-se em «cisma», a palavra terrível de pronunciar!). O episcopado pôs condições que este grupo não teve em conta. A comunhão está quebrada, pois os bispos holandeses declaram que os padres casados não poderiam celebrar a missa adentro de uma comunidade eclesial, em comunhão com eles, bispos. Trata-se de uma questão de comunhão, o que, seguramente, é algo de imensamente grande.

● Houve-se, com certa frequência, pessoas que classificam a Igreja de «estrutura de opressão» (há mesmo católicos, mais extremistas, que o dizem). Pelas suas leis, pelos seus convencionalismos, pelos seus compromissos com os poderes estabelecidos ou com os «ricos», a Igreja encontra-se impedida de ser o verdadeiro «espaço de liberdade» de que nos fala a teologia.

Particularmente para o não crente é difícil distinguir entre a instituição sócio-histórica (que se manifesta através da Hierarquia) e a Igreja-Mistério (Povo de Deus, de que a Hierarquia é um serviço). De resto, uma exposição desastrada do dogma da infalibilidade reforçou esta distorção, identificando Igreja e Hierarquia.

Quer fazer algumas observações a respeito destes pontos?

— Antes de mais quero sublinhar que haveria um estudo completo a fazer sobre o uso da palavra «opressão»; um estudo e uma critica. A palavra tem sido patrocinada, sobretudo, por Marcuse, embora lhe seja anterior... Mas foi ele quem aclimatou esta palavra de que eu, pessoalmente, não gosto.

Com efeito, a que é que, actualmente, se classifica de opressão? Não será a «tudo» o que diverge do nosso mo[illegible]mento espontaneo, de [illegible] o que contraria a nossa vontade, mesmo an[illegible]? Assim, tudo será opressivo, em ultima análise também a Fé. Quando S. Paulo diz: «vivendo, já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim»; será isto uma situação de opressão?

Eu quereria uma critica deste termo «opressão», que considero extremamente ambiguo.

A Igreja é, de facto, «espaço de liberdade»

E prosseguindo:

Muito embora, entro nos factos propostos.

Há muito de verdade nesse apontamento dos impedimentos que as leis, os compromissos, etc., criam á Igreja. Que, tanto a teologia como o Evangelho, nos dizem ser a Igreja de facto «espaço de liberdade». Ora a Fé e a teologia (que é a cultura da fé) têm uma função crítica em face da sociedade e da Igreja como Sociedade.

Com efeito, a Igreja como sociedade é uma coisa temporal, uma estrutura deste mundo. Evidentemente que é na Igreja-sociedade que se realiza o mistério sobrenatural e, como muito bem observa, é sempre extremamente difícil distinguir os dois aspectos — especialmente para os não crentes; e tanto mais difícil quanto nunca se pode separar completamente. Com efeito, se eu quero conservar a comunhão com a Igreja-mistério, tenho que aceitar que essa comunhão se realiza através de pessoas. Digamos: o bispo para cada diocese, o superior religioso para cada ordem religiosa: em suma, a hierarquia real e histórica.

Por mim, sempre tive muita dificuldade em criticar os elementos históricos do papado sem atingir a própria instituição papal.

Em teoria tal critica é possível — e deve reconhecer-se necessária —, concretamente é muito difícil. O que diz sobre a distinção entre instituição socio-histórica e a Igreja-mistério é certo. São aspectos distintos e, no entanto, realidades intimamente ligadas. Pode e deve criticar-se o socio-histórico, ao passo que é preciso respeitar, sem limites, a Igreja-mistério.

A «Lumen Gentium», constituição doutrinal do Concílio Vaticano II, tem uma passagem muita notável a este respeito (n.º 48): «A Igreja, pela sua vida terrena, de instituição social, faz parte das realidades deste mundo.» Já Cajetano (célebre comentador de S. Tomás, do século XVI) observava a respeito deste problema: «Todas estas instituições, tudo o que é exterior — tomando a palavra do Evangelho "fecit eos ad comburendum" — desaparecerão como o resto, no juizo final, na escatologia.»

Ser fiel à sua Igreja e crítico segundo a sua consciência

Desenvolvendo o seu pensamento, o p.e Congar afirmou:

É evidente que esta crítica também terá a sua ética, isto é, um modo de emprego moral e justo. Nem tudo se pode criticar de qualquer maneira. Será preciso, por exemplo, ter em conta a desorientação (o escândalo) dos pequenos; os abalos que se provocam na opinião, também o escândalo dos grandes, dos fortes, que também estes se desorientam!

Para que um fiel seja, ao mesmo tempo, fiel à sua Igreja e crítico segundo a sua consciência, precisa de fazer uma autêntica caminhada espiritual e moral. Eu não sou um exemplo, nem pretendo sê-lo, mas tenho tentado isto mesmo.

Você fala da exposição desastrada do dogma da infalibilidade. Exactamente; é incontestável que se tem feito um abuso incrível desta noção de infalibilidade.

Isto tem, em grande parte, a sua origem no facto de o Concílio Vaticano I ter declarado um dogma (que, como sabe, é de interpretação extremamente melindrosa), mas não ter chegado a falar, de todo, no magistério ordinário. Depois, Leão XIII e, sobretudo, Pio XII exerceram muito este magistério ordinário: encíclicas, discursos, etc. Daqui resultou, no espírito do público em geral, uma transposição para o magistério ordinário daquilo que fora afirmado do magistério extraordinário.

De tal maneira se verifica esta transposição, que muito bom católico confunde verdadeiro com infalível.

Infalível é diferente de verdadeiro

Ora não é assim. A palavra infalível significa que não pode enganar-se. Entre o infalível e o falso há o campo imenso do verdadeiro, da procura da verdade, da aproximação da verdade, do parcialmente verdadeiro (que, por isso mesmo, obriga à continuação da busca da verdade), etc.

Penso que tem havido um enorme exagero no uso deste termo infalível. É preciso limitá-lo a certos actos de um Concílio (em que se pronuncia a totalidade do Colégio Episcopal) ou do Papa (que incorporem de alguma maneira o Colégio Episcopal, em que o Papa actue em união, portanto, com a Igreja toda). Actos, de resto, que para serem infalíveis têm que respeitar à «relação religiosa», à verdade desta relação.

Parece-me que é precisamente aqui que entra em jogo a infalibilidade. E é neste ponto que discordo de Küng, no seu último livro (o qual ainda não se encontra traduzido em português, mas penso que provàvelmente o será).

Discordância com Küng

Estou em desacordo com Küng, porque o meu ilustre colega alemão admite, perfeitamente, que a Igreja deve viver na verdade: admite mais, que o magistério pastoral tem função de assegurar isto mesmo: no entanto, não admite uma infalibilidade para cada caso concreto.

(Entrevista recolhida por João Perestrelo)

Professores universitários — remuneração e trabalho

Tem-se falado, recentemente, na hipótese do regime de «tempo integral» para os professores universitários, com vencimento extra.

Mas então os professores universitários, como quaisquer outros servidores do Estado, não estão já obrigados a trabalhar em «tempo integral»? Em que é que a obrigatoriedade de dar um determinado numero minimo de horas de aula por semana os «vacina» contra o Decreto-lei que rege os horários dos funcionários publicos?

Naturalmente que aos professores universitários os horários não devem — pela natureza do seu trabalho — ser impostos rigidamente. Eles devem ter — como quaisquer outros funcionários do mesmo tipo, por exemplo os que trabalham em Investigação Científica fora das Universidades — uma certa, mesmo bastante grande — liberdade, já que o trabalho que realizam de certo modo o exige. Mas essa liberdade acarreta consigo muita responsabilidade e de maneira nenhuma pode ser motivo para que o funcionário preste ao serviço que lhe compete fazer apenas uma escassa atenção e uma escassíssima parcela do tempo que a lei manda — e vá tratar dos seus negócios para outro lado.

O ministro da Educação Nacional não tem só proferido magníficos discursos. Também tem — o que é mais importante — realizado obras concretas dentro do muito que há para fazer. Assim, foram aumentados os vencimentos dos professores que, dentro das tabelas do Estado — as letras que constituem o alfabeto nascido no famoso Decreto-lei 26 115 — foram subidas para os máximos possíveis. Mesmo depois de aumentados, através da mudança de letras, os vencimentos dos professores, ainda são insuficientes? Claro que são. Mas esse é o problema de todos os funcionários do Estado! E a solução não é, certamente, arranjar, para alguns funcionários, sistemas em que o vencimento seja só para preencher o lugar e o trabalho seja pago á parte. Há que ter a coragem de o resolver da unica forma aceitável e que, ainda que á primeira vista o não pareça, será, para o Estado, muito mais barata do que aquilo que existe actualmente.

Preparar gente!

Fala-se na necessidade urgente de criar Universidades novas, o que está certíssimo. Mas, como para Universidades novas é preciso gente, pois a que há nem chega bem para as que existem, resulta daí haver uma necessidade ainda maior de preparar essa gente. Só então será possível criar novas Universidades — a sério.

Julgo que a unica forma é dar possibilidades ás Universidades que existem e aos institutos de investigação extra-universitários — onde também é necessário mais gente — para admitirem mais pessoal. Assim, teriamos um grande numero de assistentes, dos quais só continuariam na carreira os que se revelassem com as qualidades necessárias. A muitos desses, então, haveria que dar bolsas de estudo para continuarem a sua preparação em bons centros estrangeiros. Só assim poderíamos ter, num prazo relativamente curto, os professores extraordinários e os catedráticos necessários para as novas Universidades — e ao nível requerido para tal.

MIGUEL MOTA